

ROSA MARIA CORRÊA DA COSTA

A REPRESENTAÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES
NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
MATO GROSSO:

Impasses e Perspectivas Político-pedagógicas

CUIABÁ/MT – 2004

ROSA MARIA CORRÊA DA COSTA

A REPRESENTAÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES
NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
MATO GROSSO:

Impasses e Perspectivas Político-pedagógicas

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação na Área de Concentração: Educação, Cultura e Sociedade, da Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, do Grupo de Pesquisa: Educação, Jovens e Democracia, sob a Orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Morgado.

CUIABÁ/MT –2004

Dedico esse trabalho a meu filho Daniel
Um jovem cheio de vigor e curiosidade pela
organização social de sua comunidade, pela sua história e pela história
de sua gente.
A todos os jovens de minha família e
aos que estão buscando no questionamento e na participação
soluções para problemas coletivos

Ser grato é religar-se ao divino.

É fazer parte das energias cósmicas que nos cuidam e orientam.
Neste momento sou grata ao plano espiritual que se manifestou
através de seres humanos que compartilharam
comigo este caminho pelo conhecimento,
Dulcinéia, e Jurema, minhas irmãs.
“Caio”, meu amigo mais que virtual,
através de seus livros e sabedoria, carinhosa e amorosamente,
conduziu-me na seara do saber
de um modo humano e desinteressado.
Wladimir que me trouxe de volta o prazer
da poesia há tanto esquecido pelo olhar tecnicista.

Sou grata aos que compartilharam comigo este caminho chamado Mestrado,
homens e mulheres, histórias de vida de riqueza impar.

Aprendi sobre o Ser Humano, sobre diferenças, sobre o amor, a solidão,
As escolhas que traduzem nosso viver, assim, Cresci.

Sou grata a meu filho Daniel, espírito iluminado, que me impulsiona e ensina,
que me permite o exercício da criatividade e da criação.

Sou grata por seu amor que me inspira.

Sou grata a todos os seres humanos,
que com passos e ritmos próprios me lembram
sempre a beleza da vida e do viver.

Sou grata aos que me provocaram risos e lágrimas,
pois deste modo pude estar sempre sintonizada com as energias
da natureza dos homens e, portanto, da minha própria.

Sou grata a Professora Morgado, minha Orientadora,
Por mostrar-me a metodologia acadêmica da ciência.

Por todos esses e pelo que sou hoje,
agradeço àquele a quem chamamos **DEUS**.

RELAÇÃO DOS GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Reuniões da Câmara de Educação Básica no Período de 1999 a 2002.....	84
GRÁFICO 2 - Participação do Representante Estudantil nas Reuniões da CEB no período de 1999 a 2002.....	96
GRÁFICO 3 - Reuniões Plenárias do CEE/ MT no Período de 1999 a 2002.....	97
GRÁFICO 4 - Participação do Representante de Ensino Fundamental e Médio nas Reuniões Plenárias no Período de 1999 a 2002.....	100
GRÁFICO 5 - Reunião da Câmara de Educação Superior do CEE/MTno Período de 1999 a 2002.....	102
GRÁFICO 6 - Participação do Representante Estudantil nas Reuniões da CESU no Período de 1999 a 2002.....	105
GRÁFICO 7 - Participação do Representante de Ensino Superior nas Reuniões Plenárias do CEE/MT no Período de 1999 a 2002.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
. Considerações Metodológicas.....	11
CAPITULO 1 - IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS NO BRASIL E DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
1.1 - Conselhos Deliberativos no Brasil.....	16
1.2 - Conselhos de Educação no Brasil.....	20
1.3 - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e a representação estudantil.....	24
CAPITULO 2 - REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE	
2.1 - Um Brasil em busca de democracia.....	37
2.2 - Participação política da juventude.....	42
2.3 - Movimento Estudantil como forma de participação política.....	49
CAPITULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - CEE/ MT	
3.1 - Caracterização da representação estudantil e dos representantes.....	79
3.2 - Como a participação estudantil está registrada nas atas do CEE/MT.....	82
3.3 - Como os representantes estudantis entendem a sua participação no CEE/MT.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
Anexos.....	144

RESUMO

Esta pesquisa pretende conhecer como os jovens representantes estudantis do ensino médio e universitário constroem e entendem sua participação na primeira gestão em que se abre espaço para eles no Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso. O recorte cronológico que vai do ano de 1999 a 2002 tem por objetivo demonstrar as alterações ocorridas na estrutura do Conselho nesse período e as alterações em sua lei e dinâmica de funcionamento que permitiram, pela primeira vez em 1998, a representação de estudantes no segmento da Sociedade Civil. Uma das grandes conquistas da Constituição Federal de 1988 foi a criação dos Conselhos Institucionalizados. Instrumentos de participação política, controle e fiscalização na aplicação dos recursos públicos devem servir como espaço de negociação de políticas públicas. Os Conselhos podem constituir-se em instâncias enriquecedoras na formação do conhecimento e na estimulação do cidadão para a participação e a tomada de decisão com preocupação coletiva. Os jovens estudantes, em formação no processo de apropriação de conhecimentos, podem ter também nesses locais, um espaço para o desenvolvimento de consciência política. Informações sobre esta temática, posteriores a 1995, época da criação da maioria dos colegiados institucionalizados e da reestruturação dos já existentes, caso dos colegiados de educação, ainda são bastante deficitárias e focalizadas. Não existe discussão acerca dessa temática no Estado de Mato Grosso. O questionamento que desencadeou a pesquisa foi saber se, nesta primeira gestão, os representantes estudantis se articularam com as mobilizações dos jovens estudantes organizados no Estado? A hipótese é que os conselheiros, ao tomarem decisões em plenária, não o fazem de modo articulado com suas bases e em consonância com as definições de políticas públicas para a educação. Para alcançar o objetivo da pesquisa, que se situa numa perspectiva qualitativa, efetuei levantamento bibliográfico, documental e empírico acerca dos temas ligados à implantação e estruturação dos Conselhos Deliberativos no Brasil e em Mato Grosso. A partir do problema inicialmente colocado e da hipótese levantada, concluo que os estudantes conselheiros não atuam de modo articulado com as bases do movimento estudantil no estado e menos ainda no país. Suas atuações e decisões são individualizadas. Agem de modo a referendar atitudes patrimonialistas de professores. Participam timidamente nas discussões acerca da elaboração de políticas setoriais. Participam mas não representam seu segmento.

Palavras-chave – democracia, representação estudantil, Conselho, participação política.

ABSTRACT

This research intends to acknowledge how young student representants from high school and university build-up and understand their participation in the first management where a space was opened for them in the Mato Grosso State Education State Council. The chronological cut which goes from 1999 to 2002 has the objective of showing alterations occurred in the structure of the Council in this period and the alterations in its law and functioning dynamics which allowed, for the first time in 1998, the representation of students in the Civilian Society segment. One of the great achievements of the 1988 Federal Constitution was the criation of Institutionalized Councils. Being political participation instruments, control and supervision in the appliance of public resources, they must work as a space for negociation of public policies. The councils may be constituted in enriching instances in the building-up of knowledge and the encouragement of citizens in participating and making decisions with collective concern. The young students, in formation in the process of knowledge acquiring, may also have in these places, a space for the development of a political conscience. The information about this theme, after 1995, period of creation of most institutionalized collegiums and the restructuring of the prior existing ones, such as the educational collegiums, are still very defective and focused. There is no argument about this theme in the Mato Grosso State. The questioning which set the research going was knowing if, in this first management, the student representants articulated themselves with the mobilizations of the young students organized in the state. The assumption is that the counselors, when making decision in plenary, do not do it in an articulated way with their basis and in agreement with the public policies definitions for education. To reach the objective of the research, which is situated in a qualitative perspective; a bibliographic, documental and empiric raising was made about the themes related to the implementation and structuring of the Deliberative Councils in Brazil and in Mato Grosso. From the problem initially described and the hipotesis raised, I conclude that the student counselors, do not act in an articulated way with the basis of the student movement in the state and even less in relation to the country. Their actions and decisions are individualized. They act in a way of endorsing paternalist attitudes from teachers. They participate timidly in discussions about the elaboration of sectorial policies. They participate but do not represent their segment.

Keywords – democracy, student representation, council, political participation.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende conhecer como os jovens representantes estudantis do Ensino Médio e Universitário constroem e entendem sua participação na primeira gestão em que se abre espaço para eles no Conselho Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso. O objetivo desse estudo é conhecer como os jovens estudantes participam desse coletivo e como exercitam a condição democrática de representação.

O recorte cronológico que vai do ano de 1999 a 2002 tem por objetivo demonstrar as alterações ocorridas na estrutura do Conselho nesse período e as alterações em sua lei e dinâmica de funcionamento que permitiram, pela primeira vez, a representação de estudantes no segmento da sociedade civil.

Uma das grandes conquistas da Constituição Federal de 1988 foi a criação dos Conselhos Institucionalizados. Esses conselhos nasceram das lutas da sociedade civil organizada que culminaram com a implantação de instrumentos de participação política, controle e fiscalização na aplicação dos recursos públicos, além de servirem como espaço de negociação de diretrizes para o atendimento às demandas sociais.

Os Conselhos Deliberativos são uma novidade na administração do Estado brasileiro. Antes de 1988 os Conselhos não contavam com a participação da sociedade civil, do modo como participam hoje. As decisões eram sempre tomadas por grupos restritos e de interesses individualizados. Após a ditadura ocorreram inúmeras tentativas populares de participação e de conquista de direitos coletivos. Assim, inicialmente aparecem os Conselhos Populares e posteriormente os Conselhos Comunitários.

A diferença entre os Conselhos Populares e Comunitários, surgidos na década de oitenta, e os Institucionalizados é que os primeiros constituíram-se de forma autônoma,

incentivados pelas organizações locais, mas sem o lastro do controle oficial, enquanto os Conselhos Institucionalizados foram implantados por meio de uma legislação que os normatizou, caracterizando sua natureza e concepção.

A criação de Conselhos Deliberativos como instrumentos de negociação entre o Estado e a sociedade promoveu nessa relação um status diferenciado, no sentido de aproximar dois segmentos, antes percebidos como distantes e até contrários. A abertura desses espaços permitiu que os representantes da sociedade civil participassem mais diretamente da coisa pública e ocupassem um lugar de poder anteriormente apenas das representações governamentais.

Com a implantação de espaços de participação e de controle, avança-se em três rumos: primeiro, a fiscalização e o controle dos serviços públicos que, segundo análises oficiais, têm empregado e gerenciado mal as verbas públicas. Em segundo lugar, a constituição de uma prática para o controle e fiscalização dos serviços que podem ser oferecidos pela iniciativa privada, com a manutenção do Estado. E finalmente, permitir a participação de um número maior de representantes da sociedade civil organizada, o que no caso da educação avança para a participação de pais e de estudantes nos processos decisórios.

Com o crescimento das cidades e, portanto, das demandas sociais. Com a industrialização dos modos de produção e a organização das sociedades ocidentais a partir da economia capitalista; com o aumento vertiginoso de problemas provocados pela perda de valores sociais estruturantes e o esfacelamento do tecido social, a participação da sociedade civil passou a ser encarada como necessária para a tomada de decisões coletivas.

O poder de decisão, nesse sentido, passa a ser democratizado. As pessoas que estão envolvidas na organização de uma determinada área coletiva devem participar de forma ampla nas tomadas de decisões. Somente assim, com a democratização das tomadas de decisão, os cidadãos podem intervir em favor de uma política de cunho igualitário, seja ela

educacional, de segurança, de saúde, de habitação, de assistência, ou outra que interfira diretamente na qualidade de vida dos que vivem nas cidades.

Assim, cria-se uma multiplicidade de espaços públicos onde decisões coletivas são tomadas por representantes de uma sociedade extremamente complexa e especificamente diversificada em suas demandas. O sentido de participação política e de representação democrática então, passa a ser mais amplo que a condição de controlar recursos. O sentido da democracia passa a ser percebido na condição de pertencimento e na qualidade do pertencer dos cidadãos. Democracia pode assim também significar a criação das condições que permitam aos cidadãos reconhecerem-se e serem reconhecidos por aquilo que são e que querem ser, ou seja, as possibilidades de reconhecimento e de autonomia (MELUCCI, 2001, p. 137). A representação política passa a ser considerada como uma possibilidade de reconhecimento coletivo do sujeito enquanto cidadão.

Segundo De Marco (1997).

A participação é um elemento inerente à democracia. É a participação, com sua função de pedagogia política, que propicia a mudança da consciência do povo; mudança do modo de se ver e agir. Vendo-se e agindo como sujeito de sua própria história, trabalhadores/usuários constroem a cidadania que pode dar ao Estado brasileiro um caráter democrático. (De MARCO, 1997, p. 43).

Para dar conta de um espaço público que comporte as diversidades de representação, participação e demandas, os Conselhos Deliberativos foram organizados, nos três níveis federados, cada um deles se ligando a Fundos Especiais onde devem ser alocados os recursos para execução das ações que os Conselheiros propõem e deliberam. Essa estrutura, no caso da área da Educação, conta ainda com: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) ligado ao Ministério da Educação. Os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACS) e aos respectivos Conselhos Deliberativos nos Estados e Municípios; todos com a responsabilidade de identificar demandas, propor e definir diretrizes e parâmetros e negociar recursos.

As organizações constitucional e legal desses Conselhos¹ indicam a participação tanto nos aspectos administrativos quanto pedagógicos, garantindo desse modo, a gestão estadual e municipal da educação, descentralizando o poder de decisão antes sob o controle da União, superando o predomínio, em nosso país, de uma cultura autoritária e centralizadora.

Essa idéia de superação da cultura está garantida enquanto função da pedagogia política nomeada por De Marco (1997, p. 43). Na organização estrutural desses conselhos, contemplam-se as representações de governo e sociedade civil e nessa, as representações de Prestadores de Serviço, Profissionais ou Trabalhadores da Área e os Usuários do sistema.

O processo de descentralização no Brasil, que surge a partir da Constituição de 1988 considerando os municípios como unidades federadas, não se constituiu ainda, descentralização em seu sentido pleno. Em alguns casos, o Estado não cumpre com a redistribuição na partilha dos recursos. Transfere a responsabilidade pelo atendimento da demanda unicamente ao município e mantém o controle sobre os recursos, o que causa transtornos aos municípios que têm que arcar com os serviços municipalizados por seus próprios meios, levando à precarização da oferta.

Nesse contexto, o fato dificultador é que a força do recurso continua nas mãos da cúpula (a união mantém a maior parte do bolo) e o poder de decisão se fragiliza no interior dos municípios. Assim a relação de poder hierarquizado, culturalmente institucionalizado no Brasil acaba por provocar a continuidade das relações de mendicância e da troca de favores políticos. Isso se repete dentro dos Conselhos. No caso dos Conselhos de Educação acresce-se que a disputa partidária e pelo poder no controle dos saberes acabam por dificultar a participação de pais e estudantes.

A função político-pedagógica nesse caso se retrata na condição de proporcionar meios

¹ Conselho – Corpo consultivo e/ou deliberativo que se reúne para tratar de assunto de interesse público ou particular. (Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 2002, p.177)

e informações para que pessoas alheias à organização burocrática do sistema educacional possam participar de modo a contribuir com suas impressões acerca da aplicação dos recursos e da definição de estratégias para o atendimento das demandas. Pais e estudantes ocupam nesse sistema o lugar de representantes dos usuários e é nessa condição que podem contribuir com o amadurecimento da qualidade da relação e análise dos serviços prestados.

Não se pode dizer que nesses conselhos não estão presentes os interesses econômicos ou de classes, até por que, a formulação de políticas envolve a distribuição de recursos, que no sistema capitalista são apropriados e distribuídos de forma desigual. Esses não são espaços neutros, imunes a conflitos, contradições e manipulações, mas podem constituir-se em instrumentos abertos ao debate público, às proposições de estratégias para efetivar direitos já conquistados ou a conquistar.

Esses Conselhos podem constituir-se em instâncias enriquecedoras na formação de consciência política do cidadão para a participação e a tomada de decisão com preocupação coletiva. Os jovens estudantes, em formação no processo de apropriação de saberes podem ter também nesses locais, um espaço para o desenvolvimento de aprendizagens que facilitarão sua inserção nos modos de relação do mundo adulto.

Em sociedades complexas a distinção entre sociedade civil e Estado, entre esquerda e direita parece desaparecer (MELUCCI, 2001, p. 138). Esses conselhos são espaços onde o cidadão pode se fazer reconhecer pela busca do pertencimento a um determinado grupo social. Estando no grupo como representantes, os jovens conselheiros significam seu lugar social, individual e coletivamente. É também nesses espaços que se formam identidades coletivas, e para estas se formarem é preciso um espaço social livre de repressão por parte do poder estatal.

Nos Conselhos de Educação temos uma condição diferenciada para a observação de uma multiplicidade de formas de participação na organização democrática e nos esforços

necessários para a sua defesa, pois a questão da educação, num conceito mais ampliado, transcende às paredes da escola. Esses Conselhos, com representações de escolas, sindicatos, associações e ainda pais e estudantes, criam um composto político importante no sentido de viabilizar idéias para soluções de problemas e estruturação de identidades coletivas.

Para Melucci,

A identidade coletiva é, portanto, uma definição construída e negociada pela ativação das relações sociais entre os atores. Implica na presença de quadros cognitivos, de densas interações e também das dimensões afetivas e emocionais. Aquilo que une os indivíduos em um "nós" nunca é inteiramente traduzível na lógica do cálculo meios-fins ou na forma da racionalidade política, mas comporta sempre margens de não negociabilidade das "razões" e dos modos de viver em conjunto (MELUCCI, 2001, p.158).

A ocupação do espaço de representação, os motivos que mantêm os representantes no grupo e a legitimidade de suas representações precisam ser refletidos sob a ótica da formação de identidade coletiva. No caso dos estudantes esta análise deve considerar também o ciclo de formação da identidade individual. Por esse motivo, estudar a representação juvenil no conselho passa antes pela tentativa de compreensão do caminho que os jovens percorrem para estruturar suas identidades e ocuparem espaços de significação coletiva na busca de pertencimento social.

É nesse sentido que trabalhos como o que me proponho podem vir a contribuir com a compreensão desse novo modo de relação coletiva para a formação de uma cultura de participação política entre os jovens estudantes contemporâneos. A tentativa é usar o Conselho Estadual de Educação do Estado para dar início a um estudo que não pretende parar aqui, ao contrário começa nesse ponto, já que no Conselho é a primeira gestão em que os jovens estudantes se fazem presentes.

Entre o início e o final do período em que me propus estudar o Conselho, o movimento de democratização e descentralização no Estado provocou a criação de 35 (trinta e cinco) Conselhos Municipais, dentre esses 9 (nove) possuem representação estudantil em sua

estrutura.² Esse é um horizonte de possibilidades no aprofundamento da pesquisa, no entanto, para efeito de conclusão dessa dissertação, me ative às representações estudantis no Conselho Estadual.

O Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso foi criado pela Lei Estadual 1.815 de setembro de 1963, sofrendo alterações em 1973, 1974, 1983, 1991, 1992, 1995, 1996, 1998. Em 1995, para atender às mudanças previstas na Constituição de 1988, que regulamentavam a implantação dos Conselhos Deliberativos em várias áreas de organização social no Brasil, a Lei de criação do CEE/MT sofre alterações importantes. Em 1996 com a promulgação da LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, e a garantia de novos espaços aos movimentos sociais organizados, o Conselho desencadeia reflexões acerca de sua composição e estrutura, atingindo também sua filosofia de base.³ Resultando em novas alterações no ano de 1998

Conforme o que preconizava a LDB Nacional (1996), e o pensamento político à época, os Conselhos Deliberativos passam a ser percebidos como instâncias de controle social e negociação política. Passam de um órgão de ação cartorial e burocratizada que tinha como atividade principal o credenciamento de escolas e a avaliação das qualidades estruturais e de grades curriculares, para um espaço que deve controlar, fiscalizar e priorizar a negociação de políticas públicas para a educação, sendo este o principal motivador da presença de pais e estudantes em sua composição.

Em 1998 o Conselho desencadeia análise de seu funcionamento no âmbito do estrutural e legal. Este trabalho de reorganização e readaptação às novas demandas, chamado pelo Conselho de "Processo de Redemocratização e Modernização", incluiu alterações na Lei

² A lista com o nome dos municípios que possuem Conselhos de Educação e dentre esses os que possuem representação estudantil está em anexo, ao final desse trabalho.

³ Art 1º da LDB - A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da Sociedade Civil e nas manifestações culturais.

e no Regimento Interno do CEE/ MT, e ainda a revisão de suas resoluções e portarias. No periódico do Conselho, chamado BATÁRU, aparecem os resultados desse trabalho de reavaliação, encerrado em 2001. A pretensão pela mudança e acompanhamento de novas formas de atuação democrática é colocada de forma clara no que se publiciza como percepção do grupo ao se editar o seguinte discurso:

Assim, ao final de três anos de exercício, esse Conselho vivencia mais um período de avaliação de sua prática, visando melhor cumprir suas competências, atribuições e responsabilidades na consolidação do projeto de Educação Cidadã exigido pela sociedade revolucionada pelos avanços do conhecimento, pelo desenvolvimento tecnológico aliados às transformações no mundo e na dinâmica da vida social como um todo. (BATÁRU, 2002, p. 23).⁴

Em 1998, os conselheiros se debruçam sobre as normatizações para o processo eleitoral e é a partir daí que o Conselho emite Resolução alterando sua composição e representações para a gestão posterior. A Lei Complementar n°. 49/98 é fruto desse trabalho passando a garantir, a partir de sua homologação, o espaço de representação aos estudantes. Uma antiga reivindicação dos movimentos estudantis, uma luta que vem desde a ditadura, quando os estudantes pretenderam ampliar os espaços de participação política oficialmente reconhecidos, para além dos muros das universidades.

Os estudantes, nas décadas de 50 e 60, tinham representação oficial na estrutura organizativa da educação no país. Com a garantia dessa representação é que se criou a União Nacional dos Estudantes - UNE, Entidade que agregava as representações locais e regionais de estudantes no Brasil. Com o desfacelamento desta participação e o enfraquecimento da representação da UNE, os estudantes foram mantidos longe dos processos decisórios. Apenas nos anos 80 voltam à cena política do país em função de movimentos como o das "Diretas Já" e "Caras-Pintadas". Esses movimentos representaram esforços dos jovens estudantes para atuarem politicamente na construção da sociedade democrática brasileira. Foram movimentos que traduziam tentativas de participação na coletividade e não apenas nas reflexões sobre a

⁴BATÁRU é o nome do periódico do Conselho onde são publicados seus pareceres e resoluções.

reforma educacional no país. No entanto, não possuíam ainda nem um espaço e nem um status de oficialidade para as suas mobilizações.

A organização política juvenil passou por mudanças no período da pós-ditadura. Não se pode dizer que os jovens não se fizeram presentes no cenário político nacional, o que se pode concluir, a partir de estudos sobre o tema, é que os espaços de participação se diferenciaram. O Movimento Estudantil foi muito forte enquanto forma de participação política no período em que o país viveu um bloqueio no processo democrático. Mas a presença dos jovens estudantes na política é reconhecida antes e depois desse período. A questão da representatividade é que se altera de acordo com as condições da participação.

Segundo Tirelli,

Ainda que de modo individual, os jovens brasileiros se fizeram presentes desde o período Imperial. A política foi um meio pelo qual a juventude se expressou, e sua intervenção é notória no plano ideológico e nos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência, inspirada nas idéias de Voltaire, Rousseau, Montesquieu, trazidas da Europa pelos filhos da aristocracia e propagadas por intermédio de suas sociedades e clubes secretos. (...) são as campanhas pela Abolição e pela Proclamação da República que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil brasileiro e levam ao surgimento da imprensa acadêmica de feição política caracterizada pela luta contra o lusitanismo e o absolutismo (TIRELLI, 1999, p. 32).

Figuras de expressão no cenário político brasileiro, Rui Barbosa, Olavo Bilac, entre outros, foram os primeiros a desencadear a organização estudantil no período republicano. O que parece ser de concordância entre os vários autores que estudam a participação política estudantil é que apenas algumas figuras de classe média ocupavam este lugar, não sendo esta participação numericamente significativa. O jovem trabalhador operário não conseguia se organizar o suficiente para ser ouvido nacionalmente apesar de ser desses jovens a primeira iniciativa de caráter classista, quando organizam o 1º Congresso da Juventude Operária-estudantil em 1934, procurando fortalecer a resistência contra a ascensão do nazismo e do integralismo (TIRELLI, 1999, p.32).

A história da participação política de jovens e dentre esses, os estudantes, é ricamente apresentada por inúmeros pesquisadores brasileiros. O enfoque nos períodos de conflitos mundialmente conhecidos como os de maior repressão política, se deve a uma condição temporal. Essas pesquisas são em sua maioria, datadas na década de 80, quando se pode juntar informações suficientes do comportamento político juvenil para dar suporte a análises posteriores. Na organização política brasileira atual e mais especificamente, no Brasil pós-Constituição de 1988, ainda estamos buscando informações acerca do comportamento de participação política juvenil. A maioria dos dados apresentados atualmente tem como referência alguns momentos nacionais importantes já citados.

Informações sobre esta temática, posteriores a 1995, época da criação da maioria dos Conselhos Institucionalizados e da reestruturação dos já existentes, caso dos Conselhos de Educação, ainda são bastante deficitárias e focalizadas. Não existe discussão acerca dessa temática no Estado de Mato Grosso. Apesar de o tema ser estimulador, enfrentei obstáculos no sentido de não dispor de bibliografia para dar base a meu estudo dentro do campo de pesquisa.

A problematização da pesquisa surgiu de minha prática na militância em Conselhos Deliberativos há oito anos. Meu interesse, pelo fato de ser psicóloga e educadora, é discutir a participação e representatividade política de jovens estudantes. Assim, pretendo conhecer a dinâmica da participação dos jovens estudantes no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e saber se, nesta primeira gestão eles se articulam com o movimento estudantil organizado no estado de modo a garantir a inserção dos jovens estudantes nas proposições de políticas públicas integradoras.

A hipótese levantada é que os representantes estudantis, conselheiros do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, ao tomarem decisões em Plenárias, não o fazem de modo a representar suas bases e em conformidade com as propostas desse segmento à

definição de políticas públicas para a educação.

- **Considerações Metodológicas**

Para alcançar o objetivo da pesquisa, que se situa numa perspectiva qualitativa, fiz estudos acerca dos temas ligados à implantação e estruturação dos Conselhos Deliberativos no Brasil e à implementação do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, entidade criada em 1963.

As fontes de pesquisa foram - Bibliográfica: livros e revistas que tratam do assunto Conselhos. Documental: cartilhas de Conselhos de outros estados e parte do documento intitulado “Programa de Modernização e Desburocratização” do CEE/MT. O periódico intitulado BATÁRU, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, publicações em Diário Oficial do Estado. Empírica: atas de reuniões do Conselho e entrevistas com os representantes estudantis titulares.

No Levantamento Bibliográfico sobre representações em Conselhos, pude perceber que é vasta a informação sobre Conselhos Deliberativos nas áreas da educação, saúde e assistência social. O próprio Conselho de Educação de Mato Grosso conta com um periódico onde publica suas decisões e filosofia de atuação (BATÁRU) uma prática que é idêntica em outros Conselhos. Artigos sobre Conselhos Deliberativos e sobre as discussões de temas a eles ligados, tais como, descentralização e participação, controle social, relação sociedade civil e Estado, cidadania, democracia na pós-modernidade, o novo Estado e a representação direta, entre tantos outros existem em quantidade.

No entanto, é praticamente ausente informação sobre a participação estudantil nesses Conselhos. Em minha pesquisa bibliográfica não encontrei um documento oficial, um livro,

um artigo que tratasse desse tema especificamente. Fiz inúmeras pesquisas em bibliotecas virtuais de universidades públicas, na tentativa de encontrar algo a esse respeito. As buscas se mostraram infrutíferas. Existem pesquisas sobre Colegiados Escolares que citam os estudantes, mas as informações são extremamente superficiais, aprofundando-se mais na gestão democrática da escola e no lugar desses conselhos na coletividade. Acredito que essa ausência de informação provavelmente decorra do fato de que o espaço de representação dos estudantes foi acrescentado recentemente na estrutura desses Conselhos.

Especificamente sobre o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, as fontes foram documentos oficiais como atas, leis, normas internas e o histórico de organização do Conselho no período de 1999 a 2002. Entrevistei os dois representantes estudantis, um titular, representando os estudantes de Ensino Fundamental e Médio e um titular, representando os estudantes de Ensino Superior para a obtenção dos dados empíricos.

Procurando conhecer qual a percepção dos representantes estudantis acerca de sua participação e o modo como chegaram até o Conselho, organizei as entrevistas, que foram semi-estruturadas. Nessas entrevistas focalizo meu interesse na compreensão que os representantes estudantis têm de sua participação, como contraponto aos dados oficiais contidos nas atas e documentos. Utilizei um roteiro semi-diretivo nas perguntas a serem feitas. As questões foram surgindo a partir da leitura das atas e da constatação de vazios nos registros da participação dos estudantes.

Primeiramente entrei em contato com os representantes estudantis com o intuito de me apresentar, apresentar a proposta da pesquisa e conhecer um pouco de suas histórias de vida e do modo como chegaram ao Conselho. Posteriormente procurei informações acerca de como articulavam politicamente a representação entre ensino médio e superior e entre outras representatividades do Movimento Estudantil organizadas no Estado..

Em capítulo específico, tendo como base o período do recorte (1999 a 2002) faço um

comparativo entre a Lei Complementar 49/98, que organiza a estrutura e funcionamento do Conselho, e os Decretos e Instruções Normativas posteriores que alteram essa estrutura. Demonstro, através de transcrição de partes da Lei Complementar 49/98 e da Lei Complementar 77/00 que a composição do Conselho reflete ainda, relações hierarquizadas e corporativistas e que o Conselho Estadual de Educação, no período estudado, perde sua função mais importante que é a fiscalização do processo educacional no Estado.

A fiscalização e o controle social são base para a criação desses Conselhos que, por se comporem de representações de governo e sociedade civil, são uma instância privilegiada de reconhecimento e avaliação da execução das ações governamentais por parte do cidadão.

Durante toda a pesquisa foram estudadas 351 (trezentos e cinquenta e uma) atas, os dois periódicos do Conselho, BATÁRU 1996 e 2002, publicações em Diário Oficial do Estado, cartilhas do Conselho de Mato Grosso e do Distrito Federal, a Lei de Diretrizes e Base do Estado de Mato Grosso e Nacional. Foram feitas 03 (três) entrevistas com o representante de Ensino Fundamental e Médio, integrante da Câmara de Educação Básica e 02 (duas) com o representante de Ensino Superior, integrante da Câmara de Educação Superior.

O acesso aos documentos foi facilitado pela Diretora Executiva e pelas secretárias das Câmaras de Educação Básica e Superior, todas técnicas colocadas a disposição pelo governo. As entrevistas com os representantes estudantis foram feitas fora do Conselho. O representante de estudantes de ensino médio demonstrou disponibilidade para as entrevistas e ofereceu riqueza de detalhes quanto à seu cotidiano enquanto conselheiro. O representante de estudantes do ensino superior foi mais reticente em seu comportamento, limitando-se a informações superficiais e quase monossilábicas. Apesar das minhas tentativas de aproximação, sua participação nas entrevistas não foi enriquecedora no sentido de proporcionar análises sobre sua representação. Esse fato, no entanto, pode ser utilizado como

fonte de análise da própria participação e de sua representatividade.

Inicialmente, fui ao Conselho para ler as atas e fazer anotações. No início do ano de 2002 começam a ocorrer algumas dificuldades em função das mudanças do governo estadual. As técnicas começam a se sentir pressionadas politicamente e ameaçadas em seu vínculo empregatício, sem saber se vão continuar ou não no Conselho e o que devem ou não permitir que eu faça lá dentro. Apesar de parecer estar claro para o corpo técnico que os documentos que lá estão, são públicos, o comportamento do pessoal começa a dificultar a análise dos documentos. Por várias vezes chego ao Conselho e não encontro quem me atenda ou não posso dispor dos documentos. Por esses motivos, decido por fazer cópias das atas para estudá-las em casa. Fui atendida na solicitação de retirar os livros-ata para cópia, mas a condição é que eu retirasse um livro de cada vez. Eu deveria levá-lo, copiá-lo, devolver e depois pegar outro. Essa atividade durou quarenta dias aproximadamente. De posse das cópias, a leitura ficou mais fácil.

Procurei identificar primeiramente o número de vezes em que os estudantes participavam das reuniões. Em gráficos demonstro o número de reuniões Plenárias e de Câmaras e o número de vezes em que os estudantes estiveram presentes ou ausentes. Posteriormente, faço leitura das atas com o objetivo de identificar os assuntos tratados e em quais momentos os estudantes fazem uso da palavra ou são citados. A partir dessas informações procuro identificar os momentos em que as discussões são politizadas no sentido de análises e reivindicações mobilizatórias de propostas para atendimento das políticas públicas para a educação. Desse modo, estruturei a pesquisa em três capítulos a saber:

No CAPÍTULO I - IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS NO BRASIL E DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, apresento um pouco da história de criação dos Conselhos Deliberativos no Brasil, dos Conselhos de Educação no Brasil e em Mato Grosso e da participação estudantil no Conselho.

Discuto a dinâmica de relações estabelecidas no CEE/MT focalizando no processo de escolha dos representantes estudantis e no comportamento destes enquanto conselheiros. No **CAPITULO II – REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE**, historicizo o processo de redemocratização do Brasil na construção de canais de participação da sociedade na constituição do poder político localizando a participação política de jovens estudantes. Priorizo informações acerca do conceito de juventude, onde os jovens aparecem no cenário político e aprofundo na história de criação da UNE e o Movimento Estudantil no Brasil da ditadura até os nossos dias. É no interior do Movimento Estudantil da década de 60 que se desencadeiam as lutas pela garantia do lugar dos estudantes nos Conselhos de Educação. No **CAPITULO III – A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - CEE/MT**, caracterizo os estudantes e sua representação. Discuto as situações em que a participação desses representantes pode ser considerada representativa ou não do segmento. Apresento dados retirados do estudo das atas e do discurso dos representantes através das entrevistas. Finalizo com as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.

CAPITULO 1

IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS NO BRASIL E DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

CAPÍTULO 1

IMPLANTAÇÃO DOS CONSELHOS DELIBERATIVOS NO BRASIL E DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

1.1 - Conselhos Deliberativos no Brasil

A formação de Conselhos como canal de participação da sociedade na constituição do poder político não é uma questão recente. Os teóricos marxistas clássicos já os concebiam como órgãos embrionários de um governo revolucionário, cujos delegados recebiam um mandato imperativo e revogável, isto é, deveriam seguir estritamente as instruções dos representados e poderiam, a qualquer momento, serem suspensos de suas funções.

Exemplos desse modo de organização são a Comuna de Paris, os Soviets da Rússia, os Conselhos Operários da Rússia, da Itália e também da Espanha. Esses Conselhos representavam tentativas de construção de um poder autogerido, como bases para a instituição de um novo Estado, articulando-se a esfera econômica à política, fundando-se na revogabilidade dos mandatos, assunção de funções administrativas e em formas de democracia direta. (WANDERLEY, 1991, p. 23).

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 a questão dos Conselhos começa a ser inserida na agenda política do país. Os chamados Conselhos Comunitários foram criados pelo poder público numa tentativa de negociar e atender as demandas dos movimentos populares, que se mobilizavam crescentemente à época.

Em 1979, a cidade de São Paulo criou um Conselho comunitário composto por associações de bairros. No governo de Franco Montoro, esse processo ampliou-se como parte

do funcionamento do novo estado, que traz o discurso da participação e da descentralização como ideologia oficial e a ação comunitária como política governamental. (WANDERLEY, 1991, p. 53).

Nessa época instituíram-se vários Conselhos, como exemplo, o da condição feminina, do negro, da juventude, dos idosos, dos deficientes físicos, de comunidades, etc. Esses Conselhos não eram efetivamente percebidos como espaço de promoção e estudo de problemas dos segmentos organizados ou como modo de ampliar a base de legitimidade de suas atuações. Acabaram funcionando como instrumento de cooptação de lideranças o que continua ocorrendo em algumas instâncias colegiadas e associações comunitárias.

No Rio de Janeiro, a partir de 1982, aconteceram tentativas de formação de Conselhos em Secretarias de Estado. Tinham natureza consultiva e efêmera força, neles as decisões acabavam sendo tomadas nos gabinetes. Em 1986 a prefeitura do Rio criou os Conselhos que uniam governo e comunidade, com representações de associações de bairros e outras entidades, não tinham caráter deliberativo, eram vistos como fóruns de negociação, porém tiveram vida curta. (Op. cit, 1991, p. 53).

No Espírito Santo, criou-se um Conselho integrando representações dos municípios e do Estado, além de representações de movimentos populares. Em Vitória, no ano de 1986, criou-se Conselho Popular formado por entidades de bairro, que terminou por ser objeto de disputas partidárias.

Os Conselhos populares não tinham uma estruturação formal e se baseavam em ações diretas que não tinham nenhum envolvimento institucional, a não ser aqueles de contato com autoridades para pressionar sobre reivindicações individualizadas. Tinham a proposta de constituir-se em força política autônoma, independente em relação aos partidos políticos e ao Estado.

Essas experiências de organização de Conselhos Comunitários ou Populares, onde a sociedade civil organizada, assim como parcelas das organizações estatais estavam reunidas, foram referências para a Constituinte nos arranjos institucionais visando à participação da sociedade no controle, fiscalização e proposição de atos e decisões governamentais.

Algumas proposições na Constituinte, tais como a do Sistema Único de Saúde, fundamentado nas proposições da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que teve a participação de 5 mil pessoas, e foi apoiada por 160 entidades da sociedade, são exemplos deste processo organizativo das comunidades em movimentos populares e sociais.

Na área da educação, ocorreu processo semelhante. Desde a Lei de Diretrizes e Base - LDB - de 1961, previu-se a criação de Conselhos federal e estaduais de educação, que na verdade, já existiam desde 1911, porém com atribuições burocráticas e elitistas, através de figuras de notório saber.

Na década de 1980 constituiu-se um forte movimento de profissionais da educação, cuja participação na Constituinte, através do Fórum Nacional de Educação, formado por 15 entidades, consagrou princípios como o da educação gratuita, definição de percentual mínimo no orçamento para cada nível de governo e a participação da comunidade na gestão. Para Mendonça,

O tema dos conselhos, tal como o da eleição de diretores de escolas, é parte integrante da discussão a respeito da gestão democrática da educação. Ainda que não tenha tido, ao menos nas discussões iniciais sobre democratização da educação, o mesmo apelo que o processo de eleição de dirigentes, o assunto ganhou espaço neste debate à medida que governos menos conservadores começaram a incluir a constituição de órgãos coletivos de consulta ou deliberação (MENDONÇA, 2001, p. 261).

Esses movimentos culminaram com a reformulação, na Constituição de 1988, dos Conselhos permitindo representatividades ampliadas através dos conselhos escolares, além de garantirem espaços aos pais e estudantes, enquanto usuários do sistema.

A institucionalidade nesses conselhos sempre foi vista em termos de formalidades,

burocracias, dominação, regras rígidas. Posso assegurar que esses elementos não desapareceram dessas organizações, não só porque o seu suporte político e econômico não foi desmontado, continuam ligados economicamente ao Estado e tendo representações elitizadas, e também ainda prevalece, de um lado uma cultura política formalista, clientelista, mandatária e de outro, a submissão dos dominados, o voluntarismo e o idealismo de suas lideranças.

O desafio desse novo formato organizativo do sistema educacional é romper com essa cultura e em seu lugar produzir novos modos de relação democrática. Nesse sentido Mendonça lembra que:

O conselho como instância de participação coletiva é visto como uma possibilidade superadora da ordem autoritária, a partir de uma concepção de administração escolar democrática que promova o envolvimento de todos os que atuam direta ou indiretamente no processo educacional. Essa forma de conceber o trabalho de gerencia escolar possibilitaria, por consequência, a aproximação não apenas entre os segmentos que atuam diretamente no trabalho educativo – professores, especialistas, auxiliares técnicos e alunos – mas entre a escola e a comunidade, aproveitando as competências específicas e as possibilidades de elaboração de cada um dos grupos e dos indivíduos que venham a compor o colegiado (MENDONÇA, 2001, p.266).

A questão maior nesse tipo de organização é exatamente o aproveitamento de competências específicas de cada representação. Num processo democrático de relação sociedade e Estado, as diferenças passam a ser percebidas como componentes importantes para a elaboração de propostas coletivas. Assim, ainda que cada um dos representantes execute apenas uma parte específica do trabalho educacional, todos poderão conhecer o conjunto do processo e opinar sobre todas as partes agindo de acordo com os fins coletivamente deliberados. O lugar dos representantes estudantis nesses Conselhos deve ser percebido sob esse prisma.

Para tentar conhecer e entender o lugar da representação estudantil no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso é importante apresentar um pouco da história de organização desses conselhos pelo país. As leis que regimentaram esses Conselhos sofreram alterações no tocante à própria representatividade do Estado e da sociedade.

1.2 - Conselhos de Educação no Brasil

Os Conselhos deliberativos nacional e estaduais de educação se estruturaram por muito tempo como o "locus" de discussões entre aqueles que detinham saberes ideologicamente valorizados. Eram os professores os únicos a ocuparem esse lugar, ações eram empreendidas a partir de decisões tomadas entre iguais e essa igualdade era referente a uma única categoria profissional e não a uma situação social.

Ao se abrir espaço para pais e mais ainda aos estudantes, se forma nesses conselhos, uma arena de disputas pela manutenção da ideologia de um grupo - Professores. O desafio é evoluir para uma condição de negociação política em que, no Conselho, pais e estudantes sejam percebidos como sujeitos políticos e iguais em direito de participação - Conselheiros.

Para Mendonça,

A pouca participação de pais e alunos nos processos de gestão democrática do ensino público tem uma relação direta com a hegemonia exercida pelos docentes na estrutura de poder da escola (...) a escola pública, apesar de sua adjetivação, é considerada pela população que a mantém, como propriedade do governo ou, no máximo, dos profissionais que nela atuam. (MENDONÇA, 2000, p.139).

Posterior à Constituição de 1988, as características de execução dos trabalhos no interior destes Conselhos e sua dinâmica de funcionamento, assim como seus objetivos e níveis de abrangência sofreram profundas alterações - de uma entidade com fins puramente burocráticos e de normatização da gestão escolar e da prestação de serviços, ditadas em sua maioria por professores, representando escolas e por técnicos das secretarias de educação, representando o governo - para assumirem uma postura mais ampla e atenderem à nova demanda social na participação popular de pais e estudantes.

Não pretendo que, enquanto conselheiros, os estudantes apresentem igualdade intelectual, pretendo que as diferenças, inclusive nessa questão, sirvam de promoção e

qualificação na participação e no estabelecimento das trocas próprias da interlocução entre diferentes como um meio de evoluir e consolidar a função integradora da relação democrática. Trata-se da idéia de que esses coletivos, mesmo tendo como base de sua formação a representação de diferentes segmentos com interesses diversificados, buscam, em seu funcionamento, o bem comum e não vantagens e benefícios para facções da comunidade escolar.

Em trabalho apresentado aos Conselhos de Educação, o professor Bordignon (2001, p.13)⁵ informa que na raiz da construção e da gestão do sistema educacional brasileiro esteve presente, desde 1911, a figura de um Conselho Superior. Situado como órgão consultivo do gabinete do Ministro de Estado, inicialmente com funções operacionais, técnico-pedagógicas esses Conselhos evoluíram para formas mais democráticas de organização chegando à estrutura atual.

De acordo com Bordignon, foi gradativo o progresso de funções atribuídas aos Conselhos de Educação, passando das administrativas e estratégicas para as de planejamento e depois as que visavam políticas educacionais:

A lei nº. 4.024/61, concebida pela Constituição de 1946 e gestada por 15 anos no contexto do processo de redemocratização, criou os sistemas de ensino federal e estaduais de educação, em coerência com o regime federativo e a autonomia das unidades federadas e com a política de superação do centralismo do Estado Novo. Assim, em lugar do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 1931, criou o Conselho Federal de Educação (CFE) com atribuições relativas ao sistema federal de Educação, e os Conselhos de Educação dos estados e do distrito federal (CEE e CEDF), com posição e funções similares em relação aos respectivos sistemas. Dez anos após, a Lei nº. 5.692/71 manteve intocadas a estrutura e as funções do CFE, CEE e CEDF, (introduziu a figura dos Conselhos Municipais de Educação CMEs), com funções a serem delegadas pelos CEEs, uma vez que a legislação não caracterizava os sistemas municipais de educação. A constituição de 1988 viria consagrar os sistemas municipais de educação, conferindo-lhes espaço próprio na estrutura do sistema educacional. A lei nº. 9.394/96 estabeleceu competências da união, estados, D.F e municípios e as atribuições dos respectivos sistemas de ensino. (BORDIGNON, 2001, p. 13).

Quanto ao funcionamento, os Conselhos, desde o primeiro, criado em 1911,

⁵ Professor Adjunto IV da UNB - Diretor da Faculdade de Educação e Conselheiro do CE-DF

apresentaram diferenças importantes: o Conselho Superior de Educação, criado em 1911, tinha a função de substituir a função fiscal do Estado e estabelecer ligações entre a união e os estabelecimentos de ensino. Em 1925, o então chamando Conselho Nacional de Educação ampliou suas funções para discutir, propor e emitir opinião sobre o ensino público submetido ao governo ou por iniciativa própria.

Em 1931, o Conselho Nacional de Educação volta a ter função mais burocrática de colaborar com o Ministério, orientar a direção do ensino superior, estudar e emitir pareceres, firmar diretrizes, elaborar o Plano Nacional de Educação para a formulação da Constituição de 1934. Em 1961, o então Conselho Federal de Educação tinha como funções, interpretar leis de ensino, normatizar o sistema federal de ensino, autorizar e reconhecer cursos. Nesse contexto de estruturação dos Conselhos de Educação, os estudantes conquistam, com a criação da UNE em 1937, um lugar oficial de representação dentro das universidades.

É a partir da criação oficial da União Nacional dos Estudantes que esse segmento passa a reivindicar espaço no Conselho como meio de participar na elaboração de diretrizes e leis e também de discutir os resultados no processo. Em 1962, com a greve do 1/3, os estudantes fazem um movimento mais claro e organizado no sentido de garantir percentual igual em representação nos Conselhos de Educação. Esse movimento é o embrião da luta que origina a garantia dessa representação na estrutura educacional prevista pela Constituição de 1988. Mas a reivindicação por 1/3 na composição ainda é luta e conquista a se fazer⁶. Nesse contexto, no ano de 1963 cria-se o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, suas principais funções acompanham o modelo do Conselho Federal.

Em 1995, voltando a chamar-se Conselho Nacional de Educação, suas funções são de subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação, assessorando o Ministério com medidas sobre o aperfeiçoamento do ensino no país. Veja que

⁶ detalharei esse movimento no capítulo seguinte.

nesse momento o Conselho passa de colaborador para assessor do Ministério, o que significa que o conselho pode ser ouvido antes das tomadas de decisão.

Quanto à organização existem lacunas temporais de informação entre 1911 e 1931. Em 1925, o Conselho estava estruturado em três sessões: Ensino Médio e Superior, Ensino Artístico e Ensino Primário e Profissional. Em 1961 o Conselho Federal de Educação se estruturava em Câmaras de Legislação e Normas, Ensino Superior, Ensino de 1º e 2º graus e Comissão de Encargos Educacionais.

Em 1995, o então Conselho Nacional de Educação já se organizava como está até hoje: em Câmara de Educação Básica e Superior, ambas com autonomia deliberativa. Esta estrutura é a mesma dos Conselhos estaduais e municipais espalhados pelo país.

Quanto à composição, de 1911 até 1995 o Conselho era integrado por professores nomeados por universidades e pelo presidente dentre educadores de notório saber, contemplando as diferentes regiões do país e as diferentes modalidades de ensino. Após a LDB de 1996 é que se prevê para o Conselho Nacional de Educação, o lugar de representação de pais e estudantes.

Na atual estruturação desses Conselhos as representações de governo e sociedade pretendem-se paritárias. A forma de organização tenta garantir representatividade igual a governo, sindicatos, instituições de ensino, pais e alunos. Ocorre que dentre essas representações os envolvidos acabam por ser quase todos professores e em sua maioria servidores públicos, excetuando os alunos. Até na representação de pais, por vezes, temos professores. Essa forma de organização provoca dificuldades no sentido de pertencimento dos alunos no grupo. Esse problema na configuração dos Conselhos é comum às outras áreas de organização estatal.⁷

⁷ As discussões sobre a paridade no interior desses instrumentos de participação são antigas. Alguns conselhos evoluíram para a garantia, através de eleição, da ocupação de cargos, inclusive na diretoria, como exemplo os

Somente em 1998, através da Lei Complementar nº 049/98, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso passa a compor sua estrutura com as representações de pais e estudantes. É a partir daí que as formas de relação no interior do Conselho passam a se diferenciar e a chamar a atenção para uma realidade política a que o Conselho deveria se adequar. O grupo faz esse movimento, não sem dificuldades e resistências. Por esse motivo focalizo minha pesquisa nesse momento histórico. Assim, a proposta é tentar conhecer a maneira como os jovens estudantes se inserem nesse grupo e como participam.

1.3 - Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e a representação estudantil

O processo através do qual o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso promove sua inserção no contexto político nacional e o modo como o grupo de conselheiros se percebem à época da formulação da Lei Complementar 049/98 pode ser traduzido pela citação, no periódico BATÁRU:⁸

Na tradição mato-grossense e, à vista de uma observação aleatória, não se pode afirmar que o papel de Órgão de Estado tenha sido um papel precípua do CEE/MT. As indicações para a composição do mesmo não refletiam a vontade de diferentes segmentos em indicações democráticas. Antes representavam vontades políticas em que os Conselheiros eram escolhidos não por representação, mas apenas por indicação. Nesse sentido, a constituição do CEE/MT, com o advento da L.C. 49/98, e que tem hoje, como referência, a sociedade civil organizada e desenha outra fórmula política, deve fazer com que esse desempenhe um novo papel no cenário da educação mato-grossense: o de Órgão de Estado, que garanta a formulação e a continuidade das Políticas Públicas. Tal papel, com a referida L.C. tem efeitos imediatos do ponto de vista da indicação de sua composição. No entanto, em seu cotidiano ainda reflete as práticas assumidas ao longo de sua história (BATÁRU, 2003, p. 23).

Através da Lei Complementar nº 49 de 1º de Outubro de 1998, com as alterações

Conselhos de Assistência Social que mantém o direito de qualquer um dos conselheiros poder ocupar o lugar da presidência. Outros, como os Conselhos de Saúde, mantém por força de lei, o direito de escolher e ocupar cargos da diretoria nas mãos do gestor federal, estaduais e municípios. Fato que depõe contra o princípio democrático.

⁸ BATÁRU é o nome do periódico onde o Conselho publiciza suas decisões e filosofia. Onde publica as normatizações para a educação no estado.

constantes na Lei Complementar nº. 77/00, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso passa a ser o "*Órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso, e de assessoramento superior da Secretaria de Estado de Educação, com representação paritária entre o Governo do Estado e entidades da sociedade civil organizada*".

A composição do CEE/MT no período em que acontece a pesquisa, por força da L. C. 49/98 está de acordo com o modelo de organização do Conselho Nacional e todos os Estaduais. Divide-se em duas Câmaras, de Educação Básica e Superior e têm as seguintes representações:

Câmara de Educação Básica

- a) 1 (um) representante de Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública Básica;
- b) 1 (um) representante de Dirigentes de Estabelecimentos de Ensino Privado;
- c) 1 (um) representante dos Secretários Municipais de Educação;
- d) 1 (um) representante da Educação Indígena;
- e) 1 (um) representante do Conselho da Criança e do Adolescente;
- f) 1 (um) representante de Pais de alunos da Educação Básica;
- g) 1 (um) representante de Alunos da Educação Básica;
- h) 1 (um) representante das Federações Empresariais;
- i) 1 (um) representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores;
- j) 1 (um) representante da Educação Especial;
- k) 1 (um) representante da Secretaria Estadual de Educação.

Câmara de Educação Superior

- a) 1 (um) representante das Universidades Públicas;
- b) 1 (um) representante das Universidades Privadas;
- c) 1 (um) representante das Instituições Públicas Isoladas de Ensino;
- d) 1 (um) representante das Instituições Superiores Privadas de Ensino;
- e) 1(um) representante de Sindicato de Trabalhadores de Educação Superior;
- f) 1 (um) representante de Alunos Universitários;
- g) 1 (um) representante dos segmentos representativos da Comunicação Científica e Cultural;
- h) 1 (um) representante das Federações Empresariais;
- i) 1 (um) representante das Centrais Sindicais dos Trabalhadores;
- j) 1 (um) representante dos Conselhos de Classe;
- k) 1 (um) representante da Secretaria de Estado de Educação.

As competências do CEE/MT de acordo com a legislação são:

1. Participar da elaboração da política educacional do Estado;
2. Acompanhar e avaliar a execução da política educacional do Estado;
3. Participar da elaboração das políticas públicas nas áreas de Educação Básica e Ensino Superior, conjuntamente com órgãos públicos e particulares que atuam nessas áreas ou que possuem ações específicas nas áreas de educação Infantil, Educação Indígena, Educação Especial, Ensino Supletivo, Formação Profissional e tecnológicas;
4. Avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas nas áreas mencionadas no inciso anterior;

5. Normatizar e emitir parecer sobre questões relativas á aplicação da legislação no âmbito do estado;
6. Fiscalizar o cumprimento da legislação educacional no estado;
7. Emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza educacional que lhe forem submetidas pelos poderes executivo e legislativo e outras instituições;
8. Emitir parecer sobre assuntos da área educacional por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitados pelo secretário de estado de Educação;
9. Exercer as demais atribuições que a legislação federal confere aos conselheiros estaduais de Educação e bem assim, no que couber, no âmbito estadual, as que são consignadas no conselho nacional de Educação, em relação ao sistema federal de ensino.

O funcionamento do conselho tem a seguinte dinâmica:

I - Plenário;

II – Câmaras de Educação Básica e Superior;

III – Comissões de Trabalho;

IV – Órgãos de Administração.

Na regulamentação da Lei Complementar 49/98 é importante ressaltar que desaparece o critério de notório saber e também a qualidade da relação com a Secretaria e o Governo de Estado. O Governador passa a nomear as instituições e seus representantes, cujos nomes provém de indicação das próprias instituições representadas (*em lista tríplice, que deverá passar por eleição*) e cujo espaço está garantido por força dessa Lei.

Na parte que trata da Instituição do Sistema Estadual de Ensino para o Estado a L. C. 49/98 no tocante á abrangência da educação garante: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas

instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas”. Esse é o pressuposto básico que origina a mudança nas relações estabelecidas no interior do Conselho. Elas atendem a uma ideologia explicitada na lei federal e pretende garantir o exercício de cidadania a todos os envolvidos com o sistema.

Nos seus objetivos, acrescenta-se a condição de fiscalização, controle, deliberação e proposição de políticas públicas, o que vem atender á Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996. com base nessas leis em Dezembro de 2000, as reformulações no regimento Interno do CEE/MT são aprovadas.

Entre a regulamentação prevista na Lei Complementar nº 49/98 nas competências e objetivos do Conselho e a Lei complementar nº 77/00 ocorrem algumas alterações que são importantes na sua filosofia de criação. Essas alterações podem ser percebidas como um fator dificultador à participação dos conselheiros estudantes. A seguir apresentarei algumas dessas discrepâncias.

Alterações que a Lei Complementar 77/00 promove nos dispositivos da Lei Complementar 49/98

No art. 18 da L.C 49/98 está previsto que é competência da Secretaria Estadual de Educação a expedição da autorização para funcionamento e registro provisório e definitivo das escolas, obedecendo ao que estabelece o Conselho Estadual de Educação.

A L. C. 77/00 altera este artigo, transferindo para o Conselho Estadual de Educação a competência para autorizar, reconhecer e credenciar estabelecimentos de ensino do Sistema Estadual de Ensino.

No art. 21 da L. C. 49/98 também está previsto que é de competência da Secretaria Estadual de Educação a inspeção periódica dos estabelecimentos de ensino. A L. C 77/00 transfere essa competência para o Conselho Estadual de Educação.

No art. 23 da L. C. 77/00 na constituição do Sistema Estadual de Ensino acrescenta-se as instituições de Educação Infantil, o que não estava previsto na L. C. 49/98.

No art. 30 da L. C. 49/98 está previsto à Secretaria as atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão, avaliação e outras. A L. C. 77/00 transfere para a Secretaria a prerrogativa de fiscalizar o sistema de ensino, no seu art. 30 onde se vê: “*A Secretaria de Estado de Educação é órgão executivo, com as atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão, fiscalização, avaliação e outras definidas em lei própria*”. A condição de fiscalização do sistema é prerrogativa dos Conselhos em todos os níveis e está garantida no art. 33 da L. C. 49/98, itens IV e VI, respectivamente onde se lê: “*avaliar e fiscalizar a execução das políticas públicas e fiscalizar o cumprimento da legislação educacional no Estado*”.

A condição de fiscalização é a essência dos conselhos deliberativos. Sua criação é

motivada pela garantia de um espaço político em que a sociedade civil organizada e representada por vários de seus segmentos, acompanha, controla e fiscaliza a execução da gestão pública e a utilização de recursos na área da educação.

Ao se retirar a condição de fiscalização e ainda, ao se transpor para o Conselho atividades burocráticas de autorizar, credenciar, inspecionar estabelecimentos de ensino, além de sobrecarregar aos conselheiros com papeladas, se inviabiliza a participação de pais e estudantes em discussões que possam propor políticas de reformulações no sistema.

A ação fiscalizadora passa a ser uma ação entre o Conselho e a Secretaria. O Conselho fiscalizará a fiscalização da Secretaria O que pode ser um problema em função do aumento das atividades burocráticas. O Conselho dependerá do fornecimento de informações pela Secretaria. A atuação direta nas escolas e no sistema não esta mais, a partir dessa alteração, legitimada para o Conselho podendo ser questionada a qualquer tempo pela Secretaria. Quando o Conselho receber denúncia, o que é sua função, terá que encaminhá-la à Secretaria e posteriormente acompanhar o andamento do resultado. A própria estrutura do Conselho inviabiliza a qualidade dessa ação. Ele não possui pessoal, estrutura física ou tempo disponível para dar conta dessa tarefa.

No inciso VI, art. 23 da L. C 49/98 está garantido que o Fórum Estadual de Educação será promovido e convocado, em sua primeira reunião, pela Secretaria de Estado de Educação, Conselho Estadual de Educação, pela Comissão da Assembléia Legislativa, pelo Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública e pela Associação Mato-Grossense dos Estudantes - AME.

A L. C 77/00 altera este artigo retirando a Associação Mato-grossense dos Estudantes e colocando em seu lugar a UNDIME-MT.⁹ Nesse momento, se retira a representação dos estudantes da composição do fórum, que é a instância em que se agregaria as representações

⁹ UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação

mais importantes para a formulação de políticas juntamente com outras representações da sociedade civil que não compõem o CEE/MT. No Fórum podem estar presentes todas as representações estudantis organizadas no Estado tais como os grêmios e as associações estudantis. Essas organizações têm como função principal, nutrir as representações de estudantes no CEE/MT de informações que facilitarão os encaminhamentos, as propostas e as decisões em plenárias.

Colocar a representação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no lugar da representação de estudantes demonstra claramente a tentativa de manutenção de um lugar hierarquizado de poder que desconsidera os estudantes. Fato que depõe contra a proposta fundante dos espaços de negociação política, descentralizado e participativo, da educação.

Essa organização burocratizada pode reforçar o lugar intelectualizado, centralizador e patrimonialista do Conselheiro, em sua maioria professores de ensino básico, médio e superior afastando os representantes estudantis de uma possibilidade de reflexão sobre políticas públicas voltadas para o atendimento de suas demandas, impedindo o segmento estudantil do exercício democrático da participação direta.

Lembra Carvalho (1998, p. 33), que Conselhos que incorporam personalidades ou entidades ‘notáveis’¹⁰ ou convenientes aos grandes interesses são uma prática já antiga no Brasil”. Cita como exemplo exatamente os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, “lugar onde até o ano de 1998 somente se ingressava a partir do reconhecimento de ‘notório saber’”¹¹. (Op. Cit. p. 33).

Sobre esse assunto lembro a fala da secretária da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação de MT, referindo-se à participação do estudante de ensino

¹⁰ aspas do autor

¹¹ aspas do autor

fundamental e médio - *"Ele está aprendendo, por isso ele fica mais no relato de parecer, ele já entrou como um diferente, ele é aluno e nós temos muitos professores que estão aqui há mais tempo e estão mais bem qualificados para desenvolver seus trabalhos. Ele é muito "gente fina", mas só tem o segundo grau" (sic)*¹².

Quanto ao representante de estudantes universitários, a opinião inicial da Diretora Executiva e de que *"ele é melhor preparado e tem participado bastante(sic)"*. Num outro momento em que tece comentário a respeito do desempenho deste estudante sua análise do comportamento muda: *"no começo era bastante interessado, mas depois foi deixando o Conselho de lado, hoje ele vem em reuniões para garantir o lugar, quando vai completar a terceira falta ele vem na reunião, o que nos impede de pedir sua substituição(sic)"*.

Pergunto sobre o motivo desse distanciamento à diretora executiva, ela não consegue fazer uma análise dos motivos deste comportamento por parte do estudante. Responde não saber e acreditar que pode ser pela distancia e também por falta de interesse. Perguntando sobre os motivos da falta de interesse ela ainda responde não saber, fica calada um tempo e depois responde com um lacônico sorriso *"você sabe como essas coisas são difíceis (sic)"*.

Mendonça (2000) abordando a questão da participação de pais e alunos nos Conselhos ressalta:

É interessante notar que o argumento da competência, usado como justificativa para defender a atribuição de maior peso na participação de docentes é o mesmo que os professores rechaçam para sustentar que não há necessidade de formação específica para o exercício das funções de gestão escolar. Nas entrelinhas do argumento de incompetência dos usuários para uma participação qualitativa na gestão da escola, está inserida uma concepção de conhecimento que divide a população entre os que sabem e os que não sabem. (MENDONÇA, 2000, p.136).

Na prática democrática as diferenças devem ser consideradas e o cidadão respeitado por sua condição legal de participação. Nesse sentido a ausência de qualificação dos

¹² por ser uma transcrição de fala estarei utilizando sempre o recurso de destaque em itálico.

estudantes deve ser encarada como desafio. O desafio é entender que apesar de não deter saberes acadêmicos, o jovem pode contribuir na consolidação do sistema democrático.

A qualificação para participar nesses Conselhos não é apenas a qualificação técnica para uma determinada área de saber acadêmico. A qualificação não implica apenas em conhecer, em entrar em contato com leis e normativas, em entender o sistema político. Significa que um jovem cursando ensino médio ou universitário pode refletir sobre sua condição na organização educacional e social e contribuir com suas impressões. A competência, nesse caso, é adquirida na prática cotidiana.

Apesar do discurso ambivalente em defesa de um espaço corporativo de professores no momento de defender espaços de representatividade política, ao mesmo tempo em que quer defender também a participação dos pais e alunos, reforçando o lugar das diferenças de saberes, o Conselho de Educação pode ser compreendido como um lugar de importância, visto que, o sistema educativo junto ao mercado de trabalho são condicionantes estruturais importantes para explicar o que se passa no mundo juvenil.

Nos anos de 2001 e 2002, novos decretos foram aprovados dispor sobre a composição do Conselho. No decreto nº. 2.295/01 que dispõe sobre a nomeação dos novos conselheiros para a gestão 2001/2003, os representantes de estudantes do ensino básico e superior, sujeitos de minha pesquisa, são nomeados para mais uma gestão.

Na última alteração na composição do Conselho as modificações foram relevantes. Na Instrução Normativa nº 004/2002 a representação de “*alunos do ensino médio*” desaparece, assim como, a representação de pais. Estas são substituídas por outras representações. No caso dos estudantes, o espaço é garantido à Associação de Grêmios Estudantis - AGEMAT.¹³

A representação de pais desaparece.

¹³ Apenas nesse momento aparece o nome dessa associação. Segundo a diretoria executiva ela é regulamentar e teria sido criada recentemente. Segundo o estudante de ensino médio, a pessoa que pretendem enviar para representar estudantes no conselho é uma professora.

Importante ressaltar que apenas a partir desse momento, no ano de 2002, é que a representatividade dos estudantes é garantida a uma instituição representativa e não mais a um aluno representante. Esse fato pode ser encarado como positivo. O modo como a garantia da representação aparecia na L. C. 49/98 dava margens a equívocos. Não sendo o lugar de representação garantido por força de lei a um segmento, com status oficial, poder-se-ia ter no conselho um aluno que não seja representante coletivo, mas sim alguém representando interesses individuais.

Apesar de a L. C. 049/98 regular a representação de “*01 representante de alunos da Educação Básica*”, não deixa claro o lugar da representação de um segmento da sociedade civil organizada, ou seja, não deixa claro que esse lugar de representação é por direito, de uma associação de estudantes. Isso provocou uma certa dubiedade na ocupação do assento e discussões sobre a representatividade: quem estava no Conselho era um estudante e não um representante de segmento. Com a criação de uma associação representativa para ocupar este lugar acredito na garantia da legitimidade da representação.

Na Câmara de Educação Superior também ocorrem alterações. A L. C. 049/98 garante lugar a “*01 representante de alunos universitários*” e na Instrução Normativa nº 004/2002 este lugar é garantido às representações de Diretórios Estudantis oriundos das Universidades. Esta previsão aumenta também o número de Diretórios com direito a representação, o que exigirá destes estudantes uma articulação maior para garantir o espaço político que deverá ser acordado entre eles. A partir desse momento, todos os estudantes envolvidos em diretórios acadêmicos deverão se reunir e eleger três nomes de diretório acadêmico a serem candidatos na lista tríplice, dentre esses, um será o eleito em representação.

Essa Instrução Normativa representa um avanço no sentido de garantir espaço à organização estudantil e não à participação individualizada e representativa de interesses clientelistas. No momento em que, na regulamentação legal, se amplia o direito de

representação a outros diretórios acadêmicos que não apenas ao da Universidade Estadual de Mato Grosso e ao fazer isso se cria a necessidade desses representantes de diretório se reunirem para eleger três candidatos á representação no Conselho. Desse modo, cria-se a condição ideal para que os estudantes universitários se mobilizam politicamente e discutam os interesses do segmento na ocupação do lugar. Não posso afirmar se o movimento que a normativa predispõe tem ocorrido, mas isso não desqualifica o potencial que ela insere.

É nesse sentido que os Conselhos podem servir como mais um espaço de formação político-pedagógica. No exercício democrático de sua condição de sujeito em formação tanto intelectual quanto social, os jovens conselheiros podem aprender a se envolver e entender a organização de sua comunidade. Tomando consciência de seu lugar social podem estruturar sua identidade coletiva e desenvolver sua cidadania.

Enquanto usuário do sistema, e sendo alguém em fase de desenvolvimento no processo de apropriação de saberes, os jovens podem dialogar com este sistema e apontar as dificuldades que eles próprios enfrentam para inserir-se. Podem na interação com os responsáveis pela organização do processo educacional, contribuir com a sua percepção dos resultados, já que esses resultados estão diretamente ligados a eles.

Isso se retrata na proposta apresentada em 1996, no periódico do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, por ocasião das discussões da LDB e da nova estrutura que originou a garantia de representação aos estudantes, segundo o texto:

A universalização do conceito de cidadania coloca todos os indivíduos em pé de igualdade perante a constituição (...) O desenvolvimento de uma sociedade se fundamenta na capacidade que seus membros têm de participar ativamente do contexto sócio-político-econômico e cultural (...) gerando conhecimentos, compreendendo e modificando a realidade em direção a uma sociedade mais humana. Se o conhecimento sistematizado, um dos fatores que viabiliza esta participação for de domínio de apenas uma parcela da população, esta sociedade será injusta, pela desigualdade de compreensão, reivindicação e participação. (BATÁRU, 1996, p. 77).

Existe, portanto, a compreensão da desigualdade, que pode inviabilizar a participação e o exercício da cidadania por parte dos jovens estudantes. No entanto é o reconhecimento desse fato, a condição inicial para que se possa estabelecer uma relação com os estudantes, que seja intermediada pelos saberes acadêmicos dos especialistas e os saberes empíricos dos estudantes.

Eles fazem parte do grupo e a eles foi garantido lugar por que houve o reconhecimento de que são seus usuários, portanto, por já possuírem condições emocionais e cognitivas suficientes para isso, podem fazer análises da eficiência do processo educacional. Podem oferecer feedback aos professores, à escola e a educação sistematizada.

Não espero que os estudantes tenham o mesmo discurso que os professores, espero sim, que os professores possam entender suas contribuições e devolvê-las mediante a adequação do sistema educacional às suas demandas, enquanto alvos do processo ensino-aprendizagem e enquanto alvos da organização política social. Assim, os Conselhos podem ser encarados como instâncias educativas, pois é lá também um lugar de exercício democrático de cidadania para o estudante.

No capítulo seguinte farei discussões acerca do movimento empreendido pela sociedade brasileira para buscar esse lugar de participação política mais diretamente democrático e ainda, do movimento empreendido pelos jovens estudantes na luta pelo seu lugar nesse contexto. A participação política de jovens e mais especificamente, de jovens estudantes no Brasil é rica. As lutas que esses jovens estudantes empreenderam antes e depois da ditadura é a base histórica da garantia de seu lugar nos Conselhos de Educação.

CAPITULO 2

REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

CAPITULO 2

REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE

2.1 - Um Brasil em busca de democracia

Uma das questões mais instigantes surgidas no bojo dos recentes processos de redemocratização nos países da América Latina, submetidos a décadas de autoritarismo, refere-se às mudanças ocorridas nas mediações entre sociedade e Estado.

Na verdade, nos anos 80 pudemos acompanhar o surgimento das propostas que objetivaram a transformação do padrão conservador das políticas na direção de um modelo redistributivo. É consenso para diversos analistas que a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na área social, em relação ao padrão brasileiro de proteção vigente até então.

Na análise da nossa Constituição encontramos a presença de termos como autonomia, competência comum, cooperação, participação da comunidade, plebiscito, referendo e iniciativa popular, tornando-se visível que o sentido da descentralização está contido em todo o texto da Carta Magna.

Em termos de garantia constitucional poderíamos falar de uma década que aponta para a cidadania, entendida como a “cidadania activa” (ARENDR, 1999, p. 138) na qual os cidadãos se articulam e participam da vida pública, visando ao interesse coletivo,

distinguindo-se do cidadão obediente às leis, meramente eleitor e contribuinte.

O processo de descentralização do poder e da ação levou a este redesenho da relação cidadão/Estado ao retirar a condição de decisão e de poder do centro, referindo-se nesse caso às três instâncias: federal, estadual e municipal. Uma nova modalidade de participação se apresenta na qual as decisões são tomadas por um coletivo que representa os vários segmentos da sociedade civil organizada e decidem por esta num formato de imperatividade do mandato que condiciona as decisões do representante à anuência dos representados.

É importante lembrar, no entanto, a questão levantada por Bobbio sobre a relação Estado democrático e sociedade democrática: “É impossível à sobrevivência de um Estado democrático numa sociedade não-democrática!” (BOBBIO, 2000, p. 68).

A organização do Estado brasileiro garantiu na forma legal uma condição diferenciada de relação entre Estado e Sociedade, um avanço na forma de relação democrático-liberal que acaba por criar uma exigência de participação do cidadão. Ocorre que o cidadão brasileiro não possui a prática do exercício democrático de participação política mais ampla. Exatamente o tipo de participação proposta para os Conselhos deliberativos.

Durante séculos, em função de nossa história de colonização e posteriormente, em função da fase ditatorial estivemos agindo de modo a referendar decisões tomadas pela cúpula política do país. As lutas e conflitos sócio-políticos gerados pela ditadura, dentre outros nacional e internacionalmente, produziram movimentos que culminaram com a Constituição de 1988 que retratam uma tentativa de mudança nas relações até então estabelecidas.

Mas a conquista do Estado democrático não garantiu à sociedade uma prática idêntica. O cidadão, entendido como o detentor de direitos iguais perante o Estado ainda aprende a participar. A igualdade presente no espaço público é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que procuram ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos.

Nesse sentido, Bobbio chama a atenção:

Hoje, quando se deseja apontar um indicador do desenvolvimento democrático, este não pode ser mais o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de locais, diferentes dos locais políticos, nos quais se exerce o direito de voto; sintética, mas eficazmente: para dar um juízo sobre o Estado de democratização num dado país, o critério não deve ser o "quem" vota, mas o de "onde" se vota. Podemos assim, considerar reforma democrática a que institui os Conselhos escolares com a participação de representantes de pais. (BOBBIO, 2000, p. 69).

A participação de pais e estudantes nesses Conselhos significou um grande avanço. Este espaço de exercício democrático passa a exigir do cidadão de direitos uma interlocução diferenciada com a coisa pública. A condição cidadã de atuação passa a ser percebida como algo que promova o sentimento de responsabilidade pelos caminhos ou descaminhos que a comunidade toma. No âmbito do discurso político a garantia do espaço está referendada pela ideologia democrática, no entanto o desafio é a perspectiva de uma esfera pública que permita a presença democrática do povo, do cidadão desprovido de propriedades ou formação cultural.

Para Chauí "o democrático no Brasil ainda está para ser inventado, isso por que a organização política no país ainda não evoluiu para a defesa e garantia de direitos", segundo a autora:

Nossa sociedade, polarizada entre a carência e o privilégio, não consegue ser democrática, pois não encontra meios para isso (...) os representantes, em lugar de cumprir o mandato que lhes foi dado pelos representados, surgem como chefes, mandantes, detentores de favores e poderes, submetendo os representados, transformando-os em clientes que recebem favores dos mandantes (...) As leis, por que exprimem ou os privilégios dos poderosos ou a vontade dos governantes, não são vistas como expressão de direitos nem de vontades e decisões publicas coletivas. (CHAUÍ, 1999, p. 436).

Conhecer a participação dos jovens estudantes no Conselho Estadual de Educação permitirá entender um pouco mais dessas relações hierarquizadas de poder, focalizando essa dinâmica em Mato Grosso. A questão da hierarquização não é entendida aqui, apenas como uma relação de poder político mais também pela via do poder proporcionado pela

intelectualidade. Analisar a participação estudantil num Conselho em que o exercício democrático passa por uma exigência de qualificação intelectual, grande carência nacional, pressupõe discutir as contradições de participação desses jovens e entender o seu lugar no grupo. A mudança no modo de participar reflete a mudança entre democracia representativa e democracia direta, filosofia que permeia a estrutura da Constituição de 1988.

O papel da descentralização política prevista na Constituição de 1988 demarca essa nova ordem na sociedade brasileira, a partir do momento que à sociedade é garantido o direito de formular e controlar políticas, provocando um redirecionamento nas tradicionais relações entre Estado e sociedade.

O Controle Social é pensado como um meio desses representantes acompanharem mais de perto todo o processo, desde a destinação de recursos até o comportamento do professor em sala de aula. Dá-se a professores, representantes de sindicatos, escolas públicas e privadas, universidades, funcionários, pais e alunos, o poder de criticar, analisar, sugerir, fiscalizar e denunciar.

Descentralizado o poder, descentralizam-se as responsabilidades, a sociedade civil é chamada a participar. Já que o lugar está garantido, é cobrado do cidadão o controle e o destino do processo educacional no país. O estudante deve ser ouvido enquanto usuário do sistema, não importando se possui qualificação intelectual ou não. Seu lugar é da participação enquanto cidadão, portanto igual enquanto sujeito de direitos.

Entendo cidadania como uma relação dialógica entre público e privado e a organização de um sistema democrático como algo que permita ao homem interagir de maneira consciente, ou seja, plenamente informado de seu lugar na organização social do Estado, afirmo que os conselhos podem sim, servir de espaço de aprendizagem, de exercício, de apropriação de saberes. Os conselhos podem sim, informar para formar.

A grande questão onde se esbarra a maioria dos segmentos representados nos conselhos é que este poder não é tomado em sua amplitude, pois, para o efetivo controle social demanda-se apropriação de informações e para uma responsável tomada de decisões, necessário se faz a consciência desse lugar de poder.

Sobre isso Mendonça (2000) lembra que:

O conselho como instância de participação coletiva é visto como uma possibilidade superadora da ordem autoritária, a partir de uma concepção de administração escolar democrática que promova o envolvimento de todos os que atuam direta ou indiretamente no processo educacional. Essa forma de conceber o trabalho de gerência escolar possibilitaria, por consequência, a aproximação não apenas entre os segmentos que atuam diretamente no trabalho educacional – professores, especialistas, auxiliares técnicos e alunos – mas entre a escola e a comunidade, aproveitando as competências específicas e de possibilidades de colaboração de cada um dos grupos e dos indivíduos que venham a compor o conselho. (MENDONÇA, 2000, p. 267).

A proposta aponta, desse modo, para a superação das relações hierarquizadas, paternalistas, corporativistas e compensatórias na relação sociedade e Estado. O desafio é a conquista efetiva, principalmente por parte dos jovens estudantes, de um espaço democrático em que se consiga estabelecer uma relação de igualdade, enquanto sujeito social e usuário.

A história conta do lugar ocupado pelo sistema educacional e pelos professores, ao longo do tempo, como reprodutores e reforçadores das idéias dominantes de classes sociais diferenciadas ora pela questão econômica, ora pela questão intelectual. Quero entender como esses jovens, que ainda não fazem parte do processo de produção do capital e nem da apropriação de saberes, portanto, de uma classe considerada inferior se apropriam de sua cidadania.

Minha pesquisa focaliza a representação de estudantes em um Conselho Deliberativo, mas focaliza essa participação considerando-o também como jovem. Como demonstrarei a seguir, no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, os estudantes que representam este segmento passam da idade esperada para a conclusão do ensino médio e universitário.

Esse dado parece estar associado à questões econômicas e de oportunidades de mercado de trabalho. O representante de ensino médio provém de classe popular e esforça-se para garantir o próprio sustento desempenhando atividades consideradas informais. O representante de estudantes universitários, do mesmo modo, está cursando Direito aos 27 anos como meio de melhorar seu acesso ao mercado de trabalho¹⁴.

No Conselho a lei prevê a representação de estudantes de ensino médio e universitário, o que se refere, em princípio, a um período que vai dos 15 aos 24 anos. Faixa etária definida pela Organização Mundial de Saúde como própria dos adolescentes e jovens. Têm-se no Brasil uma estimativa cronológica para o tempo em que o estudante deve concluir seus estudos de primeiro a terceiro grau. Iniciando aos sete anos concluem aproximadamente aos 21 ou 22 anos, portanto, estamos falando obrigatoriamente, de jovens estudantes. E nesse sentido é importante lembrar que a juventude se diferencia pelas diversificações estabelecidas nas suas relações sociais.

Nas lutas pela conquista democrática de direitos no Brasil da ditadura os jovens estudantes ocuparam lugar de destaque. Portanto, é importante tematizar a participação política no Movimento Estudantil para proceder à análises dessa participação no campo de pesquisa que escolhi, o que faço a seguir.

2.2 - Participação política da juventude

Estudar a organização política dos jovens, sua representatividade e participação nos problemas sociais e políticos contemporâneo, implica em tentar entender primeiramente as características de funcionamento e relação desses jovens com a organização social.

¹⁴ Segundo informações dos próprios entrevistados quanto a esse tema.

O estudo da temática da participação política dos estudantes nas problemáticas sociais, tanto relacionadas às questões que lhes dizem respeito diretamente, quanto as que dizem respeito à coletividade é bastante novo. Podemos encontrar informações sobre o Movimento Estudantil no Brasil da ditadura e alguns trabalhos mais recentes, relacionados ao jovem em manifestações públicas importantes.

Para Abramo,

Após um período de latência, o tema da juventude tem sido retomado nos últimos anos, aglutinando os interesses de diversos atores sociais; intelectuais, pesquisadores, educadores, governantes, entre outros. Há algumas décadas os jovens já vinham sendo objeto de atenções nos meios de comunicação de massa, ocupando os noticiários quer sob a forma de mercado potencial de consumidores a ser conquistado, quer nas páginas policiais como protagonistas da escalada da violência nas grandes cidades brasileiras. Que esses veículos contribuíssem para trazer à arena pública o tema da juventude é inegável, no entanto, também propiciaram o surgimento de vários estereótipos sobre uma pretensa condição juvenil, homogênea e com características universais, que atingiria de igual modo a todos os jovens. (ABRAMO, 2002, p. 23).

A tendência de homogeneizar comportamentos em nossa sociedade e principalmente de utilizar métodos educacionais que possam garantir isso não é prática desconhecida no Brasil. Sabe-se, no entanto, baseados tanto na psicologia quanto na sociologia, que a condição juvenil é a mais fortemente contrária a esse movimento. O jovem, de modo geral, tem atitudes absolutamente contrárias às tentativas de padronização de seu comportamento pelo mundo adulto, apesar de apresentar comportamentos de identidade grupal que acabam por se refletir em determinados padrões. Os adolescentes e mais ainda, os jovens, se caracterizam pela recusa em aceitar padrões pré-estabelecidos pela organização social adulta. Particularmente entendo essa tendência juvenil como uma possibilidade da organização social renovar-se.

Para Tirelli,

É preciso entender a juventude que ainda resiste ao imposto pelo consenso e compreender sua inserção nos novos espaços de atuação no que trazem de possibilidade de um questionamento ético de nossa sociedade (TIRELLI, 1999, p.14).

As diferentes fases do desenvolvimento humano foram amplamente conceituadas e definidas por psicólogos e, em decorrência disso, a adolescência, para vários desses profissionais é entendida como um período de transição entre as fases de infância e vida adulta. Prefiro pensar em ciclos de vida, permeados por crises mais ou menos importantes no processo de desenvolvimento individual que acabam por alterar as relações estabelecidas socialmente.

A diferenciação entre adolescência e juventude aparece em diferentes momentos sócio-políticos, principalmente no Brasil. Isso ocorre, dentre outras causas, em função da necessidade de direcionar programas e projetos assistenciais por parte do governo, que a princípio valem-se do corte feito pela ONU¹⁵ ou OMS¹⁶, que entendem adolescência como o período cronológico que vai dos 14 aos 19 anos e juventude ao período que vai dos 19 aos 24 anos, podendo estender-se até os 29/30 anos.

Outra questão que explica interesses de profissionais da psicologia e da sociologia pelo comportamento jovem é sua participação na sociedade de consumo. A participação dos jovens nas estatísticas econômicas como potencial nicho de mercado em função da "Onda Jovem"¹⁷ é atraente para a indústria, o comércio e o marketing. Os estudos voltados para a compreensão dos comportamentos juvenis chamados "desviantes" também justificam o crescente interesse por parte das ciências sociais e humanas.

Mas, para além da questão cronológica, a juventude pode ser entendida como um ciclo de vida conturbado, repleto de tensões e crises, tanto orgânicas quanto sociais. Na sociedade brasileira o jovem começa a aparecer enquanto identidade grupal, nos períodos iniciais da década de 40, quando engrossaram as fileiras pelas mobilizações na segunda guerra mundial em prol da democracia. Nesse sentido a organização dos jovens em torno da UNE – União

¹⁵ ONU – Organização das Nações Unidas

¹⁶ OMS – Organização Mundial de Saúde

¹⁷ Cf. IBGE, Indicadores Sociais - 2000. disponível em <<http://www.ibge.Br>>

Nacional dos Estudantes - é representativo.

Sobre a crise de identidade juvenil Erikson (1968) comenta:

Para ingressar na história, dissemos nós, cada geração de jovens tem que descobrir uma identidade consoante com a sua própria infância e consoante com uma promessa ideológica no processo histórico perceptível. Mas na juventude, os quadros de dependência infantil começam evoluindo lentamente: já não compete meramente aos mais velhos ensinar aos jovens o significado da vida. É o jovem quem, por suas ações e reações, diz aos velhos se a vida tal como lhes foi representada, contém alguma promessa vital, e é o jovem quem trás consigo o poder de confirmar aqueles que o confirmam, de renovar, de regenerar, de rejeitar o que está podre, de reformar e revolucionar. (ERIKSON, 1968, p. 259).

Sendo o estudo da juventude e das relações que os jovens estabelecem com a sociedade, historicamente recentes, o que se pode aceitar como fator comum é que não é possível definir um conceito único de juventude e sim pensar em vários modos de uma dada cultura ou organização social entender este ciclo e o modo como este sujeito é inserido no contexto social.

As relações dos jovens com seu grupo social e o modo como este grupo os percebe nesse período de vida é que irão definir o conceito de Juventude prevalente e aceito. Para Touraine (1996, p. 46) “a juventude não é uma categoria, mas sim uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que uma sociedade tem de si mesma”.

Os estudos sobre o tema da juventude buscam também, colocar o jovem num lugar de igualdade de direitos sócios-políticos com vistas à formulação de ações que realmente atendam suas demandas e lhes permitam organizar-se. Sob sua ótica e não a partir do entendimento que o adulto têm destas.

Assim, buscar entender o comportamento juvenil inserido nas dificuldades sociais contemporâneas é um modo de desenvolver programas que realmente os atinjam. Aceitar o jovem como parte do contexto sócio-político brasileiro atual e a partir das análises de seu comportamento grupal, das características dos grupos em que se inserem e, do modo como participam na coletividade, implica em atender prerrogativas de proteção, formação e

inclusão.

O que temos como ponto referencial importante é que, somente a partir da Constituição de 1988 é que se encontram garantidos em lei, também aos jovens, novos espaços de mobilização e negociação política. O espaço oficial de representatividade dos jovens estudantes foi garantido, na década de 30 com a criação da UNE. Posteriormente essa garantia de espaços de representação política foi se desfazendo no cotidiano das práticas políticas, voltando a se fortalecer no período que antecedeu à formulação da Constituição Cidadã.

Podemos levantar como hipóteses desta mudança o fato de haver um aumento numérico de jovens comprovado pelo censo de 1996, além de questões sociais importantes a eles relacionados, tais como, violência, comércio de substâncias psicoativas, mercado de trabalho, sexualidade, educação entre outros.

Em termos estatísticos a população jovem mundial, definida pelas Nações Unidas no ano de 2000, foi calculado em 1.062 milhões de pessoas. Espera-se que em 2020 o percentual de jovens que vivem em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, aumente para 89% no mundo. 57 milhões de jovens do sexo masculino e 96 milhões de jovens do sexo feminino vivem em países subdesenvolvidos e não sabem ler ou escrever. Mais de 70 milhões de jovens estão desempregados ou a procura de trabalho. A OIT estima que as taxas de desemprego entre os jovens trabalhadores são pelo menos duas vezes superior à medida dos adultos.

No Brasil, os brasileiros entre 15 e 29 anos¹⁸ são 49 milhões (IBGE e OIJ), já entre os 15 e 24 (ONU, OIT, UNESCO)¹⁹ cerca de 32 milhões. O Brasil vive, segundo especialistas do

¹⁸ OIT – Organização Internacional do Trabalho – Estatísticas sobre taxa de desemprego entre os jovens/2000.

¹⁹ OIJ – Organização Internacional da Juventude – Dados estatísticos e recorte cronológico da juventude.

IBGE²⁰, uma “onda jovem”, isso porque, com os altos níveis de fecundidade observados no início da década de 80, vivemos entre 2000 e 2005, um pico na população jovem.

Esse pico no número de jovens presentes em nossa sociedade, junto com a deteriorização acelerada do tecido social tem tornado nossa juventude vítima potencial. São os jovens as maiores vítimas do desemprego, cujas taxas alcançaram mais que o dobro de outras faixas etárias, sendo ao mesmo tempo, 2/3 da população carcerária entre 18 e 24 anos. São os que mais morrem em acidentes de trânsito.²¹ Os índices de analfabetismo e de evasão escolar, de desqualificação para o mercado de trabalho, além da violência no interior das escolas são fatores de preocupação no âmbito da educação. Sobre a questão das práticas transgressivas de jovens Morgado (2003) lembra que,

Com frequência práticas transgressivas de jovens de classe média são interpretadas como decorrentes de transtornos emocionais, ou, então, de descaminhos educacionais da ordem de uma crise de valores. Esse tipo de abordagem é frequente em matérias jornalísticas. Tal impressão do fenômeno não corresponde à complexidade dos fatos. Entende-se que o estudo da transgressão juvenil na classe média deve privilegiar um enfoque político-pedagógico. (MORGADO, 2003, p. 120).

Nesse sentido a questão da crise de valores deve ser levada em consideração e nisso está implicado o enfoque político-pedagógico. As reflexões desenvolvidas pela área da educação acerca do comportamento juvenil não podem descartar o fato dos jovens estarem inseridos num contexto político diferenciado no Brasil. As crises políticas relacionadas à ética e a economia são públicas e a mídia se encarrega de fazer os destaques.

Não é possível descartar o fato de que no Brasil duas visões diferentes de jovens apresentam-se, dentre tantas juventudes: os jovens de classe média e alta, que participam ativamente da sociedade de consumo e os jovens "carentes", das classes mais pobres, alvo da maioria dos programas públicos, e dentre esses, os voltados para a diminuição dos índices de violência, evasão escolar e desemprego.

²⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados de 2002.

²¹ Fonte: Jornal da UJS nº 02 abril/2003

A Assembléia Geral da ONU definiu juventude pela primeira vez em 1985, para o Ano Internacional da Juventude, no entanto, acrescentou que, “para além da definição estatística do termo juventude, seu sentido variava em diferentes sociedades em todo o mundo e que as definições de juventude haviam mudado continuamente como resposta às flutuações das circunstâncias políticas, econômicas e sócio-culturais”.

O desenvolvimento de políticas públicas, principal função dos Conselhos Deliberativos, voltadas para a juventude pressupõe fundamentalmente, a conquista de direitos aos jovens e a instituição de canais de participação e interlocução junto ao Estado, esse é, a princípio, o seu lugar nesses Conselhos. A adoção de políticas de governo voltada para a integração dos jovens se justifica quer por questões demográficas, quer por questões estratégicas de garantia de futuro aos adultos de amanhã.

Em função disso, uma série de governos têm incorporado à sua estrutura administrativa organismos responsáveis pela execução de políticas públicas de/para a juventude além de instrumentos de participação dos movimentos juvenis junto ao Estado.²²

A característica que mais chama a atenção nessas organizações é a ausência quase completa dos jovens. Ainda é uma tendência da sociedade brasileira adulta manter os jovens à distancia dos grupos que decidem sobre questões da juventude. É como se não pudessem saber o que é melhor para eles e precisassem dos adultos para escolher, tendência bastante tradicional e conservadora.

Alguns movimentos e estudos têm sido feitos no sentido de diminuir essa distância e resgatar o lugar político do jovem, visto com saudosismo pelos que foram jovens nas décadas

²² A exemplo disso temos no Brasil em alguns estados Secretarias da Juventude, como São Paulo e Paraná, onde o segmento jovem está associado a trabalho e cidadania. Em Mato Grosso articula-se a implantação de uma Coordenação da juventude ligada á Secretaria de Trabalho, Emprego e Cidadania. Existem 4 projetos de lei tramitando na Assembléia Legislativa de MT que beneficiam a organização juvenil, um deles é pela criação do Conselho Estadual da Juventude do Suplente de dep. Wagner Ramos (PPS).

de 60 e 70. É certo que os tempos são outros e as demandas sociais diferentes, e em certo sentido mais graves. Perdemos nossos jovens, numa esmagadora maioria masculina, por causas externas de mortandade. Esse é um fator que preocupa. Como diz Adorno (2002, p. 105) "ser jovem nessa sociedade é ser possivelmente uma vítima, ser jovem é, em última instância, viver uma situação perigosa".

Os jovens se organizam em grupo de inúmeras formas, em função do objeto da pesquisa, focalizarei meus estudos nos movimentos estudantis como forma de participação juvenil na realidade social.

2.3 - Movimento Estudantil como forma de participação política

Um modo de entender o esforço do jovem por participar da organização social e de ser respeitado como sujeito capaz de pensar soluções, refletir as estruturas já postas e propor mudanças se apresenta na organização dos estudantes pelo mundo. O Movimento Estudantil foi, durante os períodos políticos mais conflituosos da década de 60 e 70 expressivos na luta por reconhecimento dos anseios juvenis.

Brandão fazendo uma análise interessante acerca da participação política dos jovens na década de 60, chama a atenção para um movimento que nomeou de "a grande recusa" movimento de recusa ao "consumismo capitalista, aos partidos políticos oficiais acompanhado por uma exigência de transformação de valores que emergiram como a principal força transformadora da sociedade moderna" (BRANDÃO, 1990, p.57).

O movimento de recusa ao consumismo capitalista, próprio dos jovens estudantes de classe média e alta, nas décadas de 70 e 80 se diferencia enormemente dos movimentos engendrados pelos jovens "Geração Shopping Centers" (ABRAMO, 2000, p. 75) atuais. Mas

a bandeira do resgate de valores éticos continua bastante atual. O que significa que talvez, nessa área, as coisas tenham piorado muito.

Mesquita analisando o Movimento Estudantil afirma:

Além do aparecimento das diversas expressões estudantis, surgem de maneira expressiva no movimento temas mais amplos como a discussão da cultura, do meio ambiente, da paz, dos movimentos de minoria, entre outros, apesar disso, o Movimento Estudantil não consegue aglutinar boa parte dos estudantes, seja na realização de suas assembleias, seja nas passeatas, etc. (...) O Movimento Estudantil passa assim, por uma crise de representatividade e organicidade que se manifesta na sua intervenção fragmentada e na pouca expressividade entre os estudantes. (MESQUITA, 2003, p. 94).

É exatamente essa quase ausência, esse vazio nas discussões políticas de importância em nosso estado, associadas a uma presença marcante nas estatísticas sobre transgressões, violência, criminalidade, que motivaram essa pesquisa. Meu desejo não é aumentar o número de trabalhos que focalizam o estudo dos jovens que se excluem ou são excluídos do sistema, dos jovens que estão à margem. Meu interesse e curiosidade são pelos jovens que, apesar das adversidades querem participar.

O jovem é um ser em desenvolvimento, creio, aliás espero, que todos sejamos. Estamos em constante evolução e isso se dá num processo dialético entre a organização cultural e a psíquica, num processo de internalização da cultura e num movimento de transformar-se e transformar.²³ Nesse caminho que vai da internalização da cultura para a estruturação da personalidade, o jovem se diferencia do adulto por estar também em desenvolvimento orgânico e desse modo, vivenciar as dificuldades próprias das mudanças provocadas em sua imagem corporal.

Misturados nesse amálgama a socialização juvenil, que nunca foi calma ou conflituada, se depara na atualidade com dramas provocados pela valorização ética cada vez mais elasticizada pela priorização de interesses individuais em detrimento dos coletivos.

²³ Cf. Vygotsky, *Pensamento e Linguagem*. 2000, p. 135.

A questão da representatividade e da legitimidade nas organizações políticas atuais é tema de várias análises, já que o problema permeia toda a estrutura do Estado democrático e do esforço por sua manutenção. O espaço público nas sociedades contemporâneas mudou consideravelmente em relação ao que se entendia sobre essa temática no período da revolução industrial. Nos moldes em que foi concebida e posta em prática nas democracias liberais, a representação política estabeleceu uma distância muito grande entre o “mundo cotidiano” e o “mundo da política”, provocando, na maioria das pessoas, um sentimento de não pertinência a esse último. Se o “mundo da política” ficou refém daqueles que compunham o aparelho estatal e de uma minoria de privilegiados, os cidadãos não dispunham de um espaço constitucionalmente estabelecido, para exercer sua cidadania.

Na constituição de 1988 a proposta é que essa dinâmica se altere. Criaram-se os espaços para o exercício da cidadania. O povo deverá então, aprender o que isso significa. Deverá aprender a ser cidadão o que significa democracia. Nesse contexto, os jovens, que participaram nos movimentos de resistência à manutenção dessa distância entre o mundo político e os espaços cotidianos e que atualmente são mantidos distanciados dos espaços públicos de decisão coletiva, deverão construir sua cidadania a partir das circunstâncias e do rompimento com esses paradigmas, criando um novo paradoxo.

Carrano pesquisando os estudos feitos no Brasil no período de 1980 a 1998 sobre Movimento Estudantil e participação política dos jovens, em suas considerações finais ressalta que:

No momento em que não há impedimentos formais para a organização – pelo contrário existe legislação específica que garante o direito à organização estudantil - vive-se um quadro de desmobilização e de desinteresse diante desse tipo de participação política. (...) O tradicional modelo de organização estudantil há muito deu sinais de esgotamento e as novas formas de mobilização estudantil ainda são esporádicas e pouco orgânicas, carecendo de estudos que desvendem suas principais orientações e práticas. (CARRANO, 2002, p. 283).

Importante lembrar, no entanto, que mesmo no período das lutas mais acirradas na

ditadura, sabia-se que o número de jovens participantes era pequeno se comparado com sua representação numérica nas estatísticas da época. Carrano indica essa característica em suas pesquisas e ainda aponta o fato desses jovens ativistas fazerem parte da chamada classe média, o que implicava em que suas ações no fundo não pretendiam colocar em risco as estruturas de classes. (CARRANO, 2002, p. 94). O rompimento com as estruturas dadas como imutáveis estão no cerne do pensamento contemporâneo como uma tentativa de aproximação de formas democráticas de vida.

Fernandes chama a atenção para a importância de se manter o tensionamento entre as lutas por uma democracia diretamente participativa em uma organização política que se caracteriza pela produção capitalista:

Quando se fala ou se discute democracia a grande maioria da população, que compõe o chamado tecido social, parte do pressuposto de que a democracia seria uma questão resolvida e, portanto, bastaria apelar para seu nome que disso resultaria um projeto político de sociedade solidamente justificado (...) assim sendo, a articulação entre sociedade, democracia e educação necessita ser compreendido nos limites da sociedade capitalista que, se por um lado, apresenta seu conteúdo histórico, por outro, vai alterar a forma de exercê-lo pelos regimes políticos ditos democráticos. (FERNANDES, 2000, p. 22).

Para a educação esse é o desafio. O professor, sendo o responsável pela transmissão sistematizada de conhecimento e pela compreensão da organização social deve ter claro o seu compromisso ético-político. É preciso que os representantes dos aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 2001, p. 29) reformulem ideologias e decidam eticamente por transformar a organização no sentido de produzirem a compreensão pelos jovens do sistema que temos e do que queremos. A escolha será mais fácil e coerente desse modo.

A ética, assim como a democracia, é um conjunto de valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas. Devem ser valorizados, protegidos e defendidos como algo que transforma a todos em iguais no sentido de que todas as pessoas são, sob esses princípios, igualmente merecedoras de direitos, bens de consumo, qualidade de vida e todos igualmente

devem ser respeitados nas suas especificidades.

O maior teste para a ética é a relação de poder. A ética deve ser mais forte que o poder. A sociedade ideal, deve reger-se pelo princípio da ética, e o poder não deve ser utilizado para dominar a humanidade do homem. O poder democrático é o que tem gestão, controle, mas não tem subordinação, não gera as imensas desigualdades sociais de que somos vítimas.

Não existe democracia sem liberdade, igualdade, participação, solidariedade e diversidade. Assim, por meio da cultura democrática e da participação pode-se construir relações democráticas de poder. Os Conselhos são um exemplo disso, ou pelo menos têm em seu discurso de base, essa filosofia.

Zanetti também aponta a fragilidade das instituições democráticas, mas ressalta a importância de não abirmos mão do que já se conquistou. No caminho da história dos movimentos sociais no Brasil é fundamental reconhecer que o lugar reservado aos jovens estudantes nos Conselhos de Educação é fruto dessas lutas. Durante as ações do Movimento Estudantil, suas mais importantes manifestações estavam voltadas para uma crítica ao sistema educacional prevalente e para reformulações que comprovam sua importância ainda nos dias atuais. Afirma o autor:

Nossa historia recente mostra o quanto é difícil obter democracia e alertamos para a fragilidade das instituições democráticas que necessitamos consolidar. Ainda que seja uma democracia mais formal do que substancial, não devemos abrir mão de nenhuma das conquistas tão duramente conseguidas. Consolidar a democracia é nosso dever para com as gerações futuras. E ela está ameaçada por formas de poder oriundos do mundo dos negócios, das finanças, das comunicações, que enfraquecem a ação dos atores do governo, dos partidos políticos, dos sindicatos, de organizações representativas da sociedade civil. Essas novas formas de poder possuem baixíssimo grau de responsabilidade social e quase nenhum controle. Manipulam informações e interferem de forma negativa nas relações entre os estados, trata-se basicamente do poder de iniciativa privada internacional que não reconhece fronteiras nem estado nem culturas. (ZANETTI, 2001, p. 194).

Nesse sentido, o jovem seria o que maior dano sofre na organização econômica vigente, já que não adquiriu ainda o status de adulto e não produz o suficiente para que sua

voz seja considerada. Talvez pelo fato dos jovens das classes mais empobrecidas entrarem mais cedo no mercado de trabalho e, portanto, cada vez menos escolarizados e os jovens das classes mais enriquecidas entrarem cada vez mais tarde, as análises conjunturais demonstrem que sua representatividade nos problemas sociais aumenta e suas presenças nos espaços que propõem soluções se mostram precárias e esparsas.

Consolidar a democracia implica em garantir espaços fortalecidos de controle e participação, uma noção de responsabilidade social que produza a união entre várias representações coletivas. O jovem brasileiro tem buscado de várias formas se envolver e contribuir. Muitos estão engajados em ações sociais voltadas às questões ambientais e culturais e apesar de pertencerem, em sua maioria, à classe média e alta, fazem discussões acerca do direito político e social de se fazer ouvir, não importando a condição ou classe a que pertençam.

Se o país exercita sua condição democrática não posso deixar de levar em consideração que os jovens precisarão de um tempo maior para consolidar sua organização em torno de causas próprias. No entanto, pretendo com esta pesquisa, entender um pouco do modo como hoje estes jovens se articulam politicamente e que causas defendem, principalmente na área da educação em meu estado.

Os Conselhos, como já disse anteriormente, não são espaços imunes aos conflitos e crises. Mas se partimos do pressuposto que numa democracia, o consenso é conquista de diversas opiniões que renunciam por um bem coletivo, a formação do jovem para participar nessas instâncias é um prenúncio de formas de organização social que evoluem em busca de melhores condições de vida e maior participação no espaço público.

A concentração ou centralização seja do poder, da riqueza ou da informação, cria a possibilidade de uma relação autoritária. Já a descentralização equivale a uma aposta na criatividade, na autonomia, na liberdade.

Para Mesquita, a questão da organização do Movimento Estudantil atualmente, além de estar permeada pelas lutas em prol da manutenção do Estado democrático, apresenta uma outra característica que não é própria apenas desse segmento organizativo, característica a que ele nomeia de pluralidades:

Estas formas organizativas aparecem hoje não só de maneira diferenciada, mas também trazem consigo, uma heterogeneidade de conteúdos que nos faz pensar, até que ponto, a diversidade de redes juvenis existentes, vem influenciando a prática e as estratégias militantes dos próprios estudantes? Ou de outra forma, (...) como as novas sociabilidades emergentes no meio juvenil colaboram na formação de *uma nova sociabilidade militante* no interior do Movimento Estudantil e conseqüentemente, atuam de maneira a criar outros aspectos de militância e uma nova cultura política? (MESQUITA, 2003, p. 96).

O questionamento feito pelo autor é o mesmo que faço com relação aos representantes estudantis no Conselho de Educação: suas decisões são articuladas politicamente e produzem algum tipo diferenciado de participação? As diversidades na militância e as diferenças culturais são fatores que devem ser levados em consideração ao estudar a questão da participação política numa determinada organização social. A prática política em nosso estado é fortemente permeada pela cultura colonialista e mandatária. Buscar conhecer como nossos jovens atuam politicamente num espaço que se configura como conselho pode mostrar como estamos transmitindo valores e rompendo paradigmas.

Aqui é importante esclarecer que não vejo diferença. como o mesmo que desigualdade. Desigualdade deriva de um tipo de privação social. Igualdade e desigualdade são princípios éticos. A diferença não se relaciona necessariamente com a ética. Uma pessoa pode ser diferente da outra e não ser desigual. Diversidade também não representa a mesma coisa que diferença ou desigualdade. O princípio da diversidade consiste em admitir que as pessoas podem ser iguais, e ainda assim, ter atitudes e práticas diferentes.

Para se atribuir o status de democrático a qualquer regime político é preciso que se estabeleçam critérios que não se resumem á vigência de direitos civis e políticos mínimos. Para mim é fundamental uma sociedade de pessoas livres e diferentes. O princípio da

homogeneização não é salutar para o ser humano. Outros regimes políticos que não a democracia também perderam sua força por não levar em consideração a questão do direito humano de ser diferente e ainda assim, ser tratado pela coletividade como um cidadão igual. A igualdade é produtiva, importante, mas deve estar associada a outros princípios.

Sem participação, sem liberdade, não há a aceitação da diferença nem o interesse pelo social. Este estudo tem sua expectativa de importância por que propõe a acompanhar, ao longo do tempo, as relações que o mundo adulto estabelece, num espaço público, com os jovens. Considerando suas diferenças mais também o fato dele ter igualmente o direito de participar. Se nossos jovens já podem votar aos 16 (mas não podem ser votados), ser responsabilizado civil e criminalmente por seus atos aos 18, por que ainda é tão difícil sua participação nos espaços públicos quando interagem com adultos?

Como diz Erikson (1968, p. 259) "são os jovens que vão confirmar se os valores que transmitimos contem promessas vitais. É deles o poder de regenerar, de renovar, de revolucionar". Essa condição pode ser ameaçadora, mas ainda assim deve ser valorizada, principalmente no espaço público.

Devido à heterogeneidade nas diversas formas de organização juvenil, na militância e nas diversas causas e características de sociabilidades apresentadas pelos jovens espalhados pelo país é que não se pode falar de juventude enquanto categoria. Existem juventudes diversas no contexto geográfico brasileiro. E nesse sentido concordo com Touraine quando ele se recusa a entender juventude enquanto categoria.

Mesquita traz uma questão importante sobre a organização do Movimento Estudantil no país e sobre a participação dos jovens ao apresentar uma vertente percebida no 46º Congresso da UNE "A idéia de uma política de participação como agente de criação de projetos a serem desenvolvidos pelo poder público marca a diferença entre o estágio fortemente reivindicatório do passado e o caráter propositivo do presente", ressalta o autor:

A emergência de novas práticas no interior do M. E. sinaliza o desgaste de uma forma tradicional de fazer política que não contempla a diversidade e anseios da juventude, além disso, sinaliza a incapacidade de constituir-se em instrumento político de discernimento (...) o Movimento Estudantil, portanto, não é destituído de antagonismos e conflitos, posto que convivem em seu interior formas inovadoras e tradicionais. Porém, mais que antagônicas são complementares e oferecem a uma boa parcela de jovens estudantes, um importante espaço de socialização política. (MESQUITA, 2003, p. 119).

O fato dos jovens estudantes buscarem espaços onde poderão propor projetos a serem desenvolvidos pelo Estado é que explica a sua presença nos Conselhos de Educação. É exatamente nesses Conselhos, e os de educação principalmente, por serem uns dos poucos a garantirem o lugar do jovem estudante que não é visto como excluído socialmente. Caso dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, por exemplo, que lhes são dadas as condições para discutir propostas que gerarão a criação de políticas públicas integradoras.

Ainda falando sobre a questão da organização democrática e sobre o processo educacional, o autor ressalta:

Se nos anos 60 a ascensão social via diploma universitário era uma expectativa da classe média da qual basicamente o universitário era proveniente. (...) o trabalho e a qualificação são as reivindicações realistas contra a exclusão de jovens inseridos num sistema de ensino democratizado nas últimas décadas, mas que não responde à falta de uma mobilidade cada vez mais dificultada pelas políticas neoliberalistas. (Op. Cit, 2003, p. 105).

A inserção no Mercado de trabalho, a qualificação profissional, a participação na vida política do país através de partidos; as discussões acerca de problemas geracionais são interesses que levam os jovens a reivindicar políticas públicas direcionadas. Mas ainda assim, esses jovens enfrentam os obstáculos criados, tanto pelas políticas de organização hierarquizadas quanto pelo mundo adulto, que os desconsideram enquanto sujeitos capazes de contribuir.

Existe aí uma complexidade de fatos e ações que implicam em buscar entender esta relação conflituada entre jovens e adultos, que é culturalmente hierárquica e autoritária. A luta pela cidadania não é linear, mas sim um processo gradual, em que o cidadão vai conquistando

direitos, que na maioria das vezes são conquistados em tese, mas não exercidos. Para se exercer direitos é preciso consciência política e isso só se adquire com participação

A formação política depende de meios de comunicação de massa democráticos, abertos, permeáveis à informação. Os adultos de modo geral, aqueles que não fazem parte de espaços político partidários, e até alguns desses, não têm a prática democrática da participação para além do exercício do voto. Esse é um problema que exige tempo para ser solucionado.

A condição juvenil de fazer análises do mundo adulto pode ser extremamente ameaçadora. Para Aberastury (1981, p. 17) "o adulto se agarra a seu mundo de valores que, com triste frequência, é o produto de um fracasso interno e de um refúgio em conquistas típicas de nossa sociedade alienada". As relações sociais que se reformulam no modo de organização coletiva de hoje é nova para os adultos, mais ainda para os jovens.

As mudanças vão aparecendo no decorrer das ações cotidianas e exigindo modos de solucionar inovadores, distantes dos modelos conservadores que não mais são aceitos pelos jovens. A escola é um universo onde isso é fortemente percebido, a família é outro local em que o jovem atua de modo diferenciado na busca pela consideração de igualdade de cidadania.

Ainda para Aberastury,

O normal é que participem dentro das inquietudes que são a própria essência da atmosfera social em que vivem, e se pedem emancipação não o fazem na procura de chegar rapidamente ao estado de adulto - muito longe disso - senão porque precisam adquirir direitos e liberdades semelhantes aos quais os adultos têm, sem deixar sua condição de jovem" (ABERASTURY, 1981, p. 22).

Assim, entender a participação e representatividade política juvenil, passa pela consideração de que eles não estão fazendo movimento para deixar de ser jovem, ao contrário, reivindicam o direito de o ser e ainda assim, participar. Percebe-se nas tentativas de organização juvenil que nem sempre ocorreram conflitos entre esses e os adultos. Ao longo da história por várias ocasiões os jovens se uniram aos adultos para mobilizarem-se em torno de

causas coletivas e ainda assim preservaram sua identidade. Esse movimento de fortalecimento político da sociedade pela união de jovens e adultos já ocorreu antes nas lutas pela retomada da democracia no pós-golpe militar de 1964, e a UNE - União Nacional dos Estudantes - teve expressiva participação.

A União Nacional dos Estudantes foi a primeira organização estudantil a ter reconhecimento no cenário nacional brasileiro, tendo a prerrogativa de ser percebida como a base histórica de sua mobilização política.

Conhecer um pouco da história da UNE implica em conhecer o modo como se organizaram os estudantes e quais eram suas bandeiras. Assim como tantos outros grupos organizados no Brasil para lutar contra a ditadura, o Movimento Estudantil enfrentou perdas, perseguições políticas, mortes coletivas de seus integrantes, exílio. E como tantos outros grupos organizados nesse período, gradativamente perderam sua força representativa.

O retorno dos jovens ao cenário político do país apresenta características diferenciadas de sua participação nas décadas de 60, 70 e 80. Atualmente lutam por emprego, salário justo, igualdade social, ética na política, qualidade de vida. O que pode ser motivado pela sua precoce inserção no mundo do trabalho. O jovem brasileiro de hoje, principalmente os mais empobrecidos, não conseguem apenas estudar até a formação universitária. Precisam trabalhar para manter seus estudos. Fato que os coloca mais cedo diante das dificuldades próprias do mundo adulto.

Minha proposta é o estudo da participação política dos jovens estudantes, portanto o interesse é pelo ser jovem que se politiza, pela sua representatividade num determinado espaço público sem deixar de levar em consideração sua condição geracional. Para entender seu modo de organização atual discorrerei sobre a história do Movimento Estudantil no Brasil e as bandeiras que os estudantes empunharam através da UNE.

União Nacional dos Estudantes – UNE – a representante estudantil oficial no país e suas lutas pela participação política – síntese de uma história

O cenário internacional à época da criação da UNE (1937) era de grande crise econômica provocada pela recessão de 1929. Os seus efeitos no Brasil viriam a aumentar a função do Estado, legitimando todas as ações que tinham como objetivo salvar a economia arruinada. Getulio Vargas é colocado no poder em 1930.

Baixado em 1931, um decreto do governo provisório constituído pela revolução de 1930, previa que em cada unidade básica do sistema de ensino superior - a faculdade, deveria existir um órgão de representação estudantil - o Diretório Acadêmico - cujo estatuto seria aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo do estabelecimento. Assim nasce a organização do Movimento Estudantil, uma estrutura vertical, legalmente reconhecida e em conformidade com o estatuto da Universidade brasileira.

As universidades deveriam ter Diretórios Centrais, com estatutos redigidos em acordo com os Reitores e aprovados pelo Conselho Departamental da Faculdade e pelo Conselho Universitário respectivamente. A filiação ao Diretório Acadêmico era automática. Nas universidades públicas, além de pequenas verbas, esse diretório contava com franquia postal e direito ao timbre com as Armas da República (ALBUQUERQUE, 1977, p. 122).

Até 1937, os estudantes dispunham de centros acadêmicos, mas não de organizações superiores que os congregassem. Era proibida nas reuniões qualquer discussão com cunho político. Em 1938, com a reunião do 1º Conselho Nacional dos Estudantes começou a se alterar essa condição. Os delegados reunidos dão o primeiro passo para a criação de uma unidade nacional de estudantes universitários. Em 1937, a UNE - União Nacional dos Estudantes - é solenemente fundada. Começa então as articulações de oposição ao regime

republicano de Vargas.

Com a declaração da II Guerra Mundial e da entrada do Brasil neste conflito contra as forças do eixo, o Movimento Estudantil faz sua entrada no cenário político brasileiro. A decisão do Brasil de se incorporar ao campo aliado numa posição de neutralidade foi motivada por vários fatores: a conclusão de acordos econômicos altamente favoráveis aos Estados Unidos e o rumo assumido pelo próprio conflito mundial na Europa.

É por sua participação destacada nesse amplo movimento que aliava liberais, socialistas e comunista, na luta contra o nazi-fascismo no cenário externo e contra a ditadura no cenário interno, que a recém-criada União Nacional dos Estudantes - UNE - ganha notoriedade e se firma como entidade superior do sistema oficial de representação dos estudantes.

Esse era o traço característico do Movimento Estudantil brasileiro, que trouxe conseqüências para o seu padrão de atuação antes e depois de 1964. A UNE fazia parte da organização do Estado e se organizava de acordo com o suporte da Lei que regimentava as universidades no país.

Refletindo em seu meio os conflitos que dividiam a sociedade política da época, as tendências que se confrontavam no Movimento Estudantil dispunham-se em dois grandes eixos: a Esquerda Nacionalista e a Direita predominantemente Liberal e elitista. (ALBUQUERQUE, 1977, p. 130).

Até o final dos anos 40 a UNE foi dirigida pelos Nacionalistas de Esquerda e sob suas lideranças participaram ativamente da Campanha "O Petróleo é Nosso" - amplo movimento de opinião civil e militar - que culminou com a aprovação pelo Congresso, em 1953, da Lei 2004, que criava a Petrobrás.

Em 1950 os Liberais elitistas detiveram o controle da UNE. Em 1956 a esquerda

retoma o controle. As forças de direita no interior da UNE, em 1960, tiveram importância decisiva em função de uma tendência de origem católica que estruturou o Movimento em duas organizações de caráter distinto: a Juventude Universitária Católica - JUC e a Ação Popular - AP, que mantiveram até 1968 a supremacia no Movimento Estudantil brasileiro.

A JUC descreveu uma trajetória importante que lhe garantiu uma posição singular na história do Catolicismo Progressista Latino-Americano (LOWY, 1989, p. 21) definindo-se em sua primeira fase como apolítica e voltando-se internamente às tarefas de evangelização, ela produziu um discurso que incorporava elementos do Marxismo e contestava radicalmente a realidade econômica e social do país. (CRUZ, 1994, p. 04). A influência em seu interior era do pensamento católico francês.

O que impulsionava a JUC eram os dilemas morais e práticos criados por seu engajamento no trabalho junto à população carente e por sua crescente militância no Movimento Estudantil. Foram as respostas encontradas para esses dilemas que puseram a JUC em choque frontal com a hierarquia estatal e universitária, levaram seus dirigentes a romper os vínculos de subordinação ao sistema hierarquizado, provocando a fundação, em 1962, de uma organização política autônoma chamada Ação Popular.

A esquerda católica não ocupava sozinha o campo progressista no Movimento Estudantil. Ela partilhava o controle da UNE com outras tendências. Tiveram destaque em 1964 as tendências políticas internas que se ligaram ao Partido Comunista Brasileiro. Foi sob a condução da JUC que a UNE promoveu a campanha pela Reforma Universitária - causa maior do Movimento Estudantil, que até então não havia empunhado essa bandeira levantada pela primeira vez pelos estudantes da Universidade de Córdoba na Argentina de 1918. (CRUZ, 1994, p.18).

Até 1960, algumas manifestações pela democratização e modernização da universidade haviam ocorrido mais ou menos espontaneamente em várias regiões do país.

Mas eram mobilizações esparsas que não chegavam a configurar um movimento. É através da JUC que isso vai se concretizar. (BEOZZO, 1984, p. 35).

A ideologia reformista era nova no Brasil e o momento pode ser demonstrado pelo que Souza aponta:

O movimento não tem dono, portanto, faltam ideólogos, pessoas que conheçam os princípios e a realidade da universidade brasileira e façam dos dois uma síntese de soluções diretivas. Se outros se tornarem donos da vaga, sem a nossa participação, será nossa e da JUC, a culpa de ser a universidade um novo instrumento de luta contra a religião católica. (SOUZA, 1984, p.117).

Essas tensões eram explicadas pela constante pressão da classe média pela ampliação das vias de acesso à universidade, que se convertera nos anos 50 em uma área politicamente instável. Dessa forma, o tema da Reforma Universitária foi decididamente encampado pelas lideranças da UNE que dele se valeu para alavancar um movimento de maior envergadura. Um movimento contra a estrutura autoritária da Universidade (CUNHA, 1983, p. 168). Contra o seu elitismo, contra um ensino antigo em total descompasso com a realidade nacional e as necessidades do povo, por uma universidade moderna e democrática, em cujas decisões os estudantes pudessem influir com maior peso. (Op. Cit 1983, p.177).

Essa foi à época, a proposta que provocou a criação da UNE volante, com o objetivo de levar esta plataforma aos estudantes de todo o país. Com o apoio dos Centros Populares de Cultura - CPC - o tema era animado com musicais e encenação de peças carregadas de mensagens antiimperialistas. Diretores da UNE iam aos Centros mais distantes, mobilizando a base para a prova de força que enfrentariam. Organizavam-se para uma mobilização importante.

Aconteceu em 1962, com a deflagração da "Greve do 1/3", denominação escolhida por expressar o alvo mais imediato do movimento: a participação no governo da universidade e nos Conselhos, Federal e Estaduais de Educação, que supervisionavam a política universitária. A "Greve do 1/3" estendeu-se por mais de três meses e atingiu a maior parte das

40 universidades que existiam na época. Foi a mais ampla e a mais longa greve estudantil até então já ocorrida no país. "Nem por isso foi capaz de alcançar seus objetivos. Confrontado com a resistência tenaz da burocracia do ensino e com o veto conservador no Congresso, o movimento acabou por exaurir-se". (CRUZ, 1984, p. 05).

O movimento provocado pela Greve do 1/3, que tentava garantir percentual igual de representação estudantil nos Conselhos de Educação é a origem das lutas que garantem essa representatividade na Constituição de 1988 e na LDB de 1996. Apesar de à época esses estudantes não conseguirem forçar as mudanças propostas na reforma universitária, a semente foi plantada.

Nesse período (1962) vamos assistir a uma crescente radicalização da UNE. Sob a alegação de que os destinos da reforma se decidiam fora da universidade, as lideranças da UNE vão politizar acentuadamente o seu discurso, passando a intervir cada vez mais enfaticamente no debate de grandes questões nacionais. Nesse caminho ela se distancia da sua base, abrindo espaço para o avanço do liberalismo conservador²⁴ no Movimento Estudantil.

Segundo Cruz,

Contudo, essa trajetória foi algo mais do que uma fuga para a frente diante dos impasses criados pela derrota do movimento grevista. A essa altura, o Brasil estava imerso no que certamente terá se constituído a crise mais profunda e dramática de sua história contemporânea. (...) no final dos anos 50, o pacto populista, que desde a democratização, em 1945, presidia a política brasileira, estava sendo minado por processos contraditórios, mas complementares: a) continuada erosão de seu apoio nos meios empresariais, cada vez mais intolerantes com as injunções e o discurso populista. b) pressão crescente dos setores populares, na cidade e no campo, que o movimento nacionalista buscava canalizar para um amplo programa reformista. (CRUZ, 1984, p. 05).

Nesse contexto a renúncia do Presidente Jânio Quadros, apenas sete meses depois de investido no cargo, libera tensões há muito acumuladas e deflagra a crise. Livre de qualquer compromisso partidário, Jânio Quadros fora adotado pelas forças antipopulistas como o único

²⁴ Liberalismo - atitude dos que defendem a propriedade privada, as reformas sociais graduais, as liberdades civis e a liberdade de mercado (HOLANDA, 1989, p.425)

habilitado a se contrapor ao candidato da situação, que contava com o apoio dos nacionalistas. Depois de eleito, por boa margem de votos, obedecendo às questões legais, ele entrega o cargo ao Vice, João Goulart, um dos políticos mais identificados com o programa de reformas de base e uma das mais destacadas expressões do populismo nacionalista.

As crises vieram sob a forma de uma tentativa de golpe conduzida pelos ministros militares do governo que se desfazia. A "crise da renúncia" foi contornada pelo acordo em torno de uma Emenda Constitucional que alterava o sistema de governo, instituindo o Parlamentarismo. (CRUZ. 1994, p. 12). Com seus poderes diminuídos, o governo Goulart paralisado pelo veto conservador que sofria no Congresso, assume a Presidência. O discurso do movimento nacionalista endurecia, a idéia da luta armada começava a ganhar adeptos.

Para o autor a UNE,

Polarizada ideologicamente pelo Partido Comunista Brasileiro, que desde o manifesto de 1958, revira suas posições, passando a apostar na aliança com a "burguesia nacional" e na "via pacífica para o socialismo", o conjunto da esquerda estava inteiramente absorvida pelos embates que se travavam no plano institucional. Na verdade, a esquerda subestimava seriamente seus opositores, partilhando com Goulart a confiança na suposta solidez de seu esquema de sustentação militar - o Ministro do Exército - e a rede de comando em mãos oficiais nacionalistas. Quando esse dispositivo ruiu, antes mesmo de ser assinado, desabou no mesmo movimento a autoridade de líderes que proclamaram por anos a fio a "vocação democrática" das Forças Armadas. (Op. Cit 1994, p. 06).

Logo os movimentos contrários a essa estratégia começam a se mobilizar em duas frentes: os setores estratégicos militares junto a empresários e grandes proprietários rurais e a classe média urbana, que buscava canalizar, através de uma vasta campanha, a propaganda centrada no anticomunismo. A divisão ideológica se dava em torno da luta armada. No meio universitário os efeitos dessa pol mica se fizeram sentir principalmente através da Ao Popular, que já em 1957 havia aderido ao Marxismo.

Entre a maior parte dos militantes do Movimento Estudantil estavam os integrantes da chamada "dissidência do Partido Comunista Brasileiro", grupo chamado de "nova esquerda"

que, além da escolha pela luta armada como horizonte de sua prática política, compartilhavam uma forte rejeição ao estilo contemporizador e conciliatório da política tradicional, aliada a um desprezo pelos espaços institucionais que ainda se mantinham abertos no pós-1964. Essa orientação expressou-se publicamente por ocasião das eleições legislativas de 1966, sob a forma do movimento pelo voto nulo.

No dia 31 de março de 1964, tropas rebeldes do exército ocupavam as ruas de Minas e Rio de Janeiro. No dia 01 de Abril, o rádio anunciava a partida de Goulart para o Uruguai. Tudo aconteceu sem maiores problemas. Quando se tornou patente que a questão para as Forças Armadas estava resolvida, os dirigentes da esquerda nacionalista já se encontravam presos ou estavam em fuga. Esse desfecho teve um efeito arrasador sobre a esquerda, principalmente a que militava no Movimento Estudantil.

Herbert de Souza apresenta uma interpretação, a posteriori, desse panorama ao contar:

O processo era liberal, democrático. Chegava-se ao poder pelo voto, ou pelo menos, passava-se por ele. O Congresso tinha seu poder. e a Justiça, mais ou menos, sua vez. A imprensa, com todos os seus problemas tinha sua liberdade. E as entidades da sociedade civil, seu espaço para lutar com todos os limites e possibilidades. Nada era perfeito, havia muito a ser feito, muitas reformas de base que clamavam por existir. Através da liberdade existente, as mudanças buscavam seu horizonte em meio a tantos limites. Antes do golpe, as reformas estavam na ordem do dia: bancária, urbana, agrária, da saúde, educacional e várias outras. Todas as necessárias para que o Brasil fosse efetivamente democrático, autônomo e independente. Mas os setores dominantes da elite brasileira não estavam dispostos a abrir mão de seus fantásticos privilégios. Levantaram suas bandeiras contra: o comunismo, a inflação e a corrupção. Ganharam a classe média, sempre assustada com o povo e deram o golpe militar. O resultado foi um desastre para a democracia, um sucesso para setores importantes dessa elite. O governo João Goulart, que representava a reforma, deveria ser deposto, por um ato de força, já que da democracia era filho. Nascera do voto, vice de Jânio. Jânio, filho do voto e depois, pai do golpe. (SOUZA, 1994, p. 03)²⁵.

Nesse quadro extremamente politizado a UNE evoluiu. Se os grandes temas da política nacional passavam a dominar o discurso e a prática militantes da UNE, outro tanto se dava com seus opositores no Movimento Estudantil, as divergências internas se acirravam. Isso acarretou seu desgaste, que pode ser associado, não à politização em si, mas ao fato de as

²⁵ Artigo publicado no Jornal Folha do estado em 1º de Abril de 1994.

orientações de suas lideranças estarem em discordância com as disposições políticas e ideológicas de amplas parcelas de seu público específico. (CRUZ, 1994, p. 25).

Sobre a natureza e a permanência da duração do governo militar, a expectativa dos que a defendiam era de que os militares eram detentores de um mandato preciso, com vigência limitada em defesa dos valores tradicionais ameaçados, Deus, a família, a propriedade, a Constituição, a legalidade democrática. Tão logo o golpe se deu, a luta pela liberdade começa. Essa é a dinâmica humana, não se vive sem liberdade.

O Marechal Castello Branco foi eleito pelo congresso, na formalidade da lei, para governar pelo tempo que faltava para o fim do mandato de Goulart, mas logo se percebe que isso não vai acontecer. Militares e políticos conservadores, unidos à classe proprietária, parcelas majoritárias da classe média, se unem no ataque conjunto ao governo e às forças populares.

Unidos contra o comunismo, a corrupção e a demagogia acreditavam que os militares teriam sido acionados para empreender uma intercessão regeneradora, concluída a tarefa, eles voltariam para seus postos. Preservados em sua magna função de guardiões da ordem (CRUZ, 1994, p. 08). Tal expectativa não se cumpriu. Ocorre um processo de progressiva militarização do aparelho do Estado que conduziria à centralização de poderes no Executivo Federal, em detrimento do Legislativo, do Judiciário e das instâncias de poderes regionais. Os centros de decisão estratégicos são colocados no executivo como competência exclusiva dos militares. Segundo o autor,

Naturalmente, nada disso pode ser feito com exageros de gentileza. Para que a expropriação material e simbólica implicada nesse processo se efetivasse, foi preciso vencer a resistência dos inimigos de sempre e dos aliados de véspera. Entre esses, a classe média liberal e seus representantes políticos que se viam cada vez mais claramente aliados (CRUZ, 1994, p. 08).

É sobre esse pano de fundo que o Movimento Estudantil vai apresentar-se na cena política a partir de 1966. Catalisando um descontentamento que o ultrapassava, é significativo

que a "volta dos estudantes" tenha se produzido através da luta pela autonomia de suas entidades representativas e que essa bandeira tenha sido defraudada inicialmente por grupos que pouco antes haviam encarado com simpatia, ou apoiado entusiasticamente o golpe (ALBUQUERQUE, 1977, p. 12).

Para os estudantes a finalidade da intervenção militar no meio estudantil replicava com exatidão o papel que estaria a cumprir na sociedade política em geral. Tratava-se, segundo pensavam, de expurgar a UNE dos "estudantes profissionais" e da influência nociva que eles propagavam, a fim de que, sob lideranças autênticas, ela fosse reconduzida a seu curso democrático.

O entendimento das autoridades civis e militares era outro. Inspirados numa concepção de fundo totalitário - a Doutrina da Segurança Nacional (CRUZ, 1994, p.10), para eles, o problema nessa frente não era tanto a influencia política da esquerda entre os estudantes, mas a presença dos estudantes na política nacional. Assim, apenas dois meses depois de instaurado o governo militar já dispunha de um projeto de lei que alterava radicalmente o sistema de representação estudantil.

Aprovada em novembro de 1964, a Lei nº. 4.464, a Lei Suplicy, como passou a ser chamada, extinguiu a UNE e as entidades estaduais, substituído-as por organismos inteiramente subordinados ao Estado. A UNE ainda teve aproximadamente um ano de vida legal, como associação civil, até que um decreto presidencial no início de 1966 proibiu definitivamente todas as suas atividades. A reação contra a Lei Suplicy uniu liberais e marxistas, todo o Movimento Estudantil, na defesa de suas liberdades tradicionais e de suas organizações específicas.

Ocorreram outras medidas que pretendiam coibir a ação dos estudantes na sua organização política em meio a ações militares que visavam reforçar o poder armado no país. Dentre essas ressalto: uma vez decretada a dissolução da UNE, o Governo Federal passou a

definir as manifestações de inconformismo dos estudantes como atentatórias a Segurança Nacional, usando fortes aparatos militares para reprimi-los; Os liberais foram progressivamente alijados, pela esquerda, das posições que detinham no Movimento Estudantil.

No início de 1966 o processo de militarização no país estava cada vez mais forte, a cassação do presidente Juscelino Kubitschek, que apoiou a aprovação do General Castello Branco no Congresso; a prorrogação por um ano, em julho de 1964, do mandato deste General, em claro desrespeito à Constituição e as promessas feitas aos aliados. A adição, em 1965 do Ato Institucional nº. 2, que extinguiu os partidos políticos e seus integrantes são forçados a se reagruparem em duas siglas, limitando a autonomia do Congresso; o estabelecimento do controle federal sobre os organismos regionais de segurança, as Polícias Militares. Em 1966, a decretação do Ato Institucional nº 3, que suprime a eleição direta para governadores, delegando suas escolhas a organismos mantidos sobre o controle do poder central.

Quando lutavam pela autonomia de suas entidades, os universitários afirmavam um direito, o direito à política, que o regime negava ao conjunto da sociedade. Entre os estudantes e os grupos sociais mais sensíveis a essas perdas - intelectuais, artistas, professores, advogados, jornalistas e parcelas importantes da classe média, estabelecia-se uma convergência que se traduzia em gestos de solidariedade. Sabe-se que sem o apoio aberto ou não de órgãos da grande imprensa, por exemplo, dificilmente o protesto estudantil teria atingido as proporções que alcançou. Fato que podemos identificar nas manifestações pelas diretas já e pelo impeachment do Presidente Collor.

Mas existia um contra-senso em meio às ações empreendidas pelos estudantes na época que Cruz muito bem identificou:

É apenas quando as contemplamos da perspectiva de seus dirigentes que as

mobilizações estudantis surgem sob a figura do paradoxo. Com efeito, a quase totalidade dos líderes universitários dessa época militavam em organizações de esquerda que saíam de um longo período de introversão comprometidas com a idéia de preparar para a luta armada. No quadro das concepções estratégicas que informavam essas organizações, o setor estudantil ocupava um lugar nitidamente secundário. Algumas delas inferiram daí a conveniência de deslocar os quadros que porventura dispusessem no Movimento Estudantil para as frentes mais importantes de atuação. Nem todos, contudo, poderiam seguir nessa trilha, sem incorrer em graves prejuízos. Para vários dos grupamentos que abraçaram a causa da luta armada revolucionária, os estudantes constituíam o grosso de seus militantes; e o ambiente natural para isso, era a Universidade. Nenhum deles escapava, porém, da contradição entre o significado emprestado ao protesto pelos dirigentes e o que lhe era conferido pela massa mobilizada (CRUZ, 1994, p. 12).

Ao se mobilizarem, os estudantes estariam reagindo também a situações objetivas, em suas escolas e no mercado de trabalho, que os frustravam no presente e punha em risco a realização futura do projeto individual/familiar em que acreditavam, já que a grande maioria desses estudantes eram integrantes das elites dominantes, filhos da alta classe média brasileira. Fatores que podem ser analisados como semelhantes para as mobilizações juvenis ocorridas na década de 90. Não se ouvia falar naquela época, assim como não se ouve atualmente, que jovens das classes mais carentes se reúnam para mobilizações políticas de monta. Naquela época, como atualmente, o número de jovens estudantes engajados nas lutas políticas era pequeno e representativo das classes média e alta (CARRANO, 2000, p. 57).

Em 1967, a política estudantil foi dominada pela campanha contra o trabalho de um grupo misto criado pelo Ministério da Educação e uma agência norte-americana (acordo MEC/USAID) e, de modo geral, contra a política educacional do governo. As divergências sob essa bandeira eram claras: enquanto uma corrente concentrava-se na denúncia do imperialismo e na agitação contra o governo, outra privilegiava questões mais específicas, tais como o problema dos estudantes aprovados em exame de ingresso, mas que ainda estavam excluídos da universidade por falta de vagas; a cobrança de anuidades vista como primeiro passo para a extinção da universidade pública e gratuita; a subordinação da universidade às demandas empresariais, com a conseqüente degradação do ensino e da pesquisa na escala das prioridades. A impressão que tenho ao trazer essas informações é de um "deja vu". Pois

recentemente tivemos questões idênticas levantadas em nossa própria universidade (UFMT). Nessas ocasiões não se tem registro da participação dos conselheiros representantes dos estudantes em Mato Grosso.

Assim, os estudantes que empunhavam as bandeiras específicas do cotidiano universitário, retomavam em outro nível a bandeira da reforma universitária, tentando desenvolver um projeto alternativo à reforma tecnocrática que estava em vias de ser imposta pelas autoridades. Surge nesse contexto novamente, a exigência de participação nas decisões, desta vez expressa sob a figura das "comissões paritárias", uma organização mista entre professores e alunos, com a incumbência de propor mudanças na organização e no ensino das universidades.

O Movimento Estudantil se encontrava dividido entre duas bandeiras, uma que propunha as reformas possíveis, no aqui e agora e outra com uma conotação mais revolucionária, que se dispunha a lançar mão das armas para defender bandeiras políticas e sociais de longo prazo. Novamente, a sensação é de que estivemos dando voltas e passando por lugares dantes vistos. É certo, e nesse momento me lembro do conceito Piagetiano de "Equilíbrio Majorante"²⁶, que mesmo estando novamente em situações semelhantes, o aprendizado proporcionado pela experiência anterior, permite que a experiência atual seja vivenciada de modo diverso e, portanto, as soluções potencialmente alcançariam melhores resultados.

O ano de 1967, começa com dois fatos importantes: a posse do novo presidente - o General Costa e Silva, que assumia o governo com a promessa de buscar soluções de compromisso para os problemas nacionais, e a promulgação de um novo texto constitucional que, embora mantivesse as limitações introduzidas em 1964, assegurava, ainda assim, os

²⁶ Processo de reequilíbrio progressiva dos esquemas de aprendizagem, que resultam na formação na formação contínua de esquemas que formarão as das estruturas cognitivas através de um movimento de assimilação e acomodação do conhecimento adquirido.

direitos clássicos de cidadania - o hábeas corpus e a liberdade de imprensa são exemplos disso.

É nesse cenário que a Frente Ampla passa a intervir na cena política, polarizando a oposição partidária. É uma organização política que nasceu da aliança entre Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek. Pretendia manter mobilizada a opinião pública e não se submeter às regras restritivas do bipartidarismo autoritário imposto pelos militares. Lutava pela anistia, por eleições diretas em todos os níveis e por uma política econômica voltada para a expansão do mercado interno. Contava com a força política e a influência de dois nomes expressivos no cenário político da época para mobilizar. O Movimento Estudantil, no entanto, se relegava às seções específicas e internas de suas lutas como nomeado anteriormente.

Entretanto, no dia 28 de março de 1968 a morte do estudante Edson Luis num restaurante, pelas forças repressivas militares, precipita acontecimentos que ativam a fúria das direitas civil e militar. No Rio de Janeiro, a missa de sétimo dia do estudante dá lugar a cenas de violência policial. Um dia depois, portaria do Ministério da Justiça proibia qualquer manifestação política da Frente Ampla em território Nacional. Determinam a apreensão de qualquer meio que usem para divulgar suas idéias. Desencadeiam-se as ações que, em 13 de Dezembro originou a edição do Ato Institucional nº. 5²⁷. e a instalação definitiva do regime ditatorial no Brasil.

O impacto desses acontecimentos faz ressurgir o Movimento Estudantil e chama a atenção sobre os líderes nacionais. São subitamente obrigados a se moverem no terreno da política mais ampla. (CRUZ, 1994, p. 13). A ação desses dirigentes acaba por revelar as contradições no interior do movimento, as ambigüidades de visão do cenário político e do

²⁷ Através desse instrumento o presidente fica autorizado por prazo indefinido a: decretar o recesso do Congresso e demais casas legislativas. Decretar intervenções nos estados e municípios. Cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos de qualquer cidadão. Remover, aposentar ou reformar quaisquer titulares de cargos públicos. Decretar o estado de sítio e fixar seu prazo de duração. Decretar o confisco de bens. Suspender garantias constitucionais referentes às liberdades de reunião e associação. Estabelecer a censura da imprensa, da correspondência, das telecomunicações e das diversões públicas. Fonte: <<http://www.google.com.br>>

lugar dos estudantes. O Movimento Estudantil acaba sendo atropelado pela conjuntura política, que recolocava na ordem do dia a questão das liberdades. Novamente estava em evidência a violência dos aparelhos do Estado e desafiada a resposta dos estudantes.

O segmento estudantil mais preparado para a idéia de revolução armada se manifesta. Isso significava que a escolha entre o movimento social e as condições de clandestinidade requeridas no engajamento na luta armada se imporia e as escolhas, entre eles seriam feitas, o que provocaria uma divisão no grupo. O ciclo de mobilizações estudantis de 1968 atinge seu ponto mais alto em final do mês de junho, com a "Passeata dos Cem Mil", no Rio de Janeiro. As manifestações contrárias ao regime e provocada pela morte do estudante Edson Luiz, desencadeia a morte e a prisão de muitos estudantes.

A partir daí o movimento começa a perder força, sob o efeito do crescente radicalismo e da escalada repressiva. Acirram-se as lutas de tendências. Com essa ruptura enfraquecendo o movimento, o Congresso da UNE em Ibiúna recebe um golpe fatal. Em instantes a polícia tem nas mãos os líderes nacionais mais importantes além das fichas das representações estaduais e locais. O movimento, para tentar proteger esses representantes, faz com que em dezembro desse ano, todas as fichas desapareçam e os militantes mais ativos não sejam alcançados. É nesse momento que muitos optam pela clandestinidade e pelo engajamento em frentes armadas.

Com o AI-5 o país entrou numa época de sombras. Apoiada pela polícia política e reforçada pelos indicadores econômicos que elevou o PIB a 14% naquele ano, o que reforçou um discurso de sucesso do regime em função do avanço no comércio internacional, a propaganda oficial mantém durante anos um clima opressivo. Somente no governo Geisel (1974-1979) começa a atenuar-se os traços autoritários do regime.

Em 1977/1979, o processo de liberalização ganha força com a entrada na cena política de novos personagens: o movimento operário e sindical e a derrubada do AI-5. A seguir,

viriam a anistia e o ressurgimento de novos partidos. Em 1982 realizam-se, pela primeira vez em 17 anos, eleições diretas para governadores de estado. E em 1984, através de alianças com o partido majoritário, civis e militares, elegiam o primeiro Presidente civil desde 1960. Estava se acabando os "tempos dos generais", embora as Forças Armadas continuassem a desempenhar clara função de tutela do Estado (STEPAN, 1988, p. 58).

Para Cruz:

Nesse processo, a influencia do Movimento Estudantil não chega a ser expressiva. Alvos de violenta repressão no início e submetidos, desde então, a um sistema rigoroso de controle, os universitários não conseguiram manter acesa a chama da UNE, nem lograram elaborar coletivamente sua experiência previa de lutas. A linha de continuidade foi efetivamente rompida. Quando o Movimento estudantil ressurgiu, na segunda metade dos anos 70, ele traz consigo outra linguagem, outras regras tácitas de comportamento, outro repertório. Para esse movimento, 68 era uma referência distante, envolta numa aura mística. (CRUZ, 1994, p. 16).

Acontece então um silêncio, os estudantes, pouco a pouco, vão desaparecendo da mídia, vão desaparecendo do noticiário político e aparecendo nas páginas policiais. Um tempo se passa. Em 1984 a UNE reaparece enquanto representatividade nacional participando na campanha pelas "Diretas Já" e apoio a campanha por Tancredo na presidência do país. Em 1985 a UNE é oficialmente reativada. Em 1992 a entidade readquiriu seu prestígio político ao encabeçar a manifestação contra o presidente Fernando Collor.

Nesse período, os estudantes, junto a outras organizações sociais, conseguem uma mobilização nacional pela ética na política. O "Movimento pela Ética na Política" agregou várias representações sociais e foi importante no resgate da democracia no país por que produziu uma sensação de união de idéias, um desejo que era nacionalmente representado. Um desejo que desencadeou o movimento de conscientização política e de reconhecimento do poder cidadão.

Os jovens estudantes também participavam de discussões sobre os modos de organização do Estado e sobre a importância de se pensar meios de diminuir as desigualdades

sociais produzidas pelos anos de ditadura. Período em que se priorizou o comércio exterior e o desenvolvimento tecnológico. Período em que o país se esqueceu de atender necessidades básicas e sociais internas.

A década de 70 e começo de 80 tinham como foco as disputas políticas e a tentativa de afastamento dos jovens desse Cenário. Após esse período político conturbado, a juventude parece ter entrado numa outra realidade. Suas manifestações se retratavam nas músicas, no meio cultural, mais fortemente. Foi na década de 90 com as grandes manifestações nacionais pela ética e contra a corrupção que traz novamente a figura da juventude para a mídia. Dessa vez ela não se esconde, ela mostra a cara, a cara pintada com as cores da pátria. A juventude coloriu o Brasil e reatou laços de luta. Lutas que foram empreendidas de maneiras diversas, em outros campos e com outras armas.

Em 1999 aconteceu o 46º congresso da UNE, nele foram discutidos novos modos de participação política dos estudantes brasileiros, em função das mudanças na Constituição de 1988. Nesse momento pode-se perceber um movimento diferenciado na participação política dos jovens estudantes. As discussões não são mais, até pelo próprio contexto político, de forçar posturas revolucionárias. A postura é mais participativa no sentido de contribuir, de expor impressões, de discutir coletivamente e apresentar propostas ao sistema. O que pode ser entendido como um amadurecimento.

Esse amadurecimento, no entanto, não é representativo da maioria. Ainda são poucos os jovens engajados e politicamente conscientes. Ainda fazem parte das camadas sociais mais altas. Mas estão mais fortes nas lutas por melhorias de vida para os que não fazem parte da classe social dominante.

Os efeitos do Movimento Estudantil e das questões políticas de suas lutas, das causas que defenderam e que culminaram com os conflitos de 1968, nas gerações posteriores, são

pouco estudados. Trabalhos como os dos professores Carrano e Sposito (2002, p. 163)²⁸ tentam resgatar um pouco a história e a partir dela, buscar entendimento sobre o comportamento e a participação política dos estudantes na sociedade contemporânea. No Estado de Mato Grosso esse assunto é parcamente discutido atualmente e o acesso a informações acerca da participação política dos nossos estudantes é quase nulo de registro.

O que me parece importante ressaltar é que algumas vivências próprias dos estudantes das décadas de 60, algumas de suas maiores lutas, fazem parte do cenário atual brasileiro. A questão da Reforma Universitária, da luta pela universidade pública e gratuita, pela garantia de vagas e pela qualidade do ensino público continua bastante atuais. As mobilizações da classe média se multiplicaram no contexto de abertura política, associações de bairro, o movimento sindicalista de inúmeras categorias profissionais, dentre elas, a de professores é bastante forte e considerada bastante corporativista. A própria organização do partido dos trabalhadores, mantém em sua estrutura bandeiras daquele período. Dentre todas essas organizações, a presença dos ex-ativistas também é forte e denota um engajamento que pode significar um "a luta continua". Só que em nova roupagem, numa democracia que conquistou força e adesão.

Mais livres, os estudantes brasileiros se mantêm engajados. Mas perderam muito do poder agregador daquela época. Poucas foram as ocasiões em que se percebeu a presença maciça dos estudantes nos anos 90 em defesa de causas macropolíticas. Mas as que ocorreram, empunhavam bandeiras de respeito a valores como a ética na política, a solidariedade civil, os direitos humanos e ambientais, a defesa da democracia. O cenário é outro.

Sem medo, sem a necessidade de se esconder o estudante brasileiro "mostra a sua

²⁸ O professor Paulo César Carrano efetuou pesquisa sobre que teses dissertações traduzem um interesse sobre juventude, ou seja, o tema da participação política, sobretudo a nascida da condição juvenil. No período estudado (1980 a 1998) dos 23 trabalhos encontrados, apenas 14 tinham definido a temática do jovem e da participação. Observou o pesquisador que o interesse pelo tema surge apenas nos anos 80.

cara" e ensina o povo brasileiro a atuar na política de modo mais alegre e colorido. Assim, as novas organizações sócio-políticas fruto da Constituição de 1988, fruto dessa história conturbada, repressora e ao mesmo tempo libertadora, devem ser encaradas como os locais para a continuidade da luta.

O 46º Congresso da UNE, no ano de 1999, marca um ponto importante em que os estudantes tentam estabelecer uma relação de parceria com o Estado no sentido de auxiliar com soluções para problemas tanto dos jovens quanto da coletividade inteira. Com a abertura do espaço de representação a estudantes nos conselhos de Educação, o ano de 1996 é o marco inicial de reformulação da Lei de criação dos Conselhos e da LDB.

O sujeito estudante participará de modo a retratar todas essas lutas e conquistas? Está melhor formado politicamente? Não sei. O que sei é que o jovem de hoje não parece estar maduro o suficiente para tomar decisões grupais. Em função do próprio processo de evolução e organização da economia, em função do que se passou a valorizar na ideologia capitalista, onde o indivíduo se distanciou gradativamente dos grupos e se envolveu com a produção e o consumo do capital. Tentar conhecer um pouco mais da participação dos estudantes nesses Conselhos é um desafio.

Sobre este tema é importante o que Gadotti argumenta discutindo o processo de reforma da educação anterior à Constituição de 1988:

(...) Enfim, eu não consigo discutir a questão da "especificidade" e da natureza da Educação, sem me referir a uma categoria Básica do ato pedagógico, que é a *decisão* (g.a), a tomada de partido, e, em conseqüência, a formação da consciência crítica. Evidentemente, essa categoria nada tem a ver com a Educação conservadora e autoritária. Formar para decidir-se, para comprometer-se, só tem sentido numa concepção *dialética da Educação* (g.a), portanto, numa concepção transformadora. (GADOTTI, 1988, p. 160).

Proporcionar condições de inserção do jovem nos processos decisórios, antes de tudo deve passar por um processo de formação deste jovem para uma tomada de decisão consciente, e isso só poderá se dar numa ação conjunta entre família, escola e sociedade

ampliada. A escola contemporânea ainda não saiu do lugar de mantenedora das idéias de controle, padronização, cerceamento das liberdades e de desconsideração pelas diferenças. A escola brasileira é muito pouco democrática.

As relações que se estabelecem no interior dos processos educacionais brasileiros não visam à produção de consciência crítica, a criatividade, as liberdades, apesar de nos discursos político-pedagógicos isso estar textualmente representado. A prática no interior das escolas não está politicamente formando para a democracia.

Para Gadotti:

A escola (de todos os níveis), está intimamente relacionada com a sociedade e, não vejo porque não lhe atribuir também a função social de interessar-se pelos grandes problemas nacionais e, em função desse interesse, tornar-se agente de mobilização social e consciência crítica da própria sociedade que a mantém. (GADOTTI, 1988, p. 159).

Os Conselhos Deliberativos e dentre esses, os de Educação, onde se prevêem a participação dos estudantes, jovens em processo de socialização e formação tanto intelectual quanto social, são um espaço interessante para se fazer observações sobre a dinâmica da formação político-pedagógica. No capítulo seguinte apresentarei o resultado do estudo feito no período de quatro anos no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Sendo esse o primeiro período em que se permite espaço representativo aos estudantes, teremos meios de observar o como se dá essa participação e que tipo de comportamento representativo apresentam esses estudantes.

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - CEE/ MT

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - CEE/MT

3.1 – Caracterização da Representação Estudantil e dos Representantes

O objetivo da pesquisa é conhecer como os jovens representantes estudantis constroem a sua participação na primeira gestão em que se abre espaço para eles no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. A hipótese levantada é que os representantes estudantis, conselheiros no CEE/MT, ao tomarem decisões, não o fazem de modo articulado com o movimento estudantil e em consonância com as propostas do segmento na definição de políticas públicas para a Educação.

Os estudos feitos acerca da participação popular nesses Conselhos, reestruturados a partir da proposta de participação cidadã da Constituição de 1988 e da LDB de 1996, são muito recentes e o material disponível sobre a representatividade e participação de alguns segmentos quase inexistente, menos ainda sobre a participação estudantil.

Como já foi colocado no início deste trabalho, os sujeitos desse estudo são os representantes estudantis que ocupam assento no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, prioritariamente, os representantes titulares da Câmara de Educação Básica, representando estudantes do Ensino Fundamental e Médio, e o da Câmara de Educação Superior representando os estudantes do Ensino Superior.

- **O Representante de Ensino Fundamental e Médio:**

O representante dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio, quando entrou para o Conselho em 1999 tinha 22 anos e estava iniciando seus estudos de segundo grau, ou médio. Estudante de escola pública, não tem um trabalho ou profissão definida. Faz serviços esporádicos como ajudante de pedreiro e também em casas de tratamento de animais, onde cuida do banho e tosa de cães. Mora com os pais e integra o segmento jovem do PSDB, tendo se filiado a este partido no ano de 1998 um pouco antes de ir para o CEE/MT.

Entrou para o Conselho como representante de alunos de ensino fundamental e médio de acordo com a L. C. 49/98. Segundo esse jovem, seu nome foi indicado em uma reunião entre estudantes e representações de partidos políticos ocorrida em agosto de 1998 no município de Tangará de Serra. O motivo dessa reunião de lideranças juvenis foi discutir valores de carteirinhas, o processo eleitoral municipal e a ocupação de assento no Conselho Estadual.

Segundo ele, seu nome foi indicado por ser o representante do PSDB, partido da situação à época, presente nessa reunião. Este jovem se candidatou e como não houve outra manifestação de vontade, seu nome foi aceito. Elegeu-se também um nome para a suplência, o representante suplente era do PPS, o partido candidato ao governo estadual. Até o ano de 2002 e começo de 2003, esse jovem não havia concluído seus estudos, continuava morando com os pais e nesse período, descobre-se pai de uma filha, de quem passa a cuidar com a ajuda deles.

Segundo informações adquiridas através do representante estudantil do Ensino Fundamental e Médio, existe entre Cuiabá e Várzea Grande um número aproximado de 80 grêmios estudantis organizados em escolas públicas e apenas um em escola particular. Na escola onde ele estuda não há grêmio estudantil.

Ainda segundo ele, a principal atuação destes grêmios é trabalhar pela assinatura da carteira de estudante. O que tem como objetivo principal angariar recursos para campanhas políticas de jovens candidatos à vereança. Para ele, eleger um vereador jovem significa que ele defenderá propostas dos jovens no meio político partidário. Esse jovem não sabe dizer que propostas seriam estas..

O representante de ensino fundamental e médio compõe, além da Câmara de Educação Básica, a Comissão que estuda a Educação Infantil, juntamente com uma professora de Ensino Fundamental, representante governamental no CEE/MT.

- **O Representante de Ensino Superior:**

O representante dos estudantes de Ensino Superior, quando entrou para o Conselho tinha entre 26 e 27 anos, filiado ao PSDB, integrava o DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UNEMAT, Universidade Estadual de Mato Grosso. Estava começando o curso de Direito. Como a UNEMAT tem sua sede no município de Cáceres, cidade a 205 km da capital Cuiabá, ele precisa deslocar-se quase que semanalmente até a capital para participar das reuniões do Conselho, que acontecem quinzenalmente, em sua maioria nas terças-feiras, durante o dia todo.

Esse jovem é casado, possui uma filha de 08 anos e já tinha trabalho fixo quando começou seus estudos universitários, fazendo-os como um modo de ampliar seus conhecimentos e melhorar suas condições financeiras. No ano de 2002 concluiu seu curso superior, começando imediatamente como assessor jurídico na Câmara dos Vereadores de Cáceres, além de dar início a sua atuação como advogado em escritório na própria cidade.

O representante de ensino superior, além de compor a Câmara de Educação Superior, compõe também a Comissão de Educação Indígena, formada por vários professores representantes de sindicatos, escolas e governo.

Até o final do período da pesquisa (2004) o representante de Ensino Fundamental e Médio, continuava no CEE/MT, já o representante de Ensino Superior saiu ao final de 2002 no processo eletivo de troca de 1/3 dos conselheiros. Ao concluir seus estudos, deixou a universidade e afastou-se do Conselho. Houve a indicação de outro nome para ocupar o assento.

As comissões de trabalho, formadas pelos conselheiros de ambas as Câmaras, se reuniam em dias e períodos diferentes das reuniões Plenárias e de Câmaras. Isso implica em maior exigência de participação dos estudantes. É nas comissões que os processos são discutidos e depois relatados nas Câmaras acompanhadas do parecer do conselheiro responsável pela análise do assunto.

3.2 – Como a participação estudantil está registrada nas Atas do CEE/MT

Apresento de forma quantitativa e qualitativa, a participação dos representantes estudantis no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso no período de 1999 a 2002, primeiro período em que se fazem representar nesse Conselho Deliberativo.

Na apresentação quantitativa utilizo como recurso, gráficos, onde demonstro o número de reuniões que aconteceram no período e dentre essas, aquelas em que, de alguma forma, os estudantes aparecem.

Na primeira etapa apresento o resultado da análise das atas de reuniões da Câmara de Educação Básica e de Plenárias do Conselho, demonstrando o número de reuniões ordinárias e extraordinárias durante os quatro anos em que o representante de Ensino Fundamental e Médio lá esteve. Posteriormente apresento a participação do estudante através do número de presença e ausência nessas reuniões. Após a apresentação gráfica do resultado das reuniões da

CEB (Câmara de Educação Básica) e Plenária, apresento os resultados encontrados acerca da participação desse estudante nos momentos em que ele faz uso da palavra ou quando seu nome é citado, de acordo com o que está registrado nas atas de reunião.

Os comentários são feitos concomitantemente à apresentação do resultado da análise dos registros em atas de reunião. Priorizo para comentários, apenas as reuniões em que o estudante está presente e é citado ou quando faz uso da palavra. O número da reunião apresentado no trabalho é sempre o número de registro da ata e não a data da reunião.

Na segunda etapa apresento os resultados das reuniões da Câmara de Educação Superior e Plenárias, demonstrando a participação do estudante universitário utilizando o mesmo método.

Os gráficos apresentados têm a conformação simplificada no sentido de demonstrar apenas a relação quantitativa de números de reuniões ocorridas durante o período do recorte e a partir dessas, o número de vezes em que os estudantes estiveram presentes ou ausentes.

Nos gráficos que demonstram as reuniões e a participação, no eixo vertical (Y-valores) aparecem o número total de reuniões ordinárias e extraordinárias ou o número de vezes em que os estudantes estão presentes ou ausentes. No eixo horizontal (X-Categorias) aparece o total de reuniões a cada ano. Após a apresentação quantitativa dos resultados obtidos, relato o resultado das entrevistas feitas com ambos os representantes estudantis.

O modo de apresentação dos registros das reuniões nos livros atas sofreu algumas alterações durante o período. Esse fato ocorreu em razão das mudanças constantes na secretaria, o que levava a mudanças no padrão de escrita e priorização dos temas a serem registrados. Em função do número de conselheiros, o pleno decide por não mais registrar em ata os nomes dos conselheiros presentes, pois isso provocava o uso de muitas páginas do livro. Outro item que foi alterado no ano de 2001 diz respeito ao detalhamento dos processos

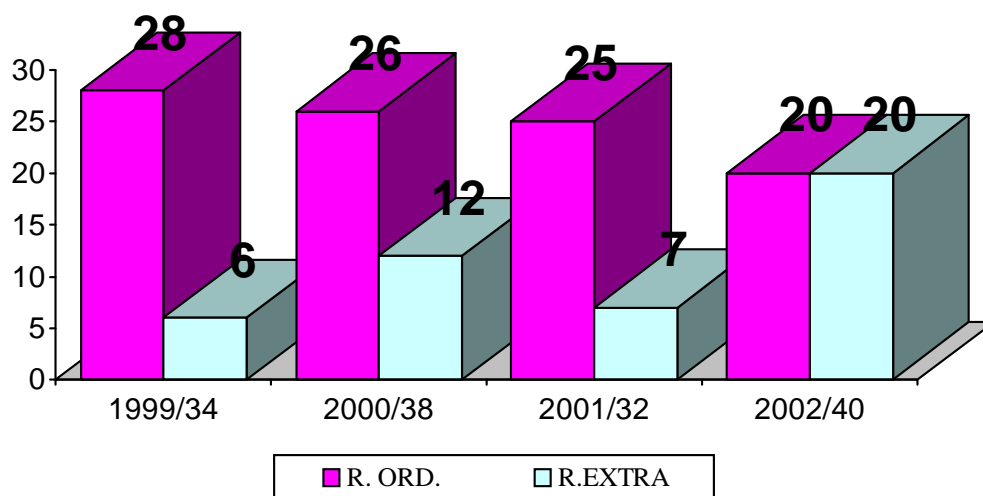
e dos pareceres. O pleno decide também que não mais transcrever-se-á na íntegra o assunto do processo e o parecer, devido também ao acúmulo de trabalho e consumo desnecessário de páginas. Quanto á priorização dos temas e das falas a serem registradas, em minhas análises dos documentos identifico uma tendência de se registrar as falas de figuras de expressão no cenário político estadual. Os registros de secretários municipais e estaduais, ou professores mais popularmente conhecidos ganham maior espaço nas páginas das atas.

Apesar de acontecer momentos em que os conselheiros tratam de assuntos de importância e que merecem registro, na maioria das vezes, faz-se um resumo da fala. Em várias atas se percebe claramente que a pessoa que escreveu interpretou a fala do conselheiro, algumas vezes isso acaba por provocar a anulação do registro e sua posterior correção.

Durante a leitura das 351 atas, o que significa aproximadamente 4.000 (quatro mil páginas), encontro poucas ocasiões em que se registra a fala dos conselheiros estudantes acerca de discussões político-pedagógicas voltadas para a reforma da educação.

A seguir, os resultados transformados em gráficos;

Gráfico 1 - Reuniões da Câmara de Educação Básica no Período de 1999 a 2002



O gráfico 1 - demonstra o número de reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Educação Básica durante o período de quatro anos, ano a ano. Das 34 reuniões ocorridas

no ano de 1999, 28 foram consideradas ordinárias e 06 extraordinárias. No ano de 2000 das 38 reuniões, 26 foram consideradas ordinárias e 12 extraordinárias. Em 2001 das 32 reuniões, 25 foram consideradas ordinárias e 07 extraordinárias. Em 2002 das 40 reuniões, 20 foram consideradas ordinárias e 20 extraordinárias.

O Regimento Interno do Conselho prevê que aconteçam obrigatoriamente, reuniões quinzenais da Câmara e de Plenária, em dias intercalados (reuniões a cada 15 dias, total de 24 ao ano). De acordo com o demonstrado acima e com informações contidas nas atas, percebe-se que acontecem reuniões de Câmara e Plenária no mesmo dia, o que significa que os conselheiros passaram dias inteiros no Conselho.

As reuniões extraordinárias oscilam numericamente, já que ocorrem no caso de necessidade que não pode ser atendida nas reuniões ordinárias. Observa-se que durante o período de 1999 a 2002, as reuniões da Câmara de Educação Básica ultrapassam em muito o número previsto de acordo com o regimento interno. A partir da análise das discussões registradas em ata, posso concluir que isso se deve ao grande número de processos a que os conselheiros devem apresentar parecer.

O aumento dos processos se deve a alteração na lei complementar 49/98 feita pelo decreto 77/00 apresentados anteriormente. Com a passagem de funções que anteriormente eram da Secretaria para o Conselho (credenciar, descredenciar, registrar, etc.) os conselheiros são sobrecarregados com atividades burocráticas. Para tentar atender à demanda e organizar os papéis que se acumulam provocando críticas ao funcionamento do Conselho por parte de escolas (informações contidas nas atas) e da própria Secretaria, marca-se várias reuniões além das já previstas.

No ano de 2002 o número de reuniões ordinárias e extraordinárias é igual, o que é motivado, segundo informações contidas nas atas, pela necessidade de encerrar processos morosos e organizar o Conselho para um novo período eletivo. Ainda assim, podemos

perceber que é grande o número de reuniões nessa Câmara, exigindo maior participação por parte dos conselheiros. É na reunião de Câmara que a maioria dos assuntos são deliberados.

De um total de 144 reuniões da Câmara de Educação Básica, no período da pesquisa, poucos foram os momentos em que identifiquei nas atas, discussões sobre o processo político-educacional ou a proposição de políticas para o Estado. Os conselheiros se sobrecarregam em processos de credenciamento e descredenciamento, abertura ou fechamento de novas escolas, entre outras atividades burocráticas, não utilizando o tempo de reunião também para discussão, avaliação e proposta de políticas públicas.

Isso se confirma na observação da assessoria técnica responsável por fazer diagnósticos do funcionamento do Conselho:

Nesse sentido um dos papeis do CEE que é o de fortalecimento da cidadania, não tem sido priorizado nem no âmbito de seu próprio espaço, veja, por exemplo, a representação de pais e alunos, sendo administrada, moldada para aprender, analisar e dar parecer em processos jurídico-burocráticos que cumpre a uma competência especializada, ao invés de aprender a construir estratégias, para assegurar, por exemplo, o direito de cidadania do aluno, que é profundamente negligenciada, tanto na escola pública, quanto na particular. Essa situação reafirma o que pontuou Santos, não há uma preocupação em compreender o real, indicando a fragilidade da sintonia do Conselho, fato que já está sendo cobrado pela sociedade. (ATA nº. 10/02 de 05.07.02)

Essa atividade pode ter provocado um distanciamento do jovem estudante por ele não ter o conhecimento necessário para decidir questões legais acerca de credenciamento e abertura de novas escolas. O silêncio ou o não registro de participação nas reuniões pode ser provocado pela intensa atividade burocrática e pelo desconhecimento da dinâmica de funcionamento do Conselho por parte dos jovens estudantes. Essa observação serve inicia

A seguir, apresento os momentos em que aparecem registros de uso da palavra por parte do jovem estudante de Ensino Fundamental e Médio nas reuniões de Câmara de Educação Básica. ou quando alguém cita seu nome. Essa apresentação se dá ano a ano. Lembrando que esse registro tem como base os livros-ata, portanto, ainda devo levar em

consideração o fato de que, aquele que registra pode interferir na priorização do que registrar. Isso, certamente é aprovado posteriormente em reunião, já que as atas são lidas posteri para aprovação. Significando anuência tanto dos outros conselheiros quanto do próprio estudante sobre o modo de fazer ou não anotações acerca de seu discurso e sobre a importância que ele próprio dá a ele.

- **Reuniões da Câmara de Educação Básica**

- **Ano de 1999 - CEB**

No ano de 1999, ano em que o jovem estudante entra para o Conselho, sua participação acontece de modo presencial, conforme aparece nas atas. Alguns registros de sua participação são através da anotação do número de processos e de seu nome como relator do processo. Nas atas nem sempre aparece o registro do parecer, mas apenas quem será o conselheiro e qual o número de processo. A forma de registrar na ata os acontecimentos ocorre sempre do mesmo modo. Portanto, anotações mais detalhadas só é possível quando existe detalhamento no próprio livro.

- Na ata de reunião nº 04/99 - primeiro momento em que o representante estudantil aparece, a pauta é a aprovação de pareceres em processos - O representante estudantil aceita analisar processo que estava aos cuidados de uma professora conselheira que faz parte da mesma comissão que ele (Educação Infantil) e que não pôde estar presente. O processo é sobre credenciamento de escola de Educação Infantil, seu parecer é pela diligencia.²⁹
- Nas atas de reuniões de nºs 15/99, 16/99, 17/99 - O representante estudantil apresenta parecer sobre processos de credenciamento entregues a ele. Seus pareceres concordam sempre com o trabalho da equipe técnica e seguem a sugestão dada por esta. Se a equipe técnica sugere a aprovação ele defende esta postura em reunião, se a equipe técnica é pelo

²⁹ PARECER PELA DILIGENCIA - significa que o processo volta às mãos da equipe técnica para que estes e conselheiros façam visita à escola, retornando o processo ao CEE/MT, será analisado pelo mesmo conselheiro.

indeferimento o estudante defende.

O fato do representante estudantil sempre que apresenta parecer, seguir o encaminhamento da equipe técnica se explica pelo fato dele, enquanto estudante, não possuir conhecimento específico suficiente para, nem questionar a equipe técnica, nem oferecer discordância relativa a credenciamento de escolas, já que não é de sua alçada o conhecimento das questões legais e técnicas acerca desse assunto.

O representante estudantil não está no Conselho para credenciar ou não escolas, mas para fazer crítica sobre a qualidade das escolas credenciadas. Através da visita às escolas e da interação com pais e professores, representar suas opiniões e contribuir com sugestões. No Conselho ele representa esses interesses. A base de interlocução, a princípio, seriam os conselhos escolares e as associações de pais e estudantes espalhadas pelo estado. De acordo com o que observo na leitura desses documentos, não acontecem momentos em que essa participação mais politizada e consciente ocorre.

Outro fator a considerar é que o jovem estudante representante de Ensino Fundamental e Médio participa da Comissão que estuda assuntos relativos à Educação Infantil no Estado. Esse segmento, até o ano de 2001 compunha área de atendimento da Assistência Social, tanto nos estados quanto nos municípios. As creches, apesar de receberem instrutores da rede municipal e estadual de ensino, não eram percebidas como instituições educacionais e nem recebiam recurso desta área.

Somente no ano de 2001 é que um acordo entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério da Educação transfere as creches para a área da educação, atendendo ao que já estava previsto na LDB/96. Apesar disso as diretrizes de atenção a essa população ainda não foram totalmente definidas, o que provoca dificuldades para os Conselhos de Educação. É nesse universo que o estudante está inserido, o que pode aumentar sua dificuldade para oferecer contribuições.

- Ata de reunião 25/99 - Aparece registro de participação do representante estudantil sobre a cobrança de uniformes por parte de diretores da rede estadual de ensino. Não foi transcrita a sua fala, mas sim o fato de ter feito comentário. È a secretária quem registra a sua colocação sobre o assunto. Esta escrito que ele defende a situação dos pais enquanto assalariados, fala da importância de se criar grêmios estudantis nas escolas, da necessidade do CEE/MT definir políticas acerca do problema. Está registrado que assunto é discutido pelos outros conselheiros, mas não há registro de decisões ou propostas de encaminhamento. O assunto se encerra e não aparece mais nenhum registro de participação do estudante a esse respeito.
- Ata de reunião 28/99 - O jovem estudante relata processo de credenciamento de escola de Educação Infantil, seu parecer é favorável ao requerente, de acordo com a equipe técnica.

Ano de 2000 - CEB

- Atas das reuniões 20/00, 23/00 e 12/00 (extra) - O representante faz relato de processo de credenciamento de escola de Educação Infantil, o parecer é favorável e de acordo com a equipe técnica.

Ano de 2001 - CEB

- Ata de reunião 03/01 - O representante faz relato de processo de pedido de credenciamento de escola de Educação Infantil. Nessa reunião, a partir de uma denuncia de mau funcionamento de escola, está registrado que o estudante solicita providencias ao CEE/MT. O registro na ata é apenas de sua colocação, não existe registro de resultado ou encaminhamento para o problema apontado por ele. Também não existe registro de continuidade das discussões acerca desse assunto em outra reunião.
- Ata de reunião 05/01 - O representante estudantil é indicado para representar a CEB em sessão especial da Assembléia Legislativa. É uma Audiência Pública que faz parte da

campanha da fraternidade da CNBB para o ano. O registro em ata é apenas da indicação do nome, não há registro de seu posicionamento. Mas ele aceita e vai, de acordo com registro em ata posterior.

- Ata de reunião 06/01 - O nome do representante estudantil é indicado para representar o CEE/MT no lançamento do projeto Grêmio Estudantil pela Secretaria de Educação de MT, ele aceita e vai. O registro em ata é apenas da indicação de seu nome, não há registro desse estudante fazendo uso da palavra. Também não aparece em registro de reunião posterior relatório sobre esse encontro.

De acordo com informações fornecidas pelo próprio estudante em entrevistas, ele não participou das discussões que culminaram com a estruturação deste projeto, nem como representante de estudantes do ensino médio, nem como representante do CEE/MT.

O fato demonstra a legitimação da representação do segmento por parte da Secretaria de Estado de Educação. Organiza-se um encontro que pretende mobilizar os estudantes para estimulá-los a criar grêmios estudantis sem a participação dos jovens conselheiros. O representante de Ensino Médio não é convidado para fazer parte da organização do evento e dos trabalhos que elaboraram sua proposta. O convite é enviado ao Conselho, que em plenária comunica informes e pergunta que conselheiro se dispõe a ir representá-lo.

- Ata de reunião 09/01 - O representante estudantil é indicado para representar a CEB no Conselho Consultivo do Programa Bolsa Escola. Relata ainda processo relativo a Educação Infantil.³⁰ Este Conselho é a instância que tem a função de definir prioridades, propostas e fiscalizar o credenciamento e a distribuição dos recursos do programa. Não há registro de fala do estudante nesse momento e apenas a alusão ao número do processo em que é relator e seu parecer que é sempre de acordo com a equipe técnica.

³⁰ Seu modo de relatar processo segue a seguinte dinâmica: "Face ao exposto ao atendimento das informações técnicas deste Conselho, somos de parecer favorável à validade".

- Ata de reunião 10/01 – Registro de relato de processo sobre Educação Infantil. Nessa ata está anotado que o representante estudantil comparece, juntamente com dois outros conselheiros, a um evento organizado pela Secretaria de Educação em representação ao CEE/MT. Não aparece relatório acerca das discussões feitas nesse evento nas atas posteriores.
- Atas de reunião 12/01 e 14/01 - O representante relata processo sobre escola de Educação Infantil. Registra-se apenas o número do processo e seu relator.
- Ata de reunião 16/01 - relato de processo - O parecer do conselheiro representante estudantil é pelo despacho de Câmara.³¹. Nessa reunião o representante estudantil é indicado para participar de reunião na UFMT onde a Secretaria de Trabalho e Renda convida para um fórum municipal. É também indicado para fazer parte da comissão que estudará os regimentos escolares para escolas de Educação Infantil. Não aparece registro do resultado da participação deste jovem nesse estudo em nenhuma outra reunião posterior.

Durante o período de estudo dos documentos do Conselho Estadual de Mato Grosso e da representação desse jovem, esse foi o único momento em que houve uma manifestação demonstrativa de articulação com outros estudantes, o que não significa articulação com movimento organizado. No Fórum da Secretaria de Trabalho ele recebe de outros estudantes que participam do evento uma queixa com relação aos critérios de grade curricular e carga horária do Programa Qualificar. Apresenta esse pedido na reunião da Câmara. Os outros conselheiros concordam com a reivindicação dos participantes do fórum

Não fica claro, no entanto, se houve algum momento em que os conselheiros se reuniram para discutir os problemas levantados, tanto pelos estudantes quanto pelos

³¹ DESPACHO DE CÂMARA - O processo retorna ao requerente para que se adeqüe às questões legais e seja posteriormente reavaliado.

participantes do fórum do trabalho, de modo a definir estratégias e encaminhamentos. Aparece em uma reunião posterior a essa, registro de comentário de outro conselheiro acerca da questão de grade curricular em cursos profissionalizantes. No entanto, esse assunto não é continuado e o representante estudantil também não aparece fazendo nenhuma outra reivindicação. Sua participação parece ser individualizada

Ano de 2002 - CEB

- Ata de reunião 04/02 - O representante relata processo sobre credenciamento de escola de Educação Infantil. O parecer é pelo deferimento de acordo com a comissão técnica.
- Ata de reunião 02/02 (extra) - Nessa ata existe registro de participação do representante estudantil - este jovem diz que como representante da AME - Associação Mato-Grossense dos Estudantes, está elaborando um relatório com as reivindicações e anseios da comunidade escolar e em breve este documento será repassado a CEB.³²

Até então, de acordo com a L. C. 49/98, o jovem estaria representando aos estudantes de Ensino Fundamental e Médio. O nome da AME - Associação Mato-Grossense de Estudantes - aparece na composição do Fórum Estadual na Lei complementar, como citado anteriormente e apenas nesta ocasião aparece nos registros de fala do estudante. Quando faço a entrevista, em data posterior à ocorrência da reunião da Câmara, o conselheiro não faz nenhuma colocação acerca de seu lugar de representação ser ou não através da AME. Quando, em análise documental posterior, encontro discussões sobre a representatividade e volto a entrevistá-lo, ele já apresenta um posicionamento diferente³³, colocando-se como representante dos estudantes e não da AME.

³² Em entrevista pergunto ao jovem sobre este relatório, responde que acabou não o fazendo, perguntado do por que? Responde com justificativas de tempo e argumenta que está tendo "problemas" com o pessoal da AME.

³³ acontecem várias reuniões no Conselho para discussões acerca dos pontos problemáticos identificados em diagnóstico feito por externa, assessora contratada para esse fim. Esse posicionamento diferente acontece após essas reuniões.

- Ata de reunião 06/02 (extra) - O representante estudantil relata para conhecimento dos outros conselheiros, mensagem recebida de alunos de escola estadual de periferia solicitando aulas de Educação Física. É orientado pelos outros conselheiros a transformar o pedido em processo e protocolá-lo para que seja encaminhado posteriormente à Câmara de Educação Básica. Assim o processo não será analisado pelo estudante, já que ele faz parte da comissão que estuda Educação Infantil.
- Ata de reunião 09/02 - O representante relata processo sobre Educação Infantil. Nessa reunião é apresentando um ofício da UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação, convidando um conselheiro especialista em Educação Infantil para participar de comissão que avaliará trabalhos apresentados pelos professores sobre o assunto. O nome do representante estudantil é indicado e aceito pelos outros conselheiros.

O representante de estudantes do ensino médio não concluiu o seu segundo grau, mas participa da Comissão que estuda a Educação Infantil juntamente com outra conselheira. Relata processos relacionados com este tema, processos estes que são analisados pela outra conselheira e pela comissão técnica além dele para depois ser relatado em reunião e deferido ou não. O ofício solicita um "especialista". Parece-me estranho a indicação do nome deste jovem. Pergunto sobre o fato a ele em entrevista, diz que não precisou falar coisa alguma, indo "*apenas para representar (sic)*" o CEE/MT. Demonstra que para ele, representar significa apenas estar presente. Participar politicamente para ele parece significar presença física.

- Ata de reunião 11/02 - o representante relata processo sobre escolas de Educação Infantil.

Nessa reunião de acordo com o registro em ata, o momento é aproveitado para

apresentar aos conselheiros a pessoa que foi contratada como assessora externa pelo Conselho para fazer um diagnóstico de seu funcionamento. Essa assessora contratada apresenta o relatório do diagnóstico à CEB. Diagnostica um funcionamento do CEE/MT que, segundo ela demonstra quanto à CEB, indícios de: burocratismo cartorial; resistência a mudanças; distanciamento entre trabalhos dos técnicos e dos conselheiros da CEB; necessidade de democratização e descentralização dos trabalhos.

Os conselheiros reagem ao diagnóstico, não o aceitam, colocam o assunto para ser discutido em outra data, em Plenária, pelo grupo de conselheiros.

- Ata de reunião 13/02 - O representante relata processo sobre credenciamento de escola de Educação Infantil. Na ata aparece apenas o número do processo e o nome do relator.
- Ata de reunião 10/02 (extra) - Volta ser pauta de reunião a discussão sobre o diagnóstico feito pela assessoria contratada. A discussão é sobre pontos polêmicos, a representatividade é novamente discutida. Novamente o assunto desencadeia amplas discussões e acaba por ser transferido como pauta da próxima reunião. Não há registro de fala do representante estudantil.
- Ata de reunião 15/02 - A presidente da CEB solicita que os conselheiros se coloquem a disposição para participar de uma comissão que avaliará o diagnóstico da Consultora. Nenhum conselheiro se manifesta e não se forma a comissão nesse momento.
- Ata de reunião 16/02 - O representante estudantil relata parecer sobre Educação Infantil - abertura de escola – o registro na ata é que seu parecer é pelo deferimento do pedido, de acordo com a comissão técnica.
- Ata de reunião 18/02 - O representante estudantil aceita um convite feito ao CEE/MT para o Encontro Regional dos Conselheiros Estaduais de Educação do Centro-Oeste.

Ainda relata processo sobre definição de currículo em escola de Educação Infantil. Novamente uma atividade incompatível com o seu nível de conhecimento técnico.

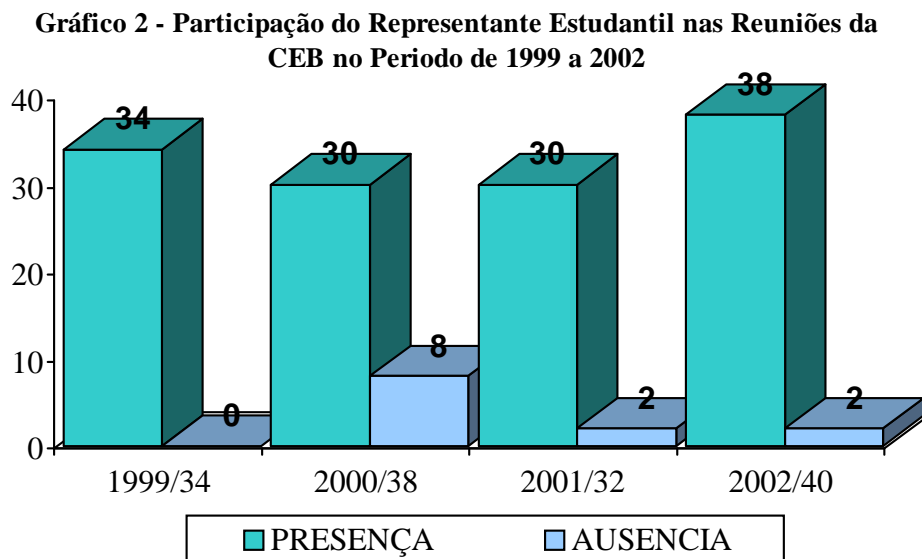
- Ata de reunião 16/02 (extra) - Faz-se a leitura do programa de modernização e desburocratização do CEE/MT, fruto do diagnóstico na sua versão preliminar para sugestões. A Câmara decide encaminhar à Plenária para estudos mais aprofundados. Não há nenhuma manifestação do estudante registrada.
- Atas de reuniões 18/02, 21/02 e 17/02 (extra) - O representante relata processo de credenciamento e adequação curricular de escola de Educação Infantil. Na reunião extraordinária a presidente faz discurso sobre o diagnóstico da consultoria. Fica claro o modo como o grupo recebeu o resultado. Não há registro na ata de fala do estudante, no entanto, o registro da fala da presidente da Câmara de Educação Básica acerca do assunto aparece assim na ata:

A presidente deu início à seção lembrando do assunto discutido na reunião Plenária desta data sobre o programa de modernização e desburocratização do CEE/MT. Disse que, com o estudo mais aprofundado do referido tema a CEB pretende retratar a realidade do CEE/MT, pois a intenção da CEB não é confrontar ideologias e sim contribuir e somar reconhece que existem questões que merecem reflexão, debates, estudos e outros encaminhamentos. Colocou que a CEB sempre apresentou contribuições e sugestões para o bom funcionamento do Conselho e pretende continuar debatendo, expressando opiniões sobre os amplos assuntos ligados à política educacional em busca de consenso. (ATA Nº. 17/02 DE 15.10.02).

Os conflitos e tensionamentos provocados pelo diagnóstico demonstram a qualidade das relações estabelecidas pelo coletivo de professores no interior do Conselho. Esse momento é desgastante para os representantes da Câmara de Educação Básica. O diagnóstico apresenta uma análise completamente diferente da imagem que parecem ter de seu funcionamento. Enquanto os professores tentam firmar uma posição democrática de relação, o diagnóstico os apresenta de modo diverso.

Posteriormente, apresento o levantamento da participação do representante estudantil na Câmara de Educação Básica. O gráfico demonstra o número de reuniões em que ele esteve

presente e o número de vezes em que se ausentou. Relato ainda os momentos em que seu nome é citado ou em que ele faz uso da palavra.

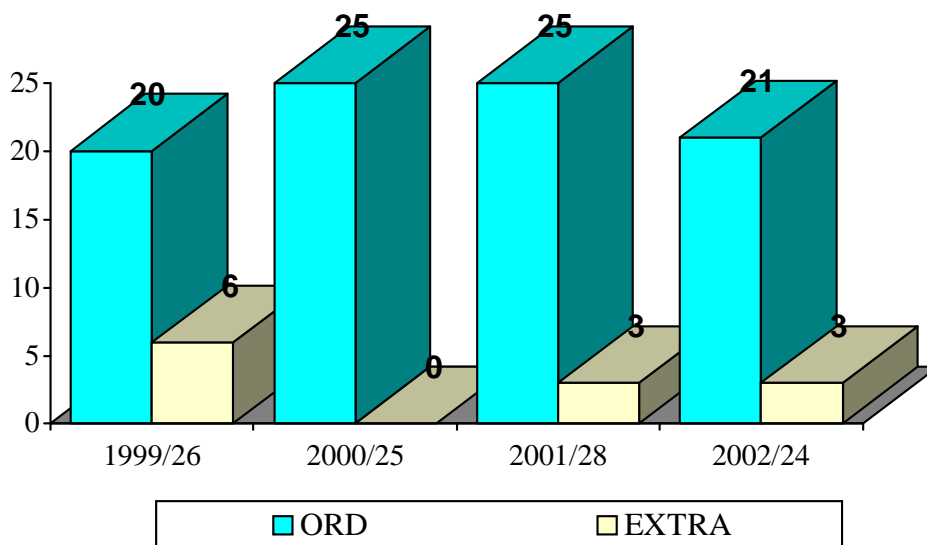


No gráfico 2 - se percebe que a presença do jovem estudante nas reuniões, no período da pesquisa, equivalente a sua primeira gestão, foi assídua. Do total de 144 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, esteve ausente a apenas 12, o que equivale a 92% de presença.

Pode-se levantar como hipótese do interesse por parte do jovem em se fazer presente, a recompensa financeira implicada na participação. Este jovem relata não possuir nenhum trabalho que lhe garanta retorno financeiro fixo mensalmente. Participando assiduamente das reuniões ele pode chegar a receber mensalmente um teto de aproximadamente R\$ 1.050,00³⁴ (um mil e cinqüenta) Reais por participação em até 10 reuniões, conforme a legislação. A julgar pelo número de reuniões ocorridas, é possível ter chegado a esse patamar.

³⁴ O valor recebido a título de jeton, pelos conselheiros é de R\$ 105,00 por reunião. O depósito é feito direto em conta bancária.

Gráfico 3 - Reuniões Plenárias do CEE/ MT no Período de 1999 a 2002



Conforme o gráfico 3 - comparando com o gráfico das reuniões da Câmara de Educação Básica, podemos observar que o número de reuniões Plenárias são inferiores ao número das reuniões de Câmara. O cronograma de reuniões Plenárias também é quinzenal, acontecendo em dias inversos ao das reuniões de Câmara. O gráfico demonstra que o cronograma anual foi mais coerente, não excedendo muito ao número máximo de 24 reuniões ao ano.

As reuniões ordinárias dos conselhos são obrigatórias, o fato de acontecerem menos reuniões ordinárias que o permitido nos anos de 1999 e 2002, de acordo com o registrado no livro ata e acontecer, ainda assim as extraordinárias, não foi explicado pelo pessoal técnico. Ao perguntar o motivo de haver menos reuniões ordinárias que o previsto para o ano e ainda assim, acontecer tantas reuniões extraordinárias, as técnicas respondem que o fato não foi percebido na época.

A seguir transcreverei os momentos em que, de algum modo é citado o jovem representante de estudantes de Ensino Fundamental e Médio nas reuniões Plenárias do Conselho.

Reuniões Plenárias do CEE/MT

Ano de 1999

- Nas Plenárias de 1999 não aparecem registros de momentos em que o jovem representante de estudantes do Ensino Fundamental e Médio pede ou faz uso da palavra.

Ano de 2000

- Não aparecem registros de uso da palavra por parte do jovem representante de Ensino Fundamental e Médio em reuniões Plenárias.

Ano de 2001

- Ata de reunião 12/01 - O Representante de estudantes do Ensino Fundamental e Médio vai, junto com a presidente do CEE e o representante de estudantes universitários, à aula inaugural do Projeto de Formação de Professores Indígenas em Barra do Bugres. Nessa mesma reunião está registrado que o representante de estudantes do Ensino Médio, agradece à presidente do CEE e a conselheiros pela colaboração com a comissão de delegados da Associação Mato-Grossense de Estudantes que foram participar de Congresso em Goiânia.

Ao perguntar sobre o fato da Associação dos Estudantes de Mato Grosso aparecer em seu discurso, quando em momentos anteriores ele fez questão de negar que a represente, o jovem argumenta que a AME está desarticulada e que estão tentando se organizar novamente. Esse comportamento evasivo parece reforçar a hipótese de que o estudante usou o nome da instituição para chegar ao Conselho.

Ano de 2002

- Ata de reunião 03/02 - O representante de estudantes pede a palavra para apresentar dois problemas. O primeiro é que a direção da escola Liceu Cuiabano vem cobrando

dos alunos uma taxa pela instalação de roleta na portaria da escola. O segundo refere-se ao esvaziamento das escolas públicas periféricas devido a dificuldade com o passe livre concedido aos alunos. Ele solicita pronunciamento dos outros conselheiros. Como resposta ao primeiro problema a presidente solicita que este jovem formule uma denúncia ao Secretário de Estado. Quanto ao segundo problema, informa que todas as escolas públicas de Cuiabá possuem um limite de alunos. Encerra-se assim o assunto, não havendo mais nenhum registro a respeito em atas.

Esse é um segundo momento em que o jovem estudante parece estar agindo em representação aos estudantes que o procuraram. A questão da cobrança de taxa indevida por escola Estadual e sobre o passe livre aos estudantes, foram assuntos encaminhados a ele por outros estudantes, para que reivindicasse providências ao CEE/MT.

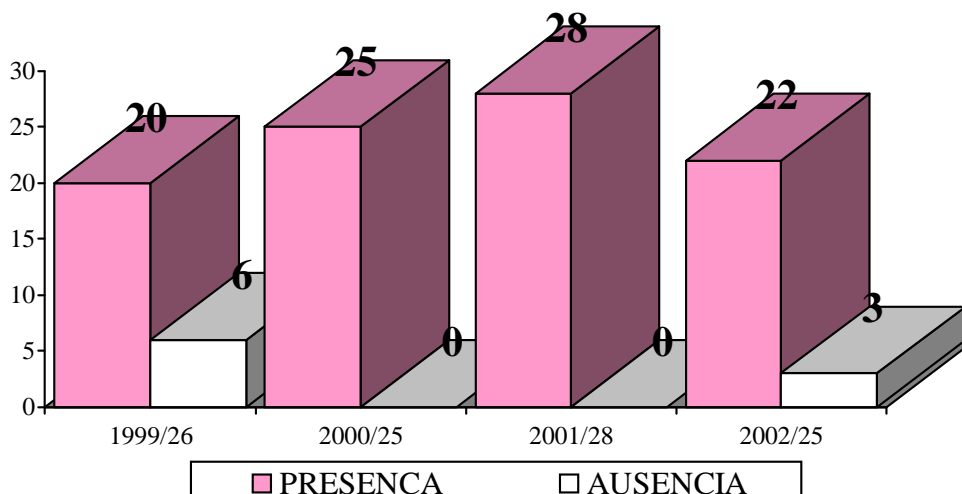
A reação dos professores conselheiros parece desconsiderar suas colocações. O que indica o lugar da representação deste estudante diante dos outros conselheiros.

- Ata de reunião 05/02 - Volta à pauta o assunto sobre a questão curricular do projeto Qualificar. Nessa reunião o representante faz uso da palavra para falar sobre a sua participação como conselheiro do CEE/MT no Fórum Municipal de Trabalho e Renda de Cuiabá, diz ele que "*dentre outros questionamentos levantados, um foi sobre os cursos do projeto Qualificar, destacando-se a questão da carga horária*". Novamente solicita "*à comissão sobre educação profissional que entre em contato com a Secretaria para entendimento sobre o assunto, no que foi apoiado por conselheiros integrantes desta comissão*" (*sic ata*). O representante dos estudantes de Ensino Fundamental e Médio passa a compor uma comissão que estuda e organiza parecer orientativo às escolas sobre critérios curriculares para a Educação Infantil.

Na documentação oficial desse Conselho, ou seja, suas atas, não aparecem relatórios

ou impressões deste jovem sobre suas participações em eventos onde esteve, representando o Conselho de Educação.

Gráfico 4 - Participação do Representante de Ensino Fundamental e Médio nas Reuniões Plenárias do CEE/MT no período de 1999 a 2002



De acordo com o gráfico 4 - O que se pode observar é que a participação do representante de estudantes de Ensino Médio e Fundamental às reuniões também foi assídua. De um total de 104 reuniões Plenárias no período faltou a 8, o que indica que esteve presente em mais de 92% das reuniões. Isso confirma a constatação anterior de que este jovem se preocupou em estar presente às reuniões, o que não implica em participações políticas significativas.

Segundo explicações dadas pelo próprio jovem, *“isto se deve ao fato de ele estar aprendendo, pois entrou para o Conselho sem saber absolutamente nada de seu funcionamento. Mais ouvia que falava e das poucas vezes que falou, teve pouca receptividade.(sic)”*. Isso pode ser confirmado pelos registros em atas apresentado anteriormente.

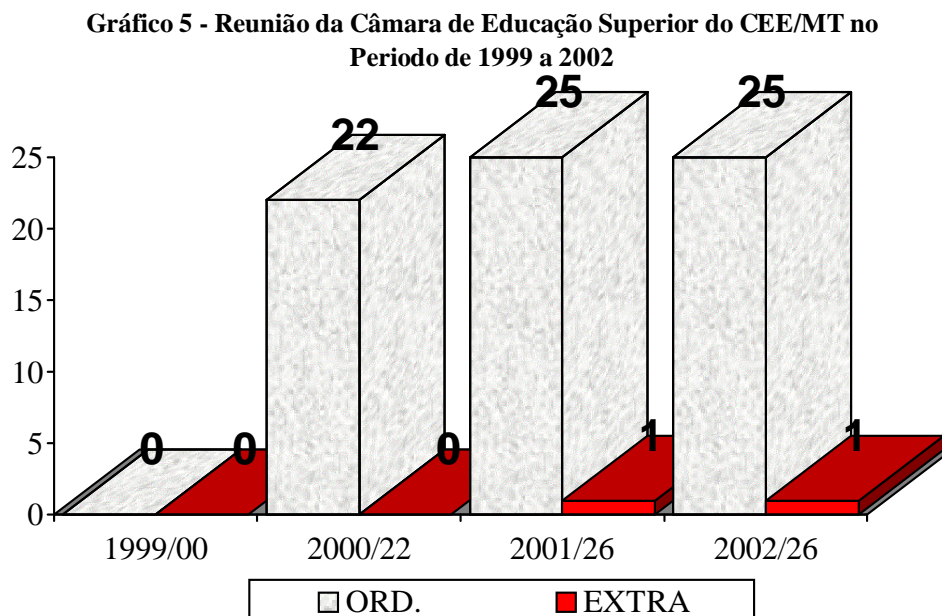
Essa é uma possibilidade que deve ser levada em consideração. O desejo do jovem em aprender os mecanismos de funcionamento do Conselho para então participar de modo melhor qualificado e assim melhor representar seu segmento. Outra possibilidade que não

pode ser negada é o interesse pessoal voltado para questões políticas e econômicas.

Como já apontei anteriormente, este estudante recebe, a título de Jeton, uma quantia considerável mensalmente. Além disso, estando no Conselho pode conseguir contatos políticos importantes e conquistar espaços públicos diferenciados dos que conseguiria sem o título de Conselheiro Estadual de Educação. Esse comportamento reflete o comportamento político do brasileiro. O uso do cargo político para conquistar pequenos privilégios e status social diferenciado, através do favoritismo.

Nesse caso, a questão da possibilidade de aprendizagem e formação político-pedagógica a partir de sua atuação como conselheiro poderia ser entendida como nociva no sentido de ser reforçadora do modelo de relação política tradicionalmente clientelista. O que pode afastá-lo de uma prática democrática mais coerente com a filosofia de expansão dos centros de poder, que busca diminuir as desigualdades e aumentar o poder de decisão mais diretamente exercitado pelo cidadão.

A participação do representante de estudantes universitários nas reuniões do Conselho



No gráfico 5 - é importante esclarecer que o ano de 1999 não apresenta dados por as atas não foram verificadas. Este livro não foi encontrado nas dependências do Conselho. Todos os outros documentos me foram fornecidos sem maiores problemas, apenas não pude analisar esse livro. O pessoal técnico responsável não soube explicar o porque do desaparecimento do livro, argumentaram que houve mudanças na organização das salas e que provavelmente o livro estaria "perdido" em algum lugar. Até o final do processo de coleta de dados ainda não havia aparecido. O fato de um documento oficial do conselho, desaparecer em suas dependências, é grave mas não me permite fazer interpretações a respeito.

Conforme se observa, as reuniões da Câmara de Educação Superior foram em menor número que as da Câmara de Educação Básica. De acordo com as informações contidas nas atas, por várias vezes as reuniões desta Câmara não se concretizaram por falta de "quorum", algumas sendo transferidas para outra data, outras não. Acontece também um número bem menor de reuniões extraordinárias no período.

Analisando o conteúdo das atas de reunião de Câmara de Educação Superior, o que se observa é que as discussões e trabalhos são de natureza mais burocrática que as de Câmara de Educação Básica. Prevalece em sua maioria decisões acerca de credenciamento de novos cursos e instituições de ensino privado nos vários municípios do Estado ou entre as faculdades localizadas na capital.

Transcrevo abaixo os momentos em que identifiquei registro nas atas do uso da palavra ou de citação do nome do jovem que representa os estudantes universitários nas reuniões de Câmara.

Reuniões da Câmara de Educação Superior.

Ano de 1999 – CESU

- Não há registro de fala deste estudante nas reuniões de Câmara durante o ano de 1999. Isso se deve a ausência do livro ata conforme explicado anteriormente.

Ano de 2000 - CESU

- Ata de reunião 23/00 - É definida a participação do estudante na Comissão de Estudos e Avaliação das Resoluções e dos Pareceres do CEE/MT, a partir da Lei nº. 9.393/96.³⁵ o fato desse estudante estar fazendo o curso de direito parecer ser a justificativa para a indicação de seu nome.
- Ata de reunião 24/00 - O representante dos estudantes faz uso da palavra para justificar a ausência de colega conselheiro que é de mesmo município e de mesma universidade que ele.

Ano de 2001 - CESU

- Ata de reunião 01/01 (extra) - O representante dos estudantes pede a palavra e

³⁵ LDB/1996. Esta é a Lei de Diretrizes e Base da Educação. Esse jovem está cursando Direito na UNEMAT.

agradece a presença do reitor da UNEMAT³⁶ convidando-o para comparecer às reuniões da CESU³⁷ mais vezes.

- Ata de reunião 11/01 - O representante de estudantes faz considerações sobre os constantes cancelamentos de audiências públicas para discutir processos de avaliação, devido à espera de posicionamento do Conselho Nacional de Educação.

Alguns encaminhamentos do Conselho Estadual têm que seguir diretrizes do Conselho Nacional. Essa condição, no meu entendimento, tanto pode ser reforçadora de seu lugar de poder quanto poder ser dificultadora, pela burocracia e morosidade, inviabilizando ações que tenham necessidades imediatas.

- Ata de reunião 20/01 - O representante dos estudantes é indicado pela presidente para representar, junto com outro conselheiro, a CESU no Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação da Região Norte em Rondônia.

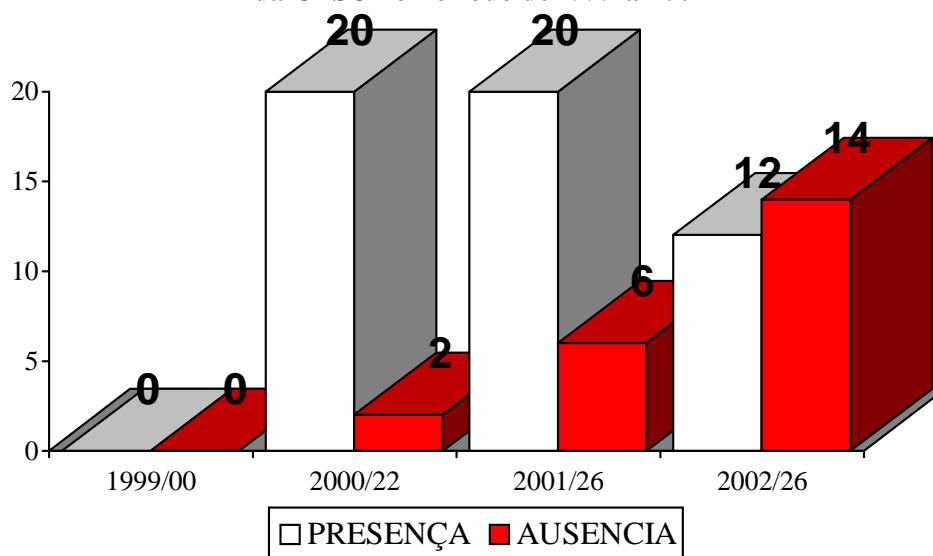
Ano de 2002 - CESU

- Ata de reunião 04/02 - O representante dos estudantes justifica seu atraso para a reunião devido às condições precárias das estradas que ligam seu município à Capital.
- Ata de reunião 09/02 - O representante dos estudantes passa a integrar comissão que fará verificações sobre o curso de Licenciatura Plena em Matemática no município de Rosário Oeste. Fica encarregado de apresentar sugestões de nomes de professores da UNEMAT para este curso. Novamente uma incoerência quanto á qualidade da participação e quanto ao tipo de exigência que é feita a esses estudantes pelos outros conselheiros. Não é da alçada desse estudante a indicação de professores para ministrar aulas em cursos na universidade. Por que colocá-lo como responsável por uma tarefa dessa envergadura?

³⁶ UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso.

³⁷ CESU - Câmara de Ensino Superior.

Gráfico 6 - Participação do Representante Estudantil nas Reuniões da CESU no Período de 1999 a 2002

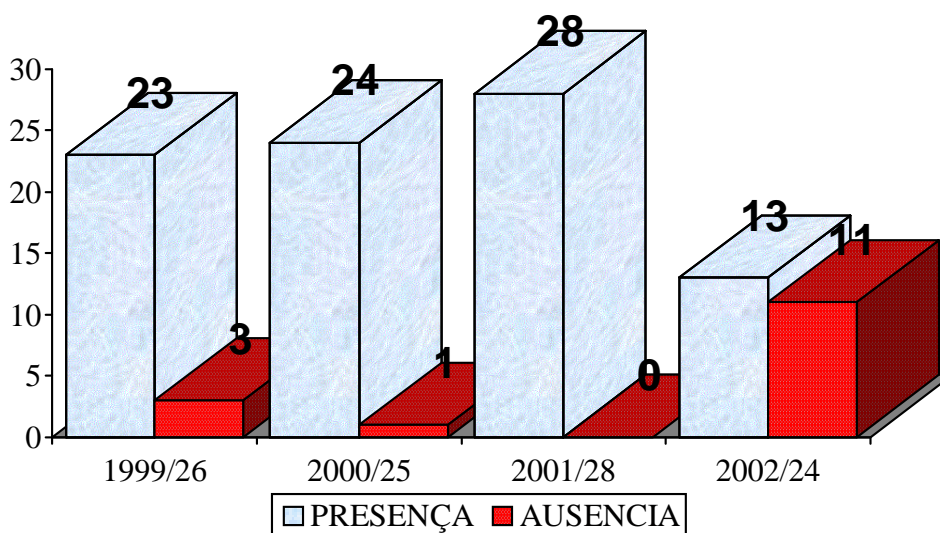


Conforme o que se observa no gráfico 6 - a participação do jovem representante dos Estudantes Universitários, apesar de não haver dados relativos ao ano de 1999 pode ser avaliada como assídua até o ano de 2001. No ano de 2002, sua presença nas reuniões se altera, tendo quase equilibrado os números de presença e ausência. As ausências foram em maior número. No total geral este jovem teve 70% de presença nas reuniões no período.

O motivo das ausências no ano de 2002 é explicado pelo fato deste jovem estar finalizando seu curso universitário, segundo ele os júris e estágios, além do estudo, tomam muito tempo e ele não pode vir toda semana para Cuiabá. As dificuldades de locomoção até a capital e suas atividades no município de origem. A exigência por presenças constantes nas reuniões interferindo nas suas atividades escolares que provocou esse fato³⁸.

³⁸ Esta informação consta dos registros nas atas nas ocasiões em que se justifica a sua ausência.

Gráfico 7 - Participação do Representante de Ensino Superior nas Reuniões Plenárias do CEE/MT no Período de 1999 a 2002



De acordo com o gráfico 7, o que se observa é que a participação do jovem estudante nas reuniões Plenária apresenta dinâmica semelhante à participação nas reuniões de Câmara. Do total de 103 reuniões no período, sua presença foi de 86,5%. As explicações para as ausências nestas reuniões são as mesmas das ausências nas reuniões de Câmara. Não aparecem registros de momentos em que faz uso da palavra ou faça defesa de propostas do segmento representado durante o período.

Abaixo, transcrevo dados registrados nos livros-ata sobre a participação desse jovem nos momentos em que existe registro de pedido de palavra ou quando ocorre alguma citação à sua pessoa.

Plenárias de 1999

- Ata de reunião 12/99 - O suplente do representante estudantil universitário pede afastamento e este ocupa seu lugar na comissão de Educação Indígena.
- Ata de reunião 13/99 - A presidente do CEE/MT comunica a ida do representante dos estudantes universitários à Audiência Pública em Brasília - DF onde se discutirá questões relativas à Educação Indígena. Não há registro de sua intersecção, apenas do

comunicado da presidente da Câmara.

Plenárias de 2000

- Não aparecem registros de falas deste representante durante o ano de 2000 nas reuniões Plenárias do Conselho.

Plenárias de 2001

- Ata de reunião 12/01 - A presidente da Câmara de Educação Superior informa ao pleno que irá participar da aula inaugural do Projeto de Formação de Professores Indígenas em Barra do Bugres e que os representantes de estudantes da CEB e CESU também irão se fazer presentes, junto a ela.

Plenárias de 2002

- Ata de reunião 01/02 - O estudante apresenta defesa da sua universidade - UNEMAT em relação a questões noticiadas na mídia sobre ato do governo de Estado relacionado à não credenciamento e liberação de recursos para novas atividades da instituição.

Tentando contrapor a organização de estudantes universitários no Estado e em nível de Brasil, sabe-se que inicialmente, este segmento desenvolve ações de articulação política e de defesa de propostas para a juventude estudantil de forma mais ampla. As universidades públicas no país, de modo geral, possuem diretórios acadêmicos ativos.

Essa condição de organização política em nível de Brasil proporciona uma condição diferenciada aos estudantes universitários, lembrando da observação do Professor Carrano de que não é a maioria dos estudantes que atua, mas que ações de minoria são extensas à maioria.

No caso da representação de estudantes universitários no CEE/MT, no período estudado, isso não se comprova. A julgar pelas atuações desse estudante e por suas falas, ou melhor, pelas ausências de registros de suas falas nos livros ata ao longo do período, não

posso confirmar sua representação a partir dos documentos oficiais, e, nesse caso, devo lembrar o que já argumentei anteriormente, há que se considerar o fato de que aquele que registra seleciona o que priorizar no documento. Mas ainda assim, as atas são lidas e aprovadas em reunião posterior. O que subentende anuência por parte dos conselheiros, entre eles, o estudante. De acordo com o estudante, ele fez colocações importantes durante seu tempo como conselheiro, mas isso não era anotado e nem ele solicitava isso. O desinteresse pelo registro de sua participação pode ser motivado pela falta de consciência política de seu lugar e do fato de precisar prestar contas de suas ações aos representados.

Apesar de nacionalmente a organização dos estudantes universitários ser melhor estruturada através dos Diretórios de Estudantes e Centros Acadêmicos. Apesar da ação da UNE no Brasil estar mais politizada e capilarizada, em função das ações empreendidas na década de 90 e da divulgação de suas propostas pela via virtual. A participação desse jovem não demonstrou articulação com as representações estudantis nem no Estado e nem fora dele.

A partir da análise dos documentos oficiais e de suas participações pode-se perceber que este jovem não promoveu, dentro do Conselho, uma articulação com os estudantes do seu estado para a proposição de políticas públicas para a educação.

Nesse sentido, o fato do representante dos estudantes universitários ter ultrapassado a faixa etária esperada para estar cursando a universidade, deve ser considerado. Sendo adulto-jovem, casado e com filha, buscando na qualificação profissional melhoria de condições econômicas, além de status político em sua comunidade, demonstra ter outras prioridades que não a defesa de bandeiras próprias do mundo juvenil para a conquista de um lugar social.

O fato do único registro de participação desse estudante em reunião ser uma defesa da instituição em que está inserido no sentido de preservar garantias financeiras e agradecer a presença em reunião, do seu reitor, pode ser indicativo desse comportamento. Aqui, a principal questão não é se ele, enquanto adulto, defenderia ou não causas juvenis ou se

preocuparia com elas, existem muitos adultos lutando por pelos direitos dos jovens. O fato a ser considerado é que este estudante, não estando articulado com os movimentos estudantis nem no estado e nem fora dele, pode acabar priorizando um outro tipo de participação no Conselho. Uma participação que focaliza interesses individualistas. Assim, estaria ele também estabelecendo um modo de relação que busca conquistar interesses clientelistas, reforçando políticas autoritárias.

Portanto, ambos os representantes estudantis estariam atuando no Conselho de modo a repetir práticas políticas cristalizadas por um comportamento tradicional e conservador. Esse fato, no entanto, não inviabiliza a possibilidade de aprendizagem sobre participação política e, a partir da prática, evoluírem para discussões de cunho mais coletivo.

3.3 – Como os representantes entendem sua participação no Conselho

Nessa parte apresento o resultado das entrevistas feitas com os jovens estudantes, tentando fazer um paralelo entre o discurso deles e os registros encontrados nas atas, além do resultado do documento chamado "Diagnóstico para o Programa de Modernização e Desburocratização do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso". Esse documento foi fruto de várias discussões em Plenárias e reuniões de Câmaras. A representatividade e a legitimidade da representação foi discutida em várias ocasiões nessas reuniões. Isso gerou um documento publicado pelo conselho onde apresentam o resultado do trabalho das comissões criadas. Os representantes estudantis participaram no trabalho das comissões.

As partes de entrevistas referem-se aos momentos em que os jovens estudantes conseguem preencher as lacunas deixadas pela quase total ausência de seus discursos nas atas. Além de servir como um parâmetro para conhecer a representação desses jovens no Conselho

O documento de diagnóstico do funcionamento do Conselho enquanto estrutura organizada formal e legalmente, para permitir a relação entre diferentes, será utilizado, na parte em que é citado nas atas. A hipótese levantada inicialmente no trabalho busca a compreensão de como se dá a participação destes jovens e como eles representam o segmento estudantil no conselho.

Quanto ao representante de estudantes de Ensino Médio, seu entendimento acerca da legitimidade na representação pode ser demonstrado quando diz *"Eu não estou representando a AME, mas os estudantes (...) se eu estou lá e não falo nada então eu não estou representando, mas se eu falo coisas que são de interesse dos estudantes, eu estou representando"*. Parece estar claro o conceito de representação no espaço público e o que a lei lhe garante, no entanto, em vários momentos durante as entrevistas e durante a análise das atas, o comportamento representativo dos interesses estudantis não aparece ou não é assumido por esse jovem. Ele justifica essa ambivalência na sua fala pela desconsideração de seu lugar por parte dos outros conselheiros, professores em sua maioria.

De acordo com registros nas atas, o tema da representatividade é discutido a partir do que o diagnóstico aponta acerca da participação dos pais e estudantes no conselho. No entendimento do grupo de conselheiros professores:

Questionar a representatividade dos conselheiros em relação às suas bases implicaria em estender a pesquisa nas entidades que indicaram os nomes para compor o CEE. Somente a elas cabe analisar se os indicados têm representado estes segmentos sociais de maneira a garantir a intervenção fundamentada e a necessária interação entre os diversos interesses representados. (ATA nº. 10/02 de 05.07.02).

O *"falar coisas que são do interesses dos estudantes"* não significa que esse estudante sabe o que são políticas públicas e o que deve fazer para defender esses desejos dos estudantes, ou ainda, se quer fazer isso. Possuir carteirinha de estudante é um desejo desta categoria, mas isso não significa que ao conquistá-lo os representantes de estudantes estão participando enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Significa sim, que ele

aprendeu algumas coisas que podem levá-lo a atingir o objetivo publicizado.

Perguntado sobre sua pouca participação, o jovem responde "*existe situações em que na hora que eu vou falar alguma coisa sobre propostas eles (os conselheiros) querem que a AME venha defender*". Fica claro a dicotomia entre o lugar ocupado pelo jovem e aquele que é legitimado pelo reconhecimento dos outros conselheiros.

Se, como foi colocado anteriormente, não é competência dos conselheiros questionar a representatividade ou legitimidade da representação, já que se entende ser competência da instituição que indica a escolha e avaliação deste. A negação dessa condição ao jovem representante de estudantes de Ensino Fundamental e Médio, é, no mínimo contraditória com o discurso do grupo de conselheiros, representados nesse momento pela fala de sua presidente³⁹.

Na L. C. 49/98 está claro que o lugar de representação é para estudantes, não existe a citação da AME especificamente. Apesar disso, o jovem, durante algum tempo diz-se representante da instituição assim como é citado desse modo em atas. O que parece não estar claro para ele e nem para os outros conselheiros é que lugar esta representação possui, sendo utilizado o nome da AME quando conveniente. Não está claro para o estudante e nem para os outros conselheiros as condições pelas quais esse jovem ocupou esse assento. Ou se está claro para eles, essa relação não aparece publicamente. A manutenção do lugar desse estudante no Conselho parece estar envolta em acordos políticos que não posso alcançar pela via dos registros oficiais.

Com relação à questão da representatividade do jovem estudante de ensino médio o que se percebe é que ele próprio não tem isso muito claro. Inicialmente diz representar a associação de estudantes e em alguns momentos diz que representa os estudantes. Quando a pesquisa começou e eu fiz a primeira entrevista, este jovem dizia representar a AME e através

³⁹ Citação de parte da ata n° 10/02 que se encontra na página 110 desse trabalho.

dela os estudantes, apesar de a Lei Complementar 49/98 garantir a representação aos estudantes.

O jovem no congresso em Tangará da Serra diz estar também como representante da AME. Na última entrevista ele muda esta informação *"eu não estou representando a AME, mas sim os estudantes, eu não posso sair por ser um representante"*. Esta alteração ocorre após as discussões desencadeadas na Câmara de Educação Básica sobre o diagnóstico de funcionamento do Conselho. Este jovem compôs a comissão que discutiu a temática da representatividade e legitimidade.

Nesse sentido a fala da Diretora Executiva do Conselho sobre os representantes pode ser esclarecedora: *O representante da AME enfrentou e enfrenta sérios problemas, já que é visto pelo grupo como alguém que não sabe o que fazer. Quando vai fazer relato de parecer gagueja, erra e já virou motivo de gozação dos professores. Não foi alguém escolhido para a representação, parece que é alguém do PSDB e foi trazido para cá"*.

Na fala do representante de estudantes universitários *"esse Conselho é difícil"* ele demonstra a barreira que encontrou. A ausência de discursos políticos em prol de reflexões sobre o processo educacional, apesar desse estudante parecer ocupar um lugar diferenciado no Conselho, se comparado ao do outro estudante representa o lugar que ocupa. As ausências cada vez maiores nas reuniões podem demonstrar sua fragilidade ou despreparo para exercer o lugar de representante. Uma outra possibilidade é a dele não ter interesses de militância em prol do segmento estudantil universitário e sim estar ocupando o lugar para conquistar status social pessoal.

Durante o tempo em que esteve representando o segmento dos estudantes universitários não aconteceu nenhuma atividade ou manifestação por parte desse jovem que fosse significativa e que se relacionasse a propostas e defesas dos interesses dos estudantes. Ainda assim, seu lugar como representante é diferentemente percebido pelos técnicos.

Segundo fala da Diretora Executiva "*ele é mais politizado. Quando veio para cá estava começando o curso de direito, nós pudemos perceber sua evolução, o representante da AME não cresceu, ele tem dificuldades sérias*". Este lugar diferenciado na percepção do grupo poderia dar ao estudante melhores condições de articulação em prol de sua categoria, que é, a princípio, a mesma do outro jovem.

Vale lembrar que o método de inserção destes jovens no próprio Conselho já é informação importante para entendermos a dinâmica das relações políticas que se estabelecem no seu interior. O jovem representante de estudantes universitários veio para o Conselho através do Diretório de Estudantes da UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso - única à época a possuir lugar de representatividade garantido pela lei Complementar nº. 49/98. sua escolha se deu por processo indicativo via documento oficial de seu diretório. A UNEMAT é uma instituição regulamentada enquanto instituição de ensino.

O jovem representante de estudantes do Ensino Médio tem um histórico diferenciado nesse sentido. Sua inserção no Conselho Estadual de Educação acontece pela via político-partidária, apesar de na ocupação do lugar dizer representar uma associação de estudantes.

Por questões que não aprofundarei nesse trabalho essa Associação foi, no decorrer de seu tempo, perdendo sua capacidade aglutinadora. A AME teve força mobilizatória na capital e em alguns municípios do Estado bom bastante tempo, gradativamente foi desaparecendo do cenário político estudantil. No ano de 2002 apresenta movimentos de rearticulação e por isso aparecem alguns problemas entre seus representantes e o jovem que está no CEE/MT. Enquanto instituição legal existe até hoje, mas há alguns anos já não tem mobilizado os estudantes ou funcionado regularmente. Segundo informações do próprio estudante, já não se reúnem e nem têm sede definida, sua diretoria se desintegrou e suas ações se reduziram. O que aconteceu com a AME não foi diferente de muitas outras instituições representativas de estudantes secundaristas no período de pós-ditadura.

Por ocasião da reunião dos jovens integrantes de partidos políticos com as associações de estudantes e grêmios estudantis existentes em Mato Grosso, no município de Tangará da Serra, a AME aparece como a instituição que poderia ocupar o lugar na representação estudantil do CEE/MT. Na Instrução Normativa de nº 004/98,⁴⁰ apesar de não haver garantia específica na L. C. 49/98, é o nome da AME que aparece na lista de entidades que poderiam se candidatar ao Conselho. É também o nome da associação que aparece para a primeira composição do Fórum Estadual de Educação, também regulado por essa Lei Complementar.

Segundo o jovem estudante de ensino médio ele fazia parte desta associação e, além disso, estava no encontro como integrante do segmento jovem do PSDB. Os objetivos maiores deste encontro foram decisões relativas à carteirinhas estudantis (valores e encaminhamentos), além da mobilização política para defesa de candidato a vereança nas eleições municipais daquele ano.

O tema ligado ao assento para os jovens estudantes no CEE/MT era secundário. Nas discussões lá havidas foi decidido que este jovem, segundo informação sua, por ser da AME e também do partido político de situação, seria o representante escolhido, de acordo com ele:

(...) No congresso em Tangará é que se decidiu o nome dos representantes para o Conselho Estadual de Educação. A questão partidária era muito forte, por isso os representantes do PSDB e do PPS foram os escolhidos para a titularidade e suplência (...) os votos vieram da mobilização da ACES⁴¹ que é na maioria PSDB.

No encontro em Tangará estava presente uma outra instituição (ACES), representativa de estudantes cuiabanos, que teve força na mobilização pela escolha do representante, mas que não foi a entidade a ser eleita. Isso ocorre por que essa é a Associação Cuiabana dos Estudantes Secundaristas, portanto, não possui status e nem configuração estadual.

⁴⁰ Sempre que o Conselho vai passar por um processo eletivo, este, juntamente com a Secretaria de Educação, emite Instrução Normativa publicizando quais instituições poderão formar a lista tríplice para concorrer a assento no Conselho. É nesse momento que o nome da AME aparece.

⁴¹ ACES - Associação Cuiabana de Estudantes

interessante notar que em momento algum, na verificação dos quatro anos de documentos, aparece o nome dessa Associação nas falas do representante estudantil no Conselho. O que pode indicar sua pouca interlocução com o movimento organizado de estudantes na capital após os trabalhos de articulação para sua eleição. Repetindo a tendência política-partidária brasileira de representatividade referendada pelo voto. O representante entende ter adquirido um mandato que lhe dá direitos de representação sem a posterior participação de seus representados. Esse é o comportamento que se pretende alterar quando se criam espaços como os Conselhos de Políticas.

Devido á participação mais constante desse jovem nas reuniões do CEE/MT no período dos quatro anos e pelo número expressivamente maior de reuniões da Câmara de Educação Básica em comparação às da Câmara de Educação Superior e ainda devido ás amplas discussões relativas ao ensino e seu processo nessa Câmara, o material apresentado por esse estudante nas entrevistas é mais representativo para efeitos da pesquisa.

A articulação entre os dois jovens representantes de estudantes no Conselho durante o período foi quase inexistente, segundo informações do jovem estudante de ensino Médio, poucas foram as ocasiões em que conversaram ou trocaram informações ou que se uniram para defender algum interesse estudantil.

Segundo esse jovem, o momento em que ocorreu articulação entre eles foi quando decidem defender os seus lugares enquanto conselheiros e o direito de participarem de eventos dentro e fora do Estado como modo de melhorarem sua condição de representantes e aprenderem sobre as atividades do Conselho, ele relata:

(...) Nós nunca conversamos sobre assuntos de política da educação, o outro representante mora longe e só vem em dia de reunião, só uma vez ele me procurou e conversou sobre o fato de nós nunca viajarmos, disse que tinha "muita estrela" no Conselho e que nós também tínhamos o direito de viajar (...) na reunião ele falou sobre isso e eu o apoiei, depois a presidente do Conselho o chamou para uma conversa particular, não sei o que ela disse pra ele, mas depois disso eles começaram a deixar a gente viajar.

Parece-me que nesse momento o jovem deixa claro o tipo de relação que se estabeleceu entre eles e os outros conselheiros. Não lhes era permitido sair enquanto representantes conselheiros para eventos do CEE/MT, a não ser os que, de certo modo, não eram considerados importantes ou os que aconteciam na capital.

Essa atitude do grupo de professores pode ser explicada pelo não reconhecimento desses jovens como igualmente conselheiros, sendo eles vistos enquanto estudantes inseridos num universo de professores, conforme já foi demonstrado anteriormente. Quando o jovem estudante universitário diz “*esse Conselho é difícil*” ou quando a secretária coloca “*você sabe como essas coisas são difíceis*”, deixa clara a relação estigmatizada.

Um outro fator a ser considerado se relaciona novamente às questões econômicas. Os conselheiros, quando em representação fora do Estado recebem diárias. Além do interesse pela viagem em si, a condição econômica parece pesar bastante no momento de escolher os conselheiros que sairão em viagem.

Para Goffman o grupo ou organização social, demonstra ao sujeito estigmatizado o como o percebem através de comportamentos que evidenciam que falta a este, atributos que o torne capaz de ser parte do grupo.

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele não tem um atributo que o torna diferente de outros que não se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até, de uma espécie menos desejável (...) assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. (GOFFMAN, 1989, p. 12).

Nesse sentido Mendonça ressalta:

O poder doméstico, que dá origem à dominação patrimonial está presente nas relações internas da escola, especialmente nas relações entre professor e aluno (...) na relação doméstica escolar o aluno não é sujeito de direitos e a propriedade de bens em geral é de quem detém o poder (...) a concepção tradicionalista da escola, do tipo patrimonialista, que permite ao professora apoderar-se da instituição e dos alunos como coisas que lhes pertencem, afasta a comunidade. (MENDONÇA, 2000, p.142).

Um outro momento em que fica clara esta relação, segundo informações do jovem estudante de ensino médio é quando esse coloca *"no Conselho sou como um nada, quando vou falar sobre grêmios ou organização de alunos, dizem para deixar de lado, que se nas escolas tem um bom professor e um bom conteúdo eu vou estar ajudando os alunos"*.

Esta fala é representativa do lugar em que o jovem se percebe *"sou como um nada"*, além da idéia que o grupo de professores tem de sua participação *"ajudará os alunos se na escola tiver bons professores e conteúdo"*. Deixa claro também o entendimento que estes professores têm da sua função dentro do Conselho e dos objetivos deste, confirmando a análise pela corporatividade diagnosticada pelo documento da assessoria, fato provocador de polemicas e resistências entre eles.

Nesse sentido Morgado falando sobre a relação pedagógica

Na relação pedagógica, o professor exerce sua autoridade quando ensina. Mas como ensina? Estabelece a mediação entre o aluno e o conhecimento social, ou trata o conhecimento como propriedade individual a que o aluno jamais poderá aspirar? Trabalha para que o aluno possa vir a se *negar* como aluno, ou trabalha para que o aluno seja eternamente dependente dele? Trabalha para romper a dominação da autoridade original ou, ao contrário, recorre inconscientemente a ela? (MORGADO, 2002, p.90).

Na organização de alunos, os grêmios não são percebidos por alguns professores conselheiros como positivo. Passam ao jovem a informação de que no lugar de conselheiro a sua preocupação deve ser com a qualidade do professor e do conteúdo. Desse modo se mantém a distancia entre a relação democrática e o pensamento tradicionalista de que a grande preocupação da educação deve ser com o professor e o conteúdo, mantendo o sujeito a ser formado longe do processo.

Percebe-se que o jovem faz tentativas de participação no sentido de colocar em discussão assuntos pertinentes à sua prática enquanto estudante, mas não lhe é permitido o espaço de reflexão e ainda, o grupo de professores não se utiliza destes momentos para exercer uma função educativa mais ampla no sentido de ouvir a demanda e orientar para a

execução das ações necessárias à sua concretização.

Morgado fazendo um paralelo sobre a relação professor-aluno e a relação pai-filho num processo de reverência da autoridade por esses pares, lembra:

A diferença de recursos e experiências entre o humano adulto e o recém-nascido fornece as bases da relação em que um é autoridade e o outro não. Dessa maneira, todos os cuidados parentais que eroginizam - sexualizam - a criança engendram, a um só tempo, a chamada sedução do adulto e o exercício da autoridade de alguém que sabe mais, pode mais, sobre alguém que sabe quase nada e pode muito pouco (...) se o professor personifica o conhecimento, não há o que se possa fazer para que os alunos dele se apropriem. Estarão eternamente aprisionados à condição de discípulos, infantilizados nas suas possibilidades de crescimento e autonomia intelectual. Como num passe de mágica, a autoridade pedagógica faz o conhecimento aparecer e desaparecer, sem mostrar o percurso que permite atingi-lo. (MORGADO, 2002, p. 36).

O objetivo principal desses Conselhos, que é ser um espaço de discussão, avaliação e fiscalização do processo educativo e de propostas de políticas públicas educacionais, implica também, de acordo com a LDB, na formação do estudante para a vivência cidadã. Negar-lhe a condição de participação enquanto conselheiro capaz de propor e ainda colocá-lo no lugar daquele que nunca saberá o suficiente para ser considerado um igual, é repetir a relação de autoridade pela via do saber apontada por Morgado.

O momento reforça o diagnóstico apresentado pela assessoria sobre a atitude do professor, sua dificuldade em lidar com uma nova proposta para a educação, em reconhecer o estudante como sujeito em condições de discutir as ações de que é destinatário.

A proposta político-pedagógica inserida na LDB tem como seu norte principal o reconhecimento dos estudantes como foco da ação, sua realidade social e a necessidade de sua inserção como sujeito social no processo educativo. Mas na prática a relação ainda está repleta da visão tradicionalista em que o professor é o quem sabe e o aluno aquele que deve receber o conteúdo.

Nesse sentido o Conselho enquanto instituição, de acordo com publicação no

periódico BATÁRU declara:

Assim, a questão da descentralização e democratização deve ser entendida para além do um ato administrativo, consistindo numa efetiva partilha de poder entre Estado e as coletividades locais e sugere a construção de uma nova cultura ancorada em experiências de gestão democrática. (BATÁRU, 2002, p.25).

Percebe-se a partir do exposto uma ambivalência entre o discurso e a prática dentro do Conselho. Os professores conselheiros têm consciência desta ambivalência pelo que se apresenta nos registos, mas no momento de colocar em prática o novo pressuposto de relações com a sociedade e com o estudante, fica clara a dificuldade e o comportamento resistente.

Lembrando do que coloco no momento em que apresento a história da UNE e sua ligação com a história da participação política juvenil. Assim como naquela época, o medo dos adultos não era pela participação dos jovens enquanto estudantes, mas sim pela sua participação no mundo da política. Como o espaço do Conselho é um espaço que prepara os jovens estudantes para a participação política mais ampla, a tentativa é pela manutenção da relação de autoridade entre adultos e jovens, impedindo deste modo a tomada de consciência por parte desses jovens e dos que eles representam no espaço público

Ao perguntar ao jovem estudante de ensino médio sobre a existência de grêmios estudantis em sua escola este informa que não existe nenhum, informa que o diretor não deixou que montassem por que "*ia bagunçar a escola*" o que demonstra que a opinião corrente sobre a organização política do jovem e o seu lugar no processo educacional não se alterou devido às alterações legais. E tampouco o entendimento de alguns educadores que produzem pensamento a respeito, apesar de no âmbito do discurso político-pedagógico esta organização fazer parte do processo de descentralização e controle social.

O grêmios estudantis, a associação de pais e de bairros, o conselho escolar e também o Conselho fazem parte desta nova forma de participação do cidadão na coisa pública, mas os

entraves começam no interior dos mesmos. Se na escola o diretor acredita que a organização do grêmio irá bagunçar a escola, reproduzindo a idéia de que o jovem em grupo "bagunça", o tratamento que os jovens recebem no interior do Conselho não está distanciado da cultura tradicional que teima em se manter e que é mantida antes de tudo pelos próprios professores. Na prática o lugar do jovem estudante ainda é o de receptor.

Dallari falando sobre a conscientização e as relações de poder, assegurando que os trabalhos de conscientização e organização estão entre as mais eficientes formas de participação, acentua uma atitude negativa do professor que:

Ensina os seus alunos a aceitarem passivamente as decisões do governo, a elogiarem sempre os governantes e a nunca se rebelarem contra a ordem estabelecida, sem indagar se esta é justa ou injusta. Esses professores agem assim, geralmente por que não são conscientes (...) conscientizar uma pessoa é ajudá-la a fugir da alienação, é despertá-la para o uso da razão, dando-lhe condições para que perceba as exigências morais da natureza humana (DALLARI, 1984, p. 52).

Morgado ainda tratando da sedução na relação pedagógica lembra:

A relação pedagógica também se desenvolve em um contexto bastante similar ao da relação original. A sociedade e a instituição educacional outorgam autoridade formal ao professor, independentemente de sua competência real para ensinar; do mesmo modo, confere-se aos pais autoridade para educar seus filhos. (ao vislumbrar no professor aquele que poderá prove-lo de conhecimento, o aluno elege-o como autoridade; ao ensinar, o professor exerce a autoridade que o aluno lhe atribui. Estabelecem-se, assim, as condições transferências para que a relação pedagógica remeta à relação original. (MORGADO, 2002, p.87).

Este fato pode servir para entender os motivos do representante de Ensino Médio "aceitar" a posição do diretor da sua escola e não promover mobilização entre os outros estudantes. Outro motivo pode ser a sua maneira "política"⁴² de agir no sentido de não criar dificuldades entre si e os que estão no comando, evitando assim a possibilidade da perda de seu status social. O jovem estudante universitário não relata nenhuma experiência semelhante e durante sua participação nas reuniões não parece ter vivenciado nada igual.

⁴² O "político" nesse momento é entendido a partir do pensamento de Krech & Crutchfield, como próprio dos conchavos que visam ao atendimento de interesses individuais.

Em reunião Plenária no ano de 2000 pode-se encontrar fala de um professor conselheiro no momento em que avalia os trabalhos do Conselho durante o ano ressaltando que *"todos os conselheiros e a equipe do CEE fizeram um bom trabalho no decorrer do ano de 2000, e mesmo com as adversidades das representações, a educação falou mais alto"*. (Ata nº 002/01 de 30.01.2001). essa fala demonstra a dificuldade em se aceitar no grupo outros representantes que não professores. As “adversidades nas representações” são percebidas pelo conselheiro como algo que dificulta o cumprimento do objetivo do Conselho. Se levarmos em consideração a função burocrática isso pode ser entendido, mas, se lembrarmos que essa não é a função principal do Colegiado, os dissensos podem ser encarados como evolução na construção de espaços políticos mais participativos.

Este fato também aparece na fala de outros professores conselheiros, ao citar a necessidade de orientações aos Conselhos Municipais uma conselheira argumenta, como registrado em ata que *"analisará o processo nos termos da lei e o que se referir às questões políticas deverá ser discutido em Plenária"*. Nesse momento fica claro que a conselheira está garantindo cumprir com o trabalho burocrático mas afastando-se das negociações políticas.

A existência de um bom número de professores sindicalistas e no geral do grupo, vários servidores públicos em diferentes representações, o fato de alguns destes servidores já terem ocupado lugar de conselheiro e hoje ocuparem lugar de técnicos no Conselho, além do recebimento de gratificações consideráveis por participação e representação, fato que parece ocorrer apenas no Conselho Estadual de Educação⁴³, acredito, são alguns motivos para que as relações de poder e político-partidárias se exacerbem.

Sobre isso o jovem representante de ensino médio comenta acerca da organização de seminário encabeçado pela Secretaria de Educação do Estado, para articular grêmios

⁴³ Nas leis que regulamentam os Conselhos de Saúde, Assistência Social, Criança e Adolescente, Mulher e Negro, não existe a possibilidade de recebimento de jeton.

estudantis.

Foi destinado R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para promover este encontro e nele fez-se defesa partidária (...) fui representar o Conselho e não me chamaram para compor a mesa, quando disse que estava representando o CEE/MT, se desculparam⁴⁴(...) ali no Conselho é difícil, você pode falar alguma coisa e ser prejudicado, ali a coisa é maldosa (sic).

As dificuldades em se manter no grupo enquanto conselheiro sendo diferente política e intelectualmente são claramente retratadas nessa fala do estudante. Essa dificuldade, que é própria do cidadão brasileiro e que também é apontada em discursos mais ampliados, pode ter motivado esse jovem a “fazer o jogo” para manter a participação. Quando pergunto de que modo ele acredita que poderia ser prejudicado na representação estudantil ele informa

Sou secretário da minha associação de bairro, outro dia estive na casa civil para levar reivindicações de minha comunidade e recebi a resposta que a prioridade lá era para atender o pessoal que era do PPS, disse para o cara que eu não sabia que a casa civil tinha virado diretório do PPS.

Esse evento demonstra que o estudante também confunde suas representações ou se utiliza destas no intuito de conquistar lugar diferenciado politicamente no sistema, já que na sua fala não deixou clara a ligação entre o lugar de conselheiro da educação e a atividade que estava desenvolvendo junto á casa civil enquanto secretário de sua associação de bairro.

Chauí (1999) faz diferenciação do seja entendimento da política em três sentidos, o primeiro como significado de governo, entendido como direção e administração do poder público, sob a forma de Estado. O segundo como atividade de especialistas e o terceiro, o mais adequado para esclarecer a postura do estudante e da sua visão da relação, a política como o significado derivado do segundo sentido; que seria,

A conduta duvidosa, não muito confiável, um tanto secreta, cheia de interesses particulares dissimulados e freqüentemente contrários aos interesses gerais da sociedade e obtidos por meios ilícitos ou ilegítimos (...) este poder é exercido através de práticas secretas que beneficiam quem o exerce e prejudicam o restante da

⁴⁴ Segundo o jovem, por ocasião deste seminário organizado pelo governo atual, PPS, ele enfrentou resistências por ser do PSDB.

sociedade. (CHAUÍ, 1999, p.369).

O lugar de representatividade para o estudante, diferentemente do estudante universitário, parece necessitar de constantes afirmações. O jovem representante de Ensino Médio, como já havia dito anteriormente, ainda não concluiu seus estudos, trabalha como ajudante de pedreiro além de fazer pequenos serviços em loja de tratamento de cães. Essa atividade no âmbito do profissional, o distancia do contexto sócio-político próprio da prática cotidiana do Conselho. Sua participação na associação de bairro, no partido político e no Conselho, onde ocupa lugar de autoridade, lhe garante uma inserção política mais próxima do lugar de poder que parece almejar.

Ao se apresentar para as entrevistas este jovem usa vestuário e acessórios que o tipificam como pertencente a uma determinada classe social, diferente da que pertenceria enquanto ajudante de pedreiro. Usando celular, camisa de seda e calçados modernos, sua postura não é a de um jovem que faz trabalho braçal para garantir o próprio sustento.

Sobre isso Krech e Crutchfield argumentam que,

Pode-se dizer que os papéis de um indivíduo variam numa dimensão de compatibilidade-incompatibilidade, se uma pessoa ocupa uma determinada posição percebe que quase todas as pessoas têm as mesmas expectativas ou expectativas muito semelhantes, quanto à maneira pela qual deve comportar-se em seu papel, temos um caso de compatibilidade de papel. (KRECH & CRUTCHFIELD, 1975, p. 435).

Portanto, o que se pode entender é que o jovem estudante, ao se apresentar para a entrevista tentava parecer compatível com o papel de conselheiro do CEE/MT. Posso inferir que, ao se apresentar diante de alguém na Casa Civil para buscar atender as reivindicações de sua comunidade não o fez enquanto estudante ou como trabalhador braçal, mas utilizou o aprendizado que o conselho lhe proporcionou.

O jovem estudante universitário não parece sentir-se forçado ou pressionado a lançar

mão de seu único diferencial no conjunto dos conselheiros, a questão político-partidária, isso talvez, por possuir outros indicadores de pertença, ou seja, intelectualidade, academicidade e profissão.

Constantemente o jovem representante de estudantes do Ensino Médio tem o seu lugar colocado em cheque, ao relatar que em algumas situações em que a AME enviava ofício ao Conselho sem o seu conhecimento e que o presidente da instituição era chamado pela presidente do Conselho para defender propostas, fica claro que o jovem estudante enfrenta ambivalências individuais e de grupo com relação ao lugar que ocupa, o que reforça a idéia da política como relação obscura, visando defender interesses individualizados.

Tais situações demonstram que o jovem não está no Conselho como representante legítimo de todo um segmento e menos ainda em representação a uma instituição organizativa de estudantes. No entanto, ele se mantém no lugar e os fatores que motivam isso são mais amplos do que posso mensurar. O que parece ficar patente nessa permanência é a prática paternalista das alianças políticas como forma de conquistar pequenas vantagens sociais.

Ao falar sobre os critérios de eleição para a diretoria do Conselho e de seu posicionamento o jovem estudante de ensino médio relata que as escolhas são muito "políticas". Ao ser questionado por alguém da Secretaria de Educação sobre os motivos de não ter votado na candidata da Secretaria de Educação ao cargo da presidência do Conselho argumenta

Não votei em nenhuma por que uma era muito rígida, autoritária e iria tentar tirar pessoas que gosto do Conselho e a outra eu não quis por que acho que na hora de tomar decisão ela não dá conta, a pessoa que eu achei que era a melhor candidata não quis se candidatar. (sic).

Pergunto a este jovem se concorda que os critérios que utilizou para a escolha da candidata são ainda muito pessoais no sentido partidário? Sorrindo responde que “*na Secretaria e no Conselho só funciona assim*”. Sobre sua constante necessidade de se afirmar

no lugar de representante o jovem argumenta:

Existe uma pressão muito grande, uma hora é um presidente de diretório outra é a gente da AME, outra da Secretaria, toda vez que acontece alguma coisa assim eu mando carta para as escolas pedindo apoio dos estudantes e pedindo para que eles escrevam para o Conselho, a resposta é sempre positiva (...) essas cartas eu entrego ao A⁴⁵. na secretaria para que ele saiba que tenho apoio.

Não fica claro que tipo de apoio os estudantes garantem a esse jovem. Perguntado sobre o que escreve nessas cartas o estudante responde que fala sobre o fato de quererem tirar seu lugar no Conselho, sobre a importância dos estudantes o manterem lá. Segundo relato desse representante, ele tem amigos nas associações de estudantes e sempre que precisa os mobiliza. Isso pode significar articulação política, pode indicar que ele articula politicamente pelo seu lugar no Conselho, mas não que articule politicamente pela causa dos estudantes.

Pergunto ao jovem estudante de Ensino Fundamental e Médio, como percebe sua representatividade, se percebe que seu trabalho no Conselho durante este período, de algum modo, produziu efeitos na elaboração de políticas públicas para a educação? O jovem relata que não percebeu nenhum efeito, que as discussões não foram mobilizatórias dos estudantes no Estado e nem na capital, ele acredita que isso também aconteceu com os estudantes universitários.

Do mesmo modo, jovem estudante universitário relata que os DCEs estão mais bem organizados e têm uma participação maior, mas que sua representação no Conselho não provocou efeitos no sentido de ampliar a articulação política do Movimento Estudantil do estado.

Como ainda permanece no Conselho, o jovem estudante de Ensino médio acredita que nessa sua primeira gestão esteve aprendendo e que agora que já conhece melhor o funcionamento do Conselho poderá participar mais. Ao perguntar sobre esse tempo e a

⁴⁵ A é a inicial do nome da pessoa com quem conversa na Secretaria de Educação e que lhe "sugere" para renunciar ao cargo de conselheiro representante dos estudantes, deixando a vaga para a AGEMAT.

questão da disputa pela representação com a AGEMAT ele responde que seu mandato é até 2005 e que não pretende sair.

O representante de estudantes de Ensino Médio acredita que o recebimento da gratificação (jeton) pode interferir nas decisões dos conselheiros. Relata que *“outra coisa que atrapalha muito é o fato de a maioria dos conselheiros serem servidores públicos, como as decisões são muito políticas, o medo de perder o lugar é grande”*, relata ainda que:

A presidente atual (2002/2003) estava no Conselho como representante da UNDIME, agora esta na representação de pais, ela é da Secretaria, esta com “o processo andando”⁴⁶, assim como a professora G.⁴⁷, vão tirá-la de lá, então a presidente não quer tomar decisão que vai prejudicar a Secretaria (sic).

O fato de professores, numa determinada organização escolar, usarem a representação dos pais para ganhar força nos colegiados foi identificada por Mendonça em sua pesquisa e ele chama a atenção para as omissões legais que permitem lacunas e interpretações que podem ser convenientemente utilizadas para a manutenção da hegemonia corporativista da classe dos professores, segundo o autor:

Essa omissão permite também, que um professor ou servidor que mantenha um filho na escola como aluno regularmente matriculado, seja eleito pelo segmento dos pais e, numa estratégia corporativista, represente no conselho escolar, interesses contrários ao segmento que o elegeu, reforçando ainda mais, a hegemonia do segmento docente - administrativos, aprofundando os elementos patrimonialistas que dão contorno à escola como propriedade desse grupo. O estatuto racional-legal que nesse caso, se origina da intenção de promover a participação dos grupos tradicionalmente excluídos, termina por omissão, possibilitando exatamente ao contrário. (MENDONÇA, 2000, p. 158).

Do mesmo modo em que o discurso é pela participação das representações de pais e estudantes nas decisões do conselho. Ao mesmo tempo em que o discurso é pela participação da coletividade na coisa pública, igualmente, o grupo de professores faz acordos internos que acabam por inviabilizar a participação.

⁴⁶ Uma gíria usada pelo estudante que significa, segundo ele, que a pessoa em questão está para perder o cargo que ocupa devido às mudanças de poder político na Secretaria.

⁴⁷ G é a inicial do nome da professora

Ao perguntar ao representante de estudantes do Ensino Médio como percebe a organização política do jovem no Estado, responde que está *"muito feia, que o jovem não quer pensar, fica sendo dirigido, se alguém diz vai pra lá ele vai, são poucos os que se organizam (...) estamos tentando criar uma coordenadoria da juventude no estado, parece que vai acontecer"*.

Perguntando se ele entende que sua participação no Conselho influenciou de algum modo às decisões que afetam a coletividade estudantil o jovem fica quieto um tempo e responde que *"não, que não estava preparado, que durante estes anos esteve como observador, que não conhecia nada"*.

O jovem representante de estudantes Universitários tem a mesma opinião. Pergunto a ambos se têm conhecimento das mobilizações estudantis nacionais e uso como exemplo as propostas definidas pelos jovens no Fórum Social Mundial ocorrido no início do ano (2002) e das propostas que existem na Internet fruto dessas mobilizações? ambos respondem que não.

Ainda sobre a questão do recebimento de gratificação por participação, pergunto se têm conhecimento da existência de lei que proíbe⁴⁸, o jovem estudante de Ensino Médio responde que *"não sabia, ... o recebimento acontece via depósito em conta, antes era preciso assinar um documento e agora vai direto pra conta. Argumenta ainda o jovem estudante de ensino médio, que "o Conselho faz parte, como órgão de Estado, do sistema e por isso sofre as sanções e fiscalização dos tribunais, se algo der errado o sistema 'absorve'". Perguntado sobre o que significa "absorver" ele responde: "o pessoal lá de dentro tem como arrumar documento, notas, que resolvem o problema(sic)". O que demonstra que esse jovem conhece os "caminhos obscuros" das relações de poder e de defesa de interesses individuais no sistema, podendo, se for de seu interesse, fazer uso desses caminhos para se manter no lugar de poder enquanto conselheiro e para adquirir vantagens pessoais.*

⁴⁸ Lei Federal nº 9.424/95 – Lei que regulamenta o FUNDEF e seu Conselho.

A resposta deixa claro o conhecimento do funcionamento do sistema e também o entendimento do benefício financeiro como algo politicamente garantido pelos mesmos interesses duvidosos e distanciado dos interesses da comunidade. Quanto a isso afirmam Krech & Crutchfield:

Talvez a afirmação mais geralmente válida a respeito da natureza das funções do grupo seja a seguinte: todos os grupos servem para satisfazer à necessidade de poder de alguns de seus membros e à necessidade de participação da maioria (...) é inevitável que as identificações de grupo do indivíduo se tornem uma importante parte de seu eu ampliado, pois este objeto valorizado é o produto das interações do indivíduo com os membros de seus diferentes grupos primários. Os grupos do indivíduo se tornam "meus grupos", certos ou errados, e os ataques a eles dirigidos podem ser defendidos tão vigorosamente quanto os ataques ao EU. (KRECH & CRUTCHFIELD, 1995, p.456).

As atitudes dos jovens estudantes, no exercício de sua participação política, se mostram diferenciadas em várias questões: para o estudante de Ensino Médio a participação no Conselho significa a garantia de um lugar social diferenciado de sua realidade vivida. Estar conselheiro lhe proporciona um lugar de autoridade junto a seus grupos primários, família e escola, tornando-o aceito por outros grupos, como por exemplo, as associações de bairro e grêmios. O valor em dinheiro que recebe ao final das atividades também lhe proporciona condições e status social diferenciados. O jovem estudante percebe as relações no interior do Conselho como relações políticas de poder individualizado e como um meio de obter ascensão social. Desse modo busca manter lugar e faz pactos para tanto.

Mills nos fala acerca da questão da consciência e da imagem que temos de nós mesmos a partir de nossas relações com o meio:

A consciência dos homens não determina sua existência; nem sua existência determina sua consciência. Entre a consciência humana e a existência material encontram-se mensagens e desenhos, padrões e valores que influenciam decisivamente esta consciência tal como eles a têm. (MILLS, 1985, p.179).

Nesse sentido vale a reflexão sobre o processo educacional e a condição de transmissão de conhecimento que se estabelecem nos Conselhos. Que os jovens aprenderam

algumas coisas importantes durante sua permanência no Conselho é fato, sempre se aprende na interlocução grupal. Questiono apenas o tipo de conhecimentos e mais ainda, se o que aprenderam é o que se pretende ensinar aos jovens quando se permite a sua participação direta?

Os Conselhos foram organizados em um momento fundamental na organização social e política brasileira. Um momento de rompimento de paradigmas e de grandes mudanças. Mudanças que têm como base filosófica a garantia de direitos á sociedade civil para a participação como co-responsável pelo controle das ações do Estado.

Sabe-se que a democracia no Brasil ainda é bastante frágil e necessita de constantes pactos entre Estado e sociedade civil. Sabe-se que no estabelecimento dos pactos há que se tomar cuidados que impeçam que a sociedade civil assuma funções que não são suas e tampouco sirva de meio para a manutenção de um Estado oligárquico.

A maneira mais apropriada numa democracia direta para se fazer pressão e colocar em análise as ações do Estado é a criação de espaços de participação política que permitam reflexões coletivas, onde todos os segmentos organizados da sociedade civil se façam representar e junto ao governo, definam estratégias de ações compatíveis com seus discursos.

Os Conselhos enquanto instâncias de negociação e pactuação política sempre serão eivados por conflitos e discursos ambivalentes, fruto das dificuldades de descentralizar poderes e permitir um número cada vez maior de sujeitos participando da coisa pública.

A organização da sociedade civil e a reflexão sobre sua função e objetivos deve permear a ação das instituições representativas. Um número cada vez maior de representantes deve aproximar essas organizações das demandas e desejos, o que pode garantir o reforçamento do Estado democrático.

Os jovens, em nível de mundo, e também no Brasil, têm sido foco de ações por parte

dos governos, ações estas fruto de sua militância e postura política ao longo dos anos, mas fruto também de um risco social em que é ele, o jovem, a principal vítima e o principal destinatário.

O aumento no número de jovens exige por parte das organizações medidas que visem à criação de políticas de garantias de direitos nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, segurança, etc. Isso não pode mais acontecer numa dinâmica hierarquizada de ação que decide sem a participação do principal interessado.

O trabalho proposto se apresenta como uma ferramenta na compreensão desse caminho político empreendido pelo jovem no Estado. Nas suas primeiras experiências de interlocução com as instâncias colegiadas, organizações próprias do mundo adulto, num processo de aprendizagem de seu lugar social, de defesa de suas demandas e de reconhecimento e atuação sobre as estruturas sociais que lhes são impostas.

Assim, estudar a participação e representação política dos jovens no interior do Conselho, instituições criadas a partir das reformulações na Constituição Federal de 1988, refletindo sobre como se apresentam as relações sócio-políticas nessa organização social, sobre a qualidade da interlocução estabelecida entre Estado e sociedade civil, se apresenta como instrumental importante para futuras ações tanto no âmbito das políticas públicas quanto no âmbito do processo de formação de valores para o exercício da cidadania por parte dos nossos jovens.

O resultado da pesquisa sobre a participação política dos jovens estudantes no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso se apresenta como uma amostragem e, além disso, como uma possibilidade para a produção de conhecimento acerca de como estamos nos organizando e permitindo aos nossos jovens que se organizem para a compreensão de suas especificidades e diversidades e a partir disso, a criação de políticas públicas voltadas eles.

Segundo Poulantzas (1977, p. 75) “a prática política é que transforma a unidade, na medida em que o seu objeto constitui o ponto nodal de condensação das contradições entre os diversos níveis, com historicidades próprias e desenvolvimento desigual”. (...) “a prática política é o ‘motor da história’ na medida em que o seu produto constitui afinal a transformação da unidade de uma formação social”.

O Estado de Mato Grosso, no contexto brasileiro, também está se esforçando para ocupar uma posição diferenciada sócio, política e economicamente. Tem grande potencial e precisa provar isso. Nossos jovens vivem as mesmas pressões. No âmbito da educação o crescimento das demandas e da rede de atendimento, prova que estamos caminhando. Mas ainda há muito a ser feito. Compartilhar com nossos jovens os problemas e deixá-los apresentar soluções é um modo de permitir-lhes pertencimento e inculcar-lhes valores sociais importantes para a manutenção de nossos projetos de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Conselhos setoriais que existem atualmente nos estados e municípios são formas básicas de mediação entre a sociedade civil e o poder executivo. Funcionam inclusive como estratégia de divisão do poder no governo local. A descentralização torna-se possível a partir da participação. Quanto mais se descentraliza o poder e se repartem os recursos, mais se animam os cidadãos a engajarem-se no processo de tomada de decisões e mais perto se chega do ideal de municipalização.

Um município forte e autônomo é a base de uma nação livre, soberana e economicamente equilibrada. Em síntese, a autonomia municipal consiste numa mudança de atuação dos órgãos governamentais: Em transferir da união para municípios as responsabilidades e subsídios necessários para que eles próprios possam assumir a execução dos serviços públicos que atendam aos interesses da população, manifestados por meio da participação e reivindicação dos habitantes, através do planejamento, decisão, execução e controle pela própria comunidade local.

Municipalização e participação real estão, portanto, intimamente ligadas. A constituição de novas forças sociais em sujeitos históricos atuantes. A partir do momento em que, na Constituição de 1988, o município passa a ser considerado unidade federada (art. 18), com autonomia decisória e, para alcançar esse status se garante a estruturação dos Conselhos, o cidadão passa a compor a estrutura das cidades de um modo diferenciado. Não mais participante passivo, não mais apenas contribuinte no voto, à eleição dos responsáveis por levar a frente os planos do poder executivo.

Com a Constituição de 1988, o povo é clamado por sua força a participar de modo ativo e responsável, de modo a refletir a estrutura social e política vigente e pensar soluções

para seus problemas. A necessidade de melhorar indicadores de saúde e educação no país, força as organizações estatais a permitir a participação popular. Os problemas se avolumaram no Brasil pós-ditadura. As desigualdades sociais provocadas pela priorização econômica no país criaram seqüelas graves nos âmbitos da saúde e da educação, assim como em outras áreas da organização social, tais como, moradia, segurança, emprego.

A Constituição Federal de 1988, eminentemente descentralizadora, trouxe consigo, portanto, uma nova forma de articulação entre o Estado e a sociedade, traduzida posteriormente nas legislações específicas de cada área. Além de reconhecer o município como ente federado, a Constituição propõe o comando único das ações em cada esfera de governo e também a participação popular.

O desafio, numa democracia frágil como a brasileira, em que a necessidade é defender as leis para que passem a ser cumpridas, é avançar de uma concepção legalista para uma participação traduzida na formulação de programas e serviços que realmente consigam atender às demandas coletivas. É preciso desenhar estratégias que permitam operacionalizar nossas leis e traduzi-las no cotidiano de vida da população. Para isso, o município precisa estabelecer um processo de planejamento participativo, buscando integrar a administração local. Determinados grupos-alvo, como crianças, adolescentes, jovens e famílias, precisam de uma intervenção intersetorial que não pode ser mais exclusiva de uma ou outra área.

A década de 80, foi, como vimos, marcada pela busca de autonomia, consagrada parcialmente na Constituição. A década de 90 trouxe como exigência compulsória a busca da competência. Estados e municípios devem adquirir competência para auto gerir-se. Um problema a ser enfrentado é a discussão acerca da distribuição dos recursos financeiros para o atendimento das demandas sociais apontadas pela sociedade em participação na gestão pública.

Os municípios ainda assistem ao repasse dos encargos sem a contrapartida financeira.

O debate político que domina o cenário contemporâneo é a revisão do pacto federativo, ou seja, que federação queremos e que divisão de recursos vamos fazer para assegurá-la.

Os Conselhos surgem nesse contexto como um meio de garantir a participação da população através de representantes mais diretamente envolvidos com as problemáticas locais. Nos Conselhos, o cidadão comum, usuário do sistema, pode ser ouvido, pode contribuir na construção de uma sociedade mais justa e igual. Nos Conselhos o cidadão pode ter consciência de seu pertencimento nos resultados das ações políticas.

O modo de organização desses conselhos, em setores, ainda não conseguiu evoluir para a intersectorialização da demanda e do atendimento. A população ainda não consegue participar efetivamente por não possuir conhecimento, nem da existência desses espaços de interlocução política e nem do poder que possuem no processo decisório.

Ampliar esses espaços e romper paradigmas é ao mesmo tempo, a missão e o desafio desses conselhos. As variadas experiências de estruturação dos conselhos atualmente em curso nas diversas áreas, representam uma experiência em gestação no que se refere ao desenho de uma nova institucionalidade nas práticas sociais. Sob diferentes ângulos é possível reconhecer a importância desse fenômeno, o que não quer dizer que se desenvolva isento das ambigüidades e contradições. Ao contrário, a polemica a respeito do significado político dos Conselhos e das conseqüências de sua institucionalização vem despertando questionamentos quanto à participação da sociedade civil em seu interior.

O debate aberto das divergências e a prática do dissenso são geralmente identificadas como oposição ao governo. São muitas as decisões do executivo que passam ao largo do Conselho (a retirada, por via legal, do poder de fiscalização do CEE/MT é exemplo disso). Por esse motivo a questão da representação adquire importância central e merece destaque na análise do exercício do controle socializado das políticas e em nosso caso, priorizando a educação.

Quanto mais coletiva é a decisão, mais democrática ela é. Qualquer conceito de democracia implica em grau crescente de coletivização das decisões. Quanto mais o interesse geral envolve um conjunto de decisões, mais democráticas elas são. O Estado de direito democrático exige sim, o voto, mas, mais do que isso, exige o controle social na administração pública.

Se uma sociedade é fortemente democrática tende a construir um governo democrático, mas se é extremamente autoritária, discriminatória, violenta, não tem como sustentar essa espécie de governo. Repito aqui a colocação de Bobbio “de que adianta um Estado democrático numa sociedade não democrática?”. Mas sabemos que o Estado não cria a sociedade e sim ao contrário.

O desafio está posto. As lutas surgidas na Constituinte, movimento que antecedeu a elaboração da Constituição de 1988 demonstram claramente a realidade brasileira. A Constituição aprovada não deu conta de todos os desejos de estruturação de uma sociedade mais justa levantados em bandeiras pelos envolvidos na constituinte. A Constituição Cidadã foi a constituição possível. Os pactos de última hora para atender a interesses individualistas permearam a aprovação da nossa Lei Maior.

Esse movimento no Brasil é característico. As representações políticas estão sempre negociando resoluções que possam atender aos interesses de pequenos grupos e garantir mínimos direitos à população. Deve-se evoluir para conquistas mais amplas de garantia de melhores condições de vida ao cidadão comum, aos usuários do sistema. Esses, os usuários, são os mais estigmatizados nesse processo. Seus interesses são os menos respeitados, sua voz a menos ouvida, seu lugar o mais distante.

Nesse sentido, os Conselhos surgem como uma tentativa de aproximar o usuário do Estado e da execução de ações que os têm como alvo. No caso da educação e dos Conselhos de Educação, os pais e estudantes são os usuários. Seu lugar no contexto conselho reflete seu

lugar no contexto político. Sua voz é enfraquecida pela desarticulação política, pelo despreparo, pela falta de competência. Mas ainda assim, seu lugar está garantido pela legalidade.

A participação política e a representatividade dos estudantes no Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso demonstram a estigmatização dos jovens, dos estudante, dos usuários na organização política do Estado brasileiro. No primeiro período em que esses jovens estudantes participam da organização institucionalizada da gestão pública da educação não se referenciam nas lutas empreendidas por estudantes em outros tempos.

A qualidade da participação é baixa no sentido reivindicatório, definidor e propositor de políticas públicas. De programas que consigam alterar os modos de relação tradicionalmente autoritários e hierarquizados na escola e no processo educacional. Acabam por referendar o modo corporativista e hierarquizado de organização dos professores. Reproduzem um modelo de relação que o discurso político-filosófico desses Conselhos tenta desconstruir.

A partir do problema inicialmente colocado, referido à articulação política com a organização estudantil e da hipótese levantada, concluo que ela se confirma: Os conselheiros, representantes estudantis, não atuam de modo articulado com as bases do movimento estudantil no Estado e menos ainda no país. Suas atuações e decisões são individualizadas e distanciadas das propostas estudantis em nível de Brasil. Atuam timidamente nas discussões acerca da elaboração de políticas setoriais. Para o representante de Ensino Médio a permanência no Conselho parece assegurar pequenas vantagens sociais e financeiros.

É importante ressaltar que esses jovens estudantes dizem perceber o efeito de seu silêncio e de sua desarticulação. Admitem que sua participação não atingiu a coletividade dos estudantes e não contribuiu com a mobilização desses em torno de propostas políticas importantes. O representante de estudantes de Ensino Médio e Fundamental relata que pouco

ou nada sabia acerca do funcionamento do Conselho antes de lá estar e que aprendeu muito com o exercício das decisões em grupo. A partir da análise da participação é possível concluir que eles percebem que havia na representação um objetivo maior que não conseguiram alcançar.

Reconhecem que o recebimento de jeton pode contaminar as decisões tomadas pelos conselheiros. Reconhecem que o movimento contrário aos interesses do governo pode provocar perseguições políticas tanto aos que são servidores públicos quanto aos que não têm esse vínculo, mas, de algum modo precisam manter boas relações com o governo para conseguir vantagens.

Acreditam que os jovens em Mato Grosso não estão articulados politicamente e ainda repetem atitudes direcionadas pelos interesses dos adultos em lugar de comando. Relatam que pouco fizeram para mudar esse cenário e que pouco articularam para organizar os jovens estudantes em torno de ações políticas que proporcionassem reflexões acerca das falhas no sistema conservador que temos de modo a pensar em novas possibilidades.

Reconhecem que não se articularam internamente, ou seja, que o representante de estudantes de Ensino Médio e o representante de estudantes de Ensino Superior não se uniram para mobilizar ações dentro do Conselho que viesse a fortalecer politicamente os representados. Para eles seu comportamento enquanto representantes foi distanciado, tanto interna quanto externamente dos interesses dos estudantes a que representavam.

Quando o jovem representante de Ensino Médio argumenta que algumas vezes no conselho, “*se sente como um nada*” ele retrata a dificuldade para romper com a cultura institucionalizada pelos professores pela via do saber. Na análise da participação desses jovens estudantes no Conselho identifiquei momentos em que apresentam uma evolução na aprendizagem das relações políticas. Identifiquei uma tomada de consciência política importante no sentido de reconhecer o seu lugar e saber o que é preciso para ocupá-lo.

Também posso identificar neles um movimento que se repete nas relações sociais brasileira - o discurso do “é difícil” - Um discurso que engessa, que emperra, que inviabiliza ações por parte do cidadão que não consegue se sentir parte do processo.

Como apontado anteriormente, a idéia de construção desses conselhos surgiu entre visionários. Surgiu, como tantas outras ações e programas no Brasil, da cópia de soluções encontradas em outras culturas. Sociedades que têm mais tempo no exercício democrático que nós. O desafio é construir para o Brasil um modelo de organização social que consiga evoluir para a diminuição das desigualdades. Os impasses são provocados pelas pequenas oligarquias que resistem a abrir mão dos pequenos poderes proporcionados pelo modelo monarquista de política repleto de “amigos do rei”.

Os jovens no Brasil têm sido alvo de inúmeras ações institucionalizadas que tentam minorar suas dificuldades de inserção social e atender às suas necessidades de consumo. Os estudantes têm sido alvo de inúmeras ações que tentam minorar a evasão, a desqualificação, a ignorância. O Brasil tenta se inserir no cenário internacional como um país de potencialidades econômicas de produção. Para tanto, usa como discurso o fato de ser um país jovem, formado por jovens e em ampla expansão.

Ao mesmo tempo estatísticas nacionais e internacionais apresentam o país como aquele que não consegue cuidar de suas crianças, de seus jovens e idosos. Aparece como o país rico de maior desigualdade social. Um país que perde mais jovens por causas externas que qualquer outro. O que acontece conosco? O que fazer?

Uma das possibilidades é trazer os jovens para dentro dos espaços de participação direta e ouvi-los. Considerar suas posições e respeitar seu esforço de pertencimento. Ampliar as relações estabelecidas pelo mundo adulto e tentar construir junto com eles uma sociedade integradora, que respeite as diversidades próprias das diferenças geracionais como algo que não impede esses jovens de um potencial cognitivo e analítico capaz de contribuir e propor

soluções coletivas.

Nesse sentido, a organização do sistema educacional brasileiro e no Estado de Mato Grosso, deve rever conceitos, reorganizar estruturas, refletir sobre sua prática, abrir-se para novas formas de relação, acreditar nas possibilidades juvenis e estimulá-las. Deve ampliar os espaços de interlocução e negociação política com o objetivo de construir uma sociedade mais humana.

O desafio para o CEE/MT não é diferente do que o próprio país vivencia. Estamos num momento crucial. As transformações na organização, tão necessárias para a preservação da filosofia democrática, ocorrem sempre num movimento de ir e vir. Construir algo novo a partir de velhas experiências. Aprender com os erros e tentar novas soluções

Os nossos jovens devem ser preparados para novas formas de participação social. Devem ser preparados para um contexto onde podem participar mais diretamente e serem ouvidos. A escola é um espaço por excelência para potencializar mudanças significativas na estrutura política.

A Constituição brasileira de 1988 propõe uma nova forma de organização política, o resgate do espaço público como um espaço do povo soberano em sua força representativa. O mandato político que permite que poucas pessoas tomem decisões representando a coletividade deve evoluir do - mandato representativo, irrevogável, que dá ao representante a autonomia da vontade para agir de forma livre, sem constrangimento, por que é considerado titular da vontade nacional soberana; para o - mandato imperativo, onde o poder dos representantes é um poder que lhes é transmitido pelo eleitorado, e a vontade do governo se estabelece no momento em que o cidadão-eleitor concorre para determinar a vontade do Estado.

A revolução participativa do final da década de 60, desnudou a crise do paradigma

liberal e, quando, de forma agressiva, os estudantes gritavam “abaixo as eleições”, estavam externando o desencanto com os canais convencionais de decisão política e o desejo de abrirem novas vias de comunicação política, em uma alienante sociedade de massas. A interlocução entre público e privado e sua proporcional equilibrção foi colocada em risco no desenvolvimento das sociedades de consumo. Nesse percurso crianças, jovens e idosos, percebidos como os que menos têm direito ao espaço público por que são os que menos produzem, sofreram as piores conseqüências.

Os jovens no desenvolvimento da história das organizações sociais, sempre se mobilizaram em protesto. No Brasil, após os períodos mais conturbados da ditadura militar, os jovens foram silenciando, deixando-se levar pelas facilidades da evolução tecnológica e pela ampliação dos espaços de relação social atendendo a uma ideologia de “paz e amor” que entorpeceu sua capacidade revolucionária. Podemos perceber os efeitos desse distanciamento na realidade social atual.

A importância de tentar resgatar essa capacidade mobilizatória e questionadora, própria da condição juvenil é percebida por aqueles que se preocupam com o futuro dessa organização e da humanidade do homem. O ser humano tem um objetivo evolucionar. Esse sentimento é que nos faz questionar e contrapor. É esse sentimento que nos provoca angústias individuais que acabam por produzir efeitos coletivos. Buscar meios de trazer nossos jovens para os espaços públicos e prepará-los para atuarem socialmente com vistas a se preocuparem com o bem-estar geral é um modo de garantir a continuidade da construção da sociedade ideal.

Enquanto criatura, enquanto mulher, detentora da capacidade criadora, enquanto educadora, enquanto psicóloga sinto-me inspirada por essa causa e feliz, enquanto ser limitado que sou, por saber que como eu, outros caminham com a mesma inspiração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A.& KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**: São Paulo, Revista Brasileira de Educação. n.º 5/6, 1997.
- _____. Freitas Maria Virginia, Sposito, Marília. **Juventude em Debate**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- ADORNO, Theodor W. (1995). **Educação e Emancipação**. 2ª ed. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon.. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: **Classes médias e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre aparelhos ideológicos de Estado**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001
- ARENDT, Hannah. **A Condição humana**.. Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2001.
- BATÁRU. Secretaria de Estado de Educação. **Revista do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso**. Edição Especial. 30 anos Cuiabá: Centro de Texto, 1996.
- BATÁRU. Secretaria de Estado de Educação. **Revista do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso**. Edição Especial. 40 anos. Cuiabá: Centro de Texto, 2002.
- BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política: história da JUC e da AP**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BORDIGNON, Genuíno. Conselhos de Educação. In: **Revista Conselho Estadual de Educação do D. F.** Brasília: Ed ME/DF n° 01, p. 20, 2000.
- BOBBIO, Norbert. **O Futuro da democracia**. 8ª. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRANDÃO, Antonio Carlos & DUARTE, Milton. (1954). **Movimentos Culturais de Juventude**. São Paulo: Moderna, 1990.
- CARRANO, Paulo César. **Jovens e participação política**.. disponível em <<http://www.acaoeducativa.com.br>> Acesso em 28 de jul. 2003.
- CARVALHO, Carlos. Os Conselhos e a construção da cidadania. In: **Cadernos ABONG**. n° 19. São Paulo. Vol. II, p. 24-38, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. . São Paulo: Ática, 1999.
- CRUZ, Sebastião, C. Movimento estudantil e crise na política brasileira. In: **Revista de sociologia e política**. N°2 , 1994 /1968: São Paulo, 1998.
- CUNHA, Luis Antonio. **A universidade crítica: O ensino superior na República populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- De MARCO, Patrícia. Estado, políticas públicas e participação pós-Constituição de 1988. In: **Cadernos ABONG**. . n° 19, São Paulo: Vol. II, p. 42-44, 1997.
- ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara,

1987.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Mini Aurélio: o minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

FERNANDES, Maria Dilnéia Espindola. **Políticas Públicas de Educação: a gestão democrática na Rede Estadual de Ensino em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: UFMS, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação e compromisso..** 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1988.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do eu na vida cotidiana.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

JORNAL UJS. **União Juventude Socialista.** nº 02. abril de 2003. Disponível em <<http://www.ujs.com.br>> acessado em 25.08.03.

KRECH & CRUTCHFIELD. **O Indivíduo na Sociedade: Um manual de psicologia social..** São Paulo: Pioneira, 1975.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo: Cortez, 1991.

MÁXIMO, Antônio Carlos. **O meu lugar no mundo.** (s.n.t.). Cuiabá: UFMT.

_____. LOWY, Michael. **Marxismo e cristianismo na América Latina.** São Paulo: Lua Nova, 1989.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo.** Campinas: FE/UNICAMP, 2000.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Juventude e Movimento Estudantil: discutindo as práticas militantes. In: **Revista Psicologia Política.** São Paulo, Jan/jun. vol. 3. nº 05. 2003. p. 89-120.

MILLS, Wright. **Sociologia.** Org. da coleção Heloisa Rodrigues Fernandes. Trad. Aldo Bochinni Neto e Mitsue Morissawa.. São Paulo: Ática, 1985.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORGADO, Maria Aparecida. **Da sedução na relação pedagógica: professor-aluno no embate com afetos inconscientes.** 2ª ed. São Paulo: Summus, 2002.

_____. **A lei contra a justiça: um mal-estar na cultura brasileira..** Brasília: Plano, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAICHELIS, Raquel. Assistência social e esfera pública: os Conselhos no exercício do controle social. In: **Cadernos ABONG,** nº 21. São Paulo: Vol. II, ps. 05-15. 1997.

_____. **Esfera pública e Conselhos de Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 1988.

SOUZA, Herbert. RODRIGUES, Carla. **Ética e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1994.

SPOSITO, Marília & CARRANO, Paulo César. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Disponível em <<http://www.observatóriojovem.com.br>>. Acessado em 26.09.03.

STEIN, Rosa Helena. Descentralização e assistência Social. In: **Cadernos ABONG.** nº 20. outubro de 1997. ps. 05-21.

STEPAN, Alfred. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina,

Uruguai, Espanha. In: A.Stepan (org.). **Democratizando o Brasil**, Rio de Janeiro, 1988.

TIRELLI, Janice Souza. **Reinvenções da utopia – a militância de jovens nos anos 90**. São Paulo: HAECKER. 1999.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Juventud y democracia em Chile. In: **Revista Ibero-americana de Juventud** (Madrid), nº. 01, jul. 1996. disponível em <[http:// www.sintefor.org.br/public/spanish](http://www.sintefor.org.br/public/spanish)> acessado em 28.07.2002.

_____. **Crítica á modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**: trad. Jefferson Luiz Camargo. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Participação popular, poder local e Conselhos In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. Nº. 05. ps. 23-30. São Paulo, 1991.

ZANETTI, Hermes. **Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

ANEXOS

ESTRUTURA DAS PERGUNTAS FEITAS NAS ENTREVISTAS

As perguntas feitas aos jovens estudantes seguiram uma estrutura semi-diretiva. As respostas ampliavam a ordem e a direção das perguntas feitas posteriormente. De modo geral, busquei saber o seguinte:

- Nome do representante e sua idade.
- Escola de origem.
- Histórico de sua formação.
- Participa ou participou de Grêmios Estudantis?
- Na sua escola existe Grêmio Estudantil?
- Como foi o processo de escolha do seu nome para o CEE/MT?
- Existe algum tipo de acompanhamento de sua participação no Conselho por parte da instituição representada, apresenta algum relatório?
- Conhece as propostas ou mobilizações feitas por estudantes e jovens em nível de Brasil na área da educação?
- Como percebe a sua instituição de base na articulação política atual?
- Existe conselho municipal de educação no seu local de origem?
- Os representantes estudantis no Conselho Estadual, articulam politicamente com os representantes estudantis dos conselhos municipais?
- Os representantes estudantis têm conhecimento das propostas dos movimentos jovens reunidos no Fórum Social Mundial de 2002/2003 para a educação?

- Os representantes estudantis no Conselho, articulam de algum modo com as outras organizações estudantis em nível de estado?
- Alguma vez articulou com o outro estudante em prol da defesa de proposta comum dentro do Conselho?
- O representante estudantil sente que de algum modo influencia as decisões que afetam a coletividade estudantil a partir de sua atuação no Conselho?
- Os representantes estudantis conseguem entender a linguagem própria dos conselheiros nas reuniões, e obtém informações suficientes para uma tomada de decisão segura e consciente politicamente falando?
- Como se deu o processo eletivo de 2002?
- Como percebe sua participação no Conselho?
- Como percebe o recebimento de Jeton?
- Como percebe a relação estabelecida com os demais conselheiros?
- O que melhorou na sua participação depois desses 4 anos?

RELAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A relação a seguir foi retirada de documentos do Conselho Estadual, tanto o representante de estudantes quanto a direção executiva do Conselho, não puderam me informar dentre estes, quais possuem representação estudantil⁴⁹. Entrar em contato com todos implicaria em custos, o que inviabilizou esta ação. Entre estes municípios existem alguns que já conseguiram implantar o sistema de ensino e portanto estão independentes do Estado, outros ainda fazem parte da rede estadual, apesar de já possuírem Conselho municipal, indico com (*), os municípios que são considerados sistema de Ensino em função de sua organização:

1. Tangará da Serra; *
2. São José do Rio Claro; *
3. Barra do Garças; *
4. Várzea Grande; *
5. Barra do Bugres;
6. Brasnorte;
7. Marcelândia;
8. Campo Novo do Parecís;
9. Carlinda;

⁴⁹ A informação sobre quais conselhos possui representação estudantil me foi entregue, via e-mail, pela secretária da UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), em Mato Grosso, cujo presidente é também o presidente do Conselho Municipal de Educação de Cuiabá/MT.

10. Claudia;
11. Colider;
12. Comodoro;
13. Cotriguaçu;
14. Cáceres;
15. Rondonópolis;
16. Santa Rita do Trivelato;
17. Vera
18. Primavera do Leste;
19. Araguainha;
20. Campos de Júlio;
21. Ribeirão Cascalheira;
22. São Pedro da Cipa;
23. Peixoto de Azevedo;
24. Acorizal;
25. Campo verde;
26. Diamantino;
27. Poconé;
28. Ponte Branca;
29. Santo Antonio do Leverger;
30. Sta. Terezinha;

31. Sinop;
32. Sapezal;
33. Torixoréu;
34. Villa Rica;
35. Cuiabá.

Conselhos Municipais que têm Representação Estudantil.

(de acordo com a UNCME)

1. Carlinda
2. Colider
3. Cuiabá
4. Marcelândia
5. Rondonópolis
6. Santa Rita do Trivelato
7. Tangará da Serra
8. Vera
9. Vila Rica